

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Ourinhos

CAROLINA STEFANI BALDO KERHART

**GESTÃO PARTICIPATIVA NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL:
IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO NO
PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ, MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Avaliação de TCC do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado, do Campus de Ourinhos – UNESP, como parte das exigências para o cumprimento da disciplina Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação no 1º semestre letivo de 2010, sob orientação da Profª. Drª. Luciene Cristina Risso.

Orientador: Profª. Drª. Luciene Cristina Risso

Ourinhos (SP)/2010

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Ourinhos

CAROLINA STEFANI BALDO KERHART

**GESTÃO PARTICIPATIVA NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL:
IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO NO
PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ, MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Avaliação de TCC do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado, do Campus de Ourinhos – UNESP, como parte das exigências para o cumprimento da disciplina Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação no 1º semestre letivo de 2010, sob orientação da Profª. Drª. Luciene Cristina Risso.

Ourinhos (SP)/2010

**À minhas avós,
com todo o meu carinho e admiração!**

e

Em Memória aos meus avôs:
Estanislau Kerhart
Oswaldo Baldo

... saudades imensas!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família pelo amor incondicional, por toda paciência dedicada a mim durante anos, por darem sentido aos meus dias, amo vocês!

Um agradecimento especial ao meu irmão, Rafael, pela companhia nas noites em claro durante o desenvolvimento deste trabalho e a minha mãe e ao meu pai por terem me incentivado a permanecer em Ourinhos.

Ao Fernando de Souza Bordinhão por agüentar o meu mau humor nos momentos de tensão, por todo o carinho e dedicação, por fazer parte da minha vida e por ser essa pessoa maravilhosa que está sempre ao meu lado.

Ao Mauro e a Néia por toda hospitalidade e pela paciência. Ao Maurinho pelas conversas e risadas e agradeço, também, a Patrícia pelas gargalhadas e confidências.

Agradeço do fundo do meu coração, a Alessandra dos Santos Júlio, uma amiga que eu amo muito e que me deu suporte em diversos momentos da minha vida desde que a conheci. Obrigada pelas palavras sábias, pelos conselhos certos, pelas frases de apoio e por acreditar na minha capacidade. Obrigada pela companhia nestes anos de faculdade. Eu jamais teria conseguido sem você.

Agradeço a todas as pessoas que moraram comigo durante estes anos de faculdade e que tornaram a minha vida muito mais divertida.

Ao Daniel Bruno Vasconcelos por todo apoio, compreensão e confiança. Sempre tornando minha vida mais fácil e engraçada.

A Elisa Yamauchi Ferreira, Daiana Damasceno, Thiago Xabay, Rodrigo Caetano por todos os momentos em que estive ausente durante os anos da faculdade.

Agradeço a Olinda Keiko Fukuda pelos incentivos, ensinamentos, oportunidades e por todo carinho.

Um sincero agradecimento a minha orientadora, Luciene, por toda paciência no decorrer deste trabalho e pela extrema atenção.

Agradeço a diretora do Parque Estadual do Jaraguá que me recebeu inúmeras vezes e que foi sempre doce e atenciosa, sempre disposta a responder todas as minhas indagações.

Por fim agradeço a todas as pessoas que me auxiliaram, direta ou indiretamente, na conclusão deste trabalho, finalizando esta etapa da minha vida.

Obrigada!!!

BANCA EXAMINADORA

Dra. Luciene Cristina Risso (orientadora)

(Assinatura do membro)

Dra. Maria Cristina Perusi

(Assinatura do membro)

Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

(Assinatura do membro)

Ourinhos, 02 de agosto de 2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO 01	
1. A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM ATRAVÉS DA OBTENÇÃO DA TÉCNICA: RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA	16
1.1 Surgimento da idéia de área protegida e das Unidades de Conservação.....	18
1.1.1 Categorização mundial das Unidades de Conservação.....	25
1.2 Unidades de Conservação no Brasil.....	29
1.2.1 Categorização das Unidades de Conservação no Brasil.....	35
1.3 Gestão das Unidades de Conservação no Brasil.....	44
1.3.1 Gestão participativa das unidades de conservação.....	50
1.3.1.1 Conselhos – técnica adotada para a efetivação da gestão participativa nas unidades de conservação.....	56
 CAPÍTULO 02	
2. HISTÓRICO DO DISTRITO DO JARAGUÁ, MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP.....	60
2.1. Criação e Concessões do Parque Estadual do Jaraguá.....	70
2.2 Aldeia Indígena M'BYA Guarani, no município do Jaraguá.....	76
 CAPÍTULO 03	
3. PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ.....	85
3.1. Caracterização Fisiográfica do Parque Estadual do Jaraguá	86
3.1.1. Geomorfologia e Geologia	86
3.1.2. Clima.....	90
3.1.3. Vegetação.....	93
3.1.3.1. Flora.....	96
3.2. Gestão do Parque Estadual do Jaraguá.....	97
3.2.1. Estrutura Física e Uso Público.....	99
3.2.2. Trilhas e Educação Ambiental.....	106
3.2.3. Entorno do Parque.....	110
3.2.4. Plano de Manejo.....	115

CAPÍTULO 04

4. IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO NO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ.....	116
4.1 Reuniões.....	122
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 128
 REFERÊNCIAS.....	 131
 ANEXOS.....	 136

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01: Ciclo de gestão e avaliação proposto pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial pela Natureza.	47
Figura 02: Uso e Ocupação do entorno do Parque Estadual do Jaraguá (SP), em 1962.....	65
Figura 03: Uso e ocupação do Entorno do Parque Estadual do Jaraguá (SP) no ano de 2001.	66
Figura 04: Parque Estadual e Parques Municipais na região da Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.	68
Figura 05: Localização do Parque Estadual Paulista.	85
Figura 06: Seção Geológica Esquemática do Estado de São Paulo (Ab`Saber, 1956).	87
Figura 07: Classificação Climática de Koppen do Estado de São Paulo.	91

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Estimativa habitacional dos distritos da Sé, Pirituba e Perus-Jaraguá, nas décadas de 1940, 1959 e 1960.	63
Tabela 02: Dados demográficos da região da Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.....	67
Tabela 03: Composição do Conselho Consultivo do Parque do Jaraguá.....	117
Tabela 04: Associações de bairro na região da Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.....	121
Tabela 05: Participantes da primeira reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá.....	124

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01: Casa de Afonso Sardinha no Parque Estadual do Jaraguá, atual albergue da juventude.	61
Foto 02: Torre de transmissão da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.	72
Foto 03: Vista de São Paulo no Pico do Jaraguá.	74
Foto 04: Área cedida a Polícia Militar no Pico do Jaraguá para instalação de uma torre de comando.	75
Foto 05: Área em concessão para a Rede Cultura de Televisão, para instalação de uma torre de transmissão no Pico do Papagaio.	75
Foto 06: Ribeirão das Lavras: Limite entre aldeia Tekoa Ytu e o Parque Estadual do Jaraguá. Observa-se aos fundos a proximidade das residências indígenas ao Ribeirão.	81
Foto 07: Rua Comendador José de Matos e aldeia Tekoa Pyau.	82
Foto 08: Afloramento rochoso na Estrada Turística do Jaraguá.	89
Foto 09: Vegetação no Pico do Jaraguá: Campo de altitude ou cerrado?.	95
Foto 10: Lanchonete localizada no Pico do Jaraguá.	100
Foto 11: Concha acústica localizada na parte de baixa do Parque Estadual do Jaraguá.	101
Foto 12: Área bosqueada destinada para piquenique, ao fundo quiosque com churrasqueira.	102
Foto 13: Auditório do Parque Estadual do Jaraguá.	103
Foto 14: Área administrativa do Parque Estadual do Jaraguá.	103
Foto 15: Brinquedos pertencentes a ambulantes	104
Foto 16: Estrada Turística do Jaraguá.	106
Foto 17: Trilha do Silêncio.	107
Foto 18: Primeira reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá	125

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CECI – Centro de Educação e Cultura Indígena

CEU – Centro de Educação Unificado

DER – Departamento de Estrada de Rodagem

DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IUPN – International Union for Protection of Nature

IUCN – International Union for Conservation of Nature

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NEAPEJ – Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jaraguá

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SABESP – Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMPA – Secretaria Municipal de Planejamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

UICN – União Internacional de Conservação da Natureza

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RESUMO

O Parque Estadual do Jaraguá localiza-se no distrito do Jaraguá, município de São Paulo. Caracteriza-se pelo expressivo remanescente florestal insulado em área urbana, onde abriga o ponto mais alto da cidade de São Paulo, o Pico do Jaraguá, e apresenta em sua vizinhança uma aldeia Guarani M'bya. No contexto ao qual está inserido, tornam-se necessárias medidas administrativas eficazes para a conservação de seu ecossistema já muito degradado. Sendo assim, este trabalho visa acompanhar a implantação da gestão participativa na unidade de conservação em questão, pois a interação desta com a comunidade ao seu entorno torna-se fundamental para a diminuição da degradação ambiental da área, conscientizando-os sobre a importância da manutenção dos recursos naturais não só para o lazer, mas para a continuidade da vida. Para a realização deste trabalho foi necessária a análise de formação das unidades de conservação no Brasil e no mundo e o processo histórico e administrativo do parque e seu entorno, através de entrevistas e participações das reuniões do conselho consultivo.

PALAVRAS- CHAVE: Unidade de conservação, gestão participativa, conselho consultivo, parque estadual

ABSTRACT

Jaragua State Park is located in the Jaragua's district, São Paulo. It is characterized by a significant forest remnant insulated in urban areas, where houses the highest point of the city of São Paulo, Pico do Jaragua, and features a M'bya Guarani village in your neighborhood. In the context to which it is inserted, become necessary administrative measures for the preservation of its ecosystem, already severely degraded. Thus, this study aims to monitor the implementation of participative management in this protected area, because its interaction with its surroundings community is fundamental to reducing the environmental degradation of the area, raising awareness of the importance of maintaining natural resources not only for leisure but for the continuity of life. To carry out this work was necessary to analyze the formation of protected areas in Brazil and around the world, besides of the historical process and administration of the Jaragua State Park and its surroundings, through interviews and meetings of the advisory board.

KEYWORDS: Protected area, participative management, consultative council, state park

INTRODUÇÃO

Foi em meados do século XIX que a sociedade começou a ter uma maior percepção das mudanças ambientais ocorridas em virtude do modelo de desenvolvimento econômico que ascendeu no início do século XV. Com as visíveis alterações paisagísticas que a revolução industrial trouxe para as grandes cidades, a população começou a desejar lugares desabitados, com uma incontestável beleza cênica, onde se pudesse contemplar a natureza e se isolar junto com a família, dos centros urbanos desordenados, escuros e poluídos. Nasce, neste período, a atração pela natureza selvagem, diferente do homem do século XVIII que contemplava, apenas a natureza domesticada e cultivada (PEPPER apud RISSO, 1998).

Com a urbanização em ritmo acelerado e a intensificação da produção industrial, iniciou-se a valorização do mundo natural pelos escritores românticos, foi neste mesmo período que surgiram os movimentos ambientalistas. Dentro dessa conjectura, tornou-se imprescindível a criação de uma reserva natural para lazer da população (DIEGUES, 1996).

Apesar de existirem relatos sobre áreas protegidas desde a antiguidade, a primeira grande área natural, legalmente criada, foi nos Estados Unidos em 1872: o Parque Nacional do Yellowstone, com a finalidade de oferecer distração longe do congestionamento das cidades. Muitas famílias indígenas foram desabrigadas na região para que o parque fosse preservado. A partir daquele momento o ser humano entraria ali somente como visitante (BENSUSAN, 2006). Como esse modelo de preservação foi adotado por diversos outros países ao redor do mundo, inclusive no Brasil, muitas discussões sobrevivem até hoje sobre a desapropriação de comunidades, dos locais onde viviam tradicionalmente, para a criação de áreas de proteção integral.

A idéia de natureza intocada, descrita por Diegues (1996) como a de um mito, é uma percepção da população urbana, sem levar em consideração a percepção das populações que habitam o ambiente selvagem e, tem neste, o seu lar e sua fonte de sobrevivência.

Durante muitas décadas as áreas protegidas não foram criadas com a intenção de conservação da biodiversidade, mas sim com o interesse de preservar belezas cênicas para o turismo, e também para as futuras gerações (IUCN, 1993). Além disso, a criação dessas unidades era considerada por muitos, como limitadores de oportunidades de desenvolvimento futuro (TERBORGH, SCHAIK, 2002).

Em muitos países, os parques protegem aquilo que restou dos *hábitats* naturais, pois tornou-se inevitável que as áreas naturais, privadas de proteção, fossem apropriadas pelo homem. Os interesses e as necessidades do homem moderno seguiram o conhecimento

técnico-científico, adquirido com o capitalismo industrial, alocando, os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza do outro (ROSS, 1996 apud SILVA, 2006).

Na década de 1930, o número de áreas protegidas estava em ascensão e a categoria de parque nacional era a mais popularmente conhecida, mas estas poderiam ser um complemento de muitas outras categorias de unidades de conservação (IUCN, 1986). Sendo assim, novas categorias propagaram-se pelos países. Cada governo identificava a área protegida da forma que lhes eram compreendidas, e não havia até então uma organização mundial para padronização das unidades.

Após diversas conferências e convenções sobre as áreas protegidas mundiais, a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) percebeu que se houvesse um padrão pré-estabelecido de categorias pelo mundo, facilitaria as trocas de informações/experiências entre os países. Desta forma, reforçaria as unidades de conservação para uma base mais sólida, visando alcançar prósperos resultados de conservação e manejo perante as unidades.

A IUCN lança, então, em 1978 uma categorização das unidades de acordo com o manejo pré-estabelecido, não importa a diferenciação dos nomes de cada unidade contanto que se assemelhassem no tipo de manejo da área. Este sistema foi aprimorado e reestruturado em 1992 e é utilizado como apoio entre diversos países. Essa categorização auxiliou, também, na criação das legislações pertinentes a cada tipo de área protegida, nas estratégias de manejo adotadas por cada unidade, além do maior controle da intensidade do uso e da forma de uso de cada área (IUCN, 1993).

No Brasil, idéias para a implantação de um parque nacional surgiu logo após a criação de Yellowstone, contudo, só em 1937 é que foi estabelecido, legalmente, o Parque Nacional do Itatiaia.

Na década de 1930/1940, o Brasil começa a se estruturar legislativamente em relação às áreas ambientais, devido a percepção dos impactos da industrialização na exploração e apropriação dos recursos naturais no país (VIANNA, 1996).

Em 1944, foram definidas em escala nacional, as características de um parque nacional. Em 1979, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação Nacional, a fim de categorizar as áreas protegidas existentes. Este plano não desempenhava um papel jurídico importante perante as unidades de conservação. Somente em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) entra em vigor, dividindo as unidades em dois grupos: Unidade de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Os parques nacionais encontram-se na categoria de Proteção Integral, e caracterizam-se como uma unidade de preservação de ecossistemas naturais para realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação da população e para turismo ecológico. O SNUC ainda prevê para os parques nacionais a criação de um conselho consultivo, onde a comunidade deve participar da gestão da unidade de conservação junto à administração, partilhando opiniões e construindo um maior envolvimento da população com a natureza. Este conselho consultivo deve ser formado pela comunidade que vive ao redor da área, por pessoas que se identificam e que direcione essa identificação com a natureza para as demais pessoas da região.

Neste contexto, o objeto de estudo deste trabalho é a implantação do conselho consultivo no Parque Estadual do Jaraguá, localizado na zona noroeste do município de São Paulo. Alguns o caracterizam como um parque urbano, administrado atualmente pela Fundação Florestal. O Parque encontra-se em uma área de expansão urbana, não possui zona de amortecimento, integra o distrito Pirituba/Jaraguá, o qual faz divisa com o município de Osasco, distrito de Perus e com o distrito Anhanguera. As visitas do parque aos finais de semana são intensas, fato caracterizado devido à carência de parques urbanos na região, e por abrigar o pico mais alto da cidade de São Paulo, o Pico do Jaraguá.

Vizinho ao Parque Estadual do Jaraguá vive uma comunidade indígena Guarani M'bya, com aproximadamente 135 famílias. Essas famílias vivem basicamente de auxílios financeiros do governo e de doações. Metade das terras dessa comunidade foram demarcadas em 1986. Atualmente, eles trabalham como uma instituição, a Associação República Amba Verá, pois segundo o representante da Associação, Alísio Gabriel, essa foi a forma que eles encontraram para garantirem os seus direitos.

Segundo o decreto estadual nº 49.672 de junho de 2005, todas as Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo devem prover de um conselho consultivo. Em setembro de 2009 foi lançada a portaria normativa nº 099/2009, pela Fundação Florestal, sobre a instituição e organização do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá. A comissão de apoio à gestão do parque é composta por três representantes de instituições públicas, e cinco instituições representando a sociedade civil. Contudo, ao longo do trabalho percebemos que o quadro de membros do conselho consultivo instalado na unidade, não corresponde às necessidades desta para efetivação da gestão participativa.

Percebemos assim, as dificuldades de implantação de um conselho consultivo numa unidade de proteção integral, no caso, o Parque Estadual do Jaraguá, local onde se faz

necessária a participação de diversas instituições da comunidade do seu entorno, para garantir a continuidade da preservação da biodiversidade devido a presente pressão urbana na área.

Para analisar a implantação do conselho consultivo no Parque Estadual do Jaraguá, e cumprir os objetivos que avaliem a participação da população local na gestão participativa da unidade de conservação, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos, tais como: revisão bibliográfica referente ao surgimento da idéia de unidade de conservação, surgimento das categorias de unidades de conservação e, também sobre a utilização da gestão participativa das unidades de proteção ambiental integral, com o intuito de estabelecer uma análise histórica das áreas protegidas e da legislação brasileira sobre o assunto; levantamento de bibliografias, de informações e de dados secundários sobre o Parque Estadual do Jaraguá e entrevistas livres com a diretora do Jaraguá, e com os membros do conselho. Foram realizados alguns trabalhos de campo para a obtenção de dados primários e acompanhamento de todas as reuniões previstas com o conselho consultivo, até o período de fechamento deste trabalho.

A utilização desta metodologia deu origem aos quatro capítulos deste trabalho. Para evidenciar os problemas da implantação do conselho consultivo do Jaraguá, precisamos levar em consideração todo o processo histórico das unidades de conservação no Brasil e no mundo, para que seja possível uma compreensão da relação homem-natureza. Esta discussão pode ser averiguada no Capítulo um.

O Capítulo dois apresenta o processo histórico do distrito do Jaraguá, desde os bandeirantes, quando estes encontraram na região a existência de ouro. Além disso, demonstra todo o processo histórico de formação da unidade de conservação e da aldeia indígena da região.

O Capítulo três, por sua vez, caracteriza toda a estrutura física do Parque Estadual do Jaraguá, mostrando suas condições fisiográficas e a infra-estrutura para atendimento dos visitantes, além de mostrar o histórico de administração da unidade, caracterizando-a num parque urbano.

Já o último Capítulo, apresenta todo o acompanhamento das reuniões dos conselhos consultivos e caracteriza os problemas encontrados, num primeiro momento, para a efetivação da gestão participativa da unidade.

CAPÍTULO 01

1. A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM ATRAVÉS DA OBTENÇÃO DA TÉCNICA: RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

O homem, desde os primórdios, interfere e modifica a natureza por onde permeia e habita, deixando rastros de suas ações e de suas necessidades, alterando, continuamente, a paisagem destes lugares.

Segundo Luchiari (2001), a idéia de paisagem inicia-se com as representações feitas, principalmente pelos viajantes, em pinturas e relatos detalhados dos locais por onde passavam. Neste primeiro momento a paisagem possui uma denotação puramente estrutural – formas e belezas cênicas dignas de serem admiradas e representadas. Posteriormente, com as demais técnicas de reproduções culturais, como, por exemplo, a literatura e, mais tarde, a fotografia e o cinema, o homem observa que a paisagem não é estática, pelo contrário, está em constante mudança. A paisagem torna-se, para a Geografia Cultural, a cristalização das ações antrópicas no espaço ao longo do tempo (SANTOS, 2002). Sendo assim, a paisagem está carregada de histórias e simbologias da relação do homem com a natureza.

—A técnica conecta o homem com a natureza. É a técnica que possibilita o homem de se envolver com o espaço [...]” (SANTOS, 2004. p. 17). Sua criação iniciou-se na pré-história apenas com o instinto animal do homem para sua sobrevivência, mas o seu aprimoramento foi fundamental para o desenvolvimento humano.

O aprimoramento das técnicas transformam continuamente a cultura do homem e, principalmente, a sua relação com o meio. Com o passar dos séculos, o homem passou a buscar melhores técnicas para o conforto e evolução da sociedade e, segundo Cosgrove (apud MELO, 2001) esta passou a transformar e codificar a paisagem, de acordo com o modo de produção econômico vigente, uma vez que o que distingue as épocas passadas é o valor relativo, dos elementos de um sistema (SANTOS, 2002). Schier (2003, p.82) completa ao dizer que as paisagens

(...) são, em quase todas as abordagens dos séculos XIX e XX, entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes.

É o homem que transforma a paisagem, mas são as diferenças culturais de cada sociedade que são capazes de provocar transformações diferenciadas nela.

Não se trata mais da interação do homem com a natureza da paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual, diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela. (SCHIER, 2003, p.81)

Na pré-história as técnicas são criadas inconscientemente, pelo instinto animal de sobrevivência. Como, por exemplo, a utilização do fogo para afugentar os animais, e para aquecer e iluminar as cavernas onde poderiam “fixar” moradia. (RISSO, 2009)

Contudo, a criação de uma técnica é procedida de outra técnica, as mudanças culturais acontecem rápido e continuamente, assim como as mudanças paisagísticas. A técnica para acender o fogo, por exemplo, foi de grande importância para a criação da agricultura, e foi com o desenvolvimento das primeiras técnicas agrícolas que ocorreram mudanças culturais radicais, onde o homem deixava de ser nômade e se territorializava.

O sedentarismo, para Almino (1993), foi um dos momentos cruciais para a degradação ambiental, pois a partir deste período a sociedade começa a se desenvolver e as técnicas passam a ser necessárias de acordo com as dificuldades encontradas pela sociedade. Com o sedentarismo novas técnicas foram criadas e junto com elas a idéia de propriedade, sociedade, divisão do trabalho, acumulação, etc.

Com o desenvolvimento da sociedade, as técnicas deixam de ser buscadas unicamente para a sobrevivência humana, e passam a ser desejadas pelo homem, seja simplesmente por conhecimento ou porque esta adquire um valor, conseqüentemente a natureza também adquire valor, torna-se um recurso natural necessário para o desenvolvimento de novas técnicas. Para Luchiani (2001, p.20) a evolução da sociedade “~~m~~ediatiza suas relações com a natureza e lhe atribui um valor, uma representação e um controle sobre as paisagens que os homens disputam em um campo relacional de poder.”.

O poder que o homem adquire em relação à natureza advém da evolução da sociedade e da conscientização de controle do homem sobre a paisagem, o que para Santos (2002, p.16), subverteu a idéia da “~~r~~elação do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações”. Assim, a natureza tornou-se um mero recurso para o desenvolvimento da sociedade, sem a preocupação e conscientização da importância desta para o futuro das nações.

A Revolução Industrial, por sua vez, é o ponto culminante e decisivo da degradação ambiental, pois foi favorecida pela fusão da ciência e da tecnologia, pelo modo de produção

capitalista e pela cultura de acumulação, além da determinada visão de progresso da sociedade. (ALMINO, 1993).

Para Luchiari (2001, p.18), foi a visão geográfica cultural da paisagem que tornou o modelo de desenvolvimento capitalista questionável, uma vez que:

Saltam aos olhos as paisagens destituídas de beleza e as paisagens-símbolos de um risco socioambiental iminente: florestas devastadas pelas madeiras ou pelo uso agrícola e pecuário; desertos que o manejo inadequado do solo provocaram; rios que se transformaram em canais de esgoto industrial e doméstico; favelas; ocupações grandes lixões etc.

A paisagem natural antes retratada formidavelmente pelas pinturas e pelo lirismo da literatura cede lugar à intensa urbanização das grandes cidades. Sabemos que as paisagens se transformam, mas sendo estas um produto da ação do homem, não se esgotam, o que se esgota é o recurso natural do qual criamos os instrumentos para o desenvolvimento cultural de uma sociedade. Assim, podemos dizer que a natureza é alvo da dependência do ser humano pelas estruturas desenvolvidas ao longo dos séculos, e que caracteriza a cultura do consumo e da acumulação de riquezas.

1.1. Surgimento da idéia de áreas protegidas e das unidades de conservação

Atualmente, em pleno século XXI, ainda encontra-se muitos problemas em relação a conservação ambiental devido à cultura de consumo e de acumulação, a qual estamos incorporados desde os séculos XVIII e XIX com a evolução do capitalismo industrial. Contudo, ao longo dos séculos, percebemos que a preocupação com a natureza e com a qualidade de vida da população era destacada, em alguns momentos, durante o desenvolvimento da sociedade, entretanto não era uma preocupação eminente e pouco foi feito para a preservação da natureza antes da Revolução Industrial.

Na idade Antiga, por exemplo, alguns planejadores apresentavam certa preocupação com o crescimento das cidades e a perda futura da qualidade de vida da população. Almino (1993) cita o planejador grego, Constantino Doxiadis, o qual deu origem a palavra grega *‘entopia’* – lugar – sugerindo a construção de assentamentos humanos que aproveitassem as condições locais da área, ou seja, que aproximasse as características da natureza para o planejamento.

Vianna (1996, p.25) cita a criação de alguns parques de caça ainda na Antiguidade:

(...) um parque para ursos e leões criado pelo Rei da Pérsia em 1800 a.C. E os parques de caça, que aparecem pela primeira vez na Assíria em 700 a.C. Em 400 a.C. tem-se notícia do estabelecimento de parques de caça na Índia e de uma reserva natural criada pelo imperador Açoka neste mesmo país no século III a.C.

No entanto, os parques de caças e as reservas criadas na antiguidade eram florestas cercadas para uso exclusivo dos Reis e Imperadores da época. Quem ousasse se aventurar pelos parques seria condenado à morte (RISSO, 2009). Estes parques foram criados por uma preocupação da elite, para garantir recursos necessários para a sobrevivência, além de uma inicial noção de finitude desses recursos, como demonstra Vianna (1996, p.31) a seguir:

McCormick (1992) descreve casos de destruição ambiental há 3.700 anos nas cidades sumérias, com a salinização e alagamento de terras irrigadas. Menciona denúncias de Platão contra a destruição das condições naturais entre os gregos. O mesmo para os romanos no século I, na Mesopotâmia no séc. VII, com a civilização Maia, no século X, e com a Inglaterra Medieval, vítima de poluição atmosférica pela queima do carvão. Uma certa concepção de finitude da natureza surge, desse modo, expressa inclusive na decretação dos parques de caça, cuja preocupação era de reservar recursos específicos, finitos, para usufruto de uma elite.

Sempre houve divergência de opinião em relação a natureza durante a idade Antiga, e a idéia de dominá-la sempre esteve ao alcance da sociedade. Aristóteles, filósofo que viveu até 322 a.C, argumenta em uma de suas obras que a natureza existe com o propósito de fornecer ao ser humano condições de sobrevivência. Segundo o filósofo “a natureza não fez nada em vão e tudo tem um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e estes para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar e os selvagens para serem caçados” (THOMAS, 1989, p.21 apud VIANNA, 1996, p.27)

Sendo a dominação humana sobre a natureza a principal causa de degradação da diversidade biológica mundial, Almino (1993) coloca a doutrina Judaico-Cristã como uma das principais causas dessa dominação e degradação da natureza, uma vez que denomina o homem como ser superior a esta, devendo, assim, dominá-la. Keith Thomas (apud VIANNA 1996, p. 27) também partilha dessa opinião

O jardim de Éden, afirmavam, era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas (Gênesis, III, 18 apud Thomas, op.cit.:22). (...) “Tentam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus todos os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento.” (Gênesis, IX, 2-3 apud Thomas, op.cit.:22). (...) Nesta lei do Antigo Testamento o domínio do homem sobre a natureza se fundou.

Na Idade Média, a relação do homem com a natureza pode ser caracterizada de acordo com a ética cristã argumentada por Almino e Vianna, uma vez que a sociedade era dirigida pela Igreja Católica Romana e esta influenciava nas ações sobre o meio ambiente. Contudo, Risso (1998) apresenta a antítese dessa idéia, a ética ecológica de São Francisco de Assis que

coloca o homem e os demais seres vivos em condição de igualdade, onde todos tem importância para a sociedade. São Francisco buscava a união do homem com a natureza e os animais e, assim, influenciou as ações positivas sobre o meio ambiente.

Todavia, com o humanismo e, posteriormente, com a revolução industrial, os impactos causados ao meio natural tomaram proporções preocupantes à sociedade. Nota-se neste período que a religião pouco influenciou a degradação ao meio natural, e tão pouco exerceu influência na preservação dos recursos. Torna-se claro que foi a idéia de acumulação, ou seja, o sistema capitalista de produção que levou o homem a exploração intensa dos recursos naturais (VIANNA, 1996), uma vez que tudo o que existia na natureza deveria servir ao homem – idéia antropocêntrica.

O homem do século XVIII valorizava o mundo natural domesticado, os campos de cultivo eram os únicos que possuíam algum valor, enquanto as áreas silvestres deveriam ser exploradas e dominadas. Neste período, os animais eram mal tratados no ocidente e quando a sociedade ocidental foi informada que no oriente a natureza era venerada e os animais bem cuidados, a reação foi de desaprovação e descontentamento, uma vez que, para eles o homem ~~era~~ considerado o rei da criação e os animais, destituídos de direitos e de sentidos e, portanto, insensíveis a dor”, além disso, a domesticação dos animais ~~era~~ o ponto mais alto da humanização, entregar gado aos indígenas, por exemplo, eram introduzi-los na civilização.” (DIEGUES, 1994. p. 19)

Com o advento do capitalismo industrial, a utilização dos recursos naturais acelerou demasiadamente a transformação da natureza. Como consequência a natureza não teve tempo o suficiente para se reestruturar. Risso (2009, p.05) argumenta que ~~o~~ tempo do capitalismo industrial não era o mesmo tempo na natureza”.

O homem ao utilizar das técnicas para a revolução industrial, não pensou nas consequências naturais que as futuras gerações iriam sofrer.

Acreditando demasiado no progresso histórico, endeusando o novo e o moderno, favorecendo uma razão puramente instrumental e a crença na capacidade transformadora ilimitada da tecnologia, levou à destruição da natureza para atingir objetivos estreitos do presente, prejudiciais ao homem numa perspectiva longa da história. (ALMINO, 1993. P.17)

A industrialização prejudicou o meio físico em que vivemos, uma vez que aumentou o consumo de recursos naturais, desmatando grande parte da vegetação natural dos países, o que conseqüentemente, extinguiu parte da fauna e da flora mundial. Foi com a percepção da sociedade sobre os efeitos prejudiciais da industrialização que atitudes foram tomadas para a

preservação da natureza. A preocupação com as questões ambientais estão intimamente ligada à perda de qualidade de vida dos seres humanos.

Para Almino (1993), a revolução industrial trouxe as manifestações das preocupações ecológicas, no entanto, as atitudes para o cuidado do meio ambiente foram tardias, pois num primeiro momento a sociedade acreditava que a realidade da natureza não precisava ser urgentemente modificada, só na 2ª metade do século XIX que expressões preservacionistas começaram a surgir. Almino (1993, p.21) liga este fato com a percepção tardia da aristocracia e da burguesia sobre os problemas ecológicos causados pela revolução, uma vez que os problemas de poluição atingiam primordialmente “a classe de pobres e miseráveis dos subúrbios industriais”.

O primeiro movimento ambientalista surgiu na Inglaterra, em 1865 – o *British Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society*, e foi com o biólogo alemão Ernst Haeckel que a palavra ecologia foi utilizada pela primeira vez, em 1866, para caracterizar o estudo da relação das espécies com o meio. (ALMINO, 1993, p.19) Neste primeiro momento, segundo Almino (1993), a ecologia encontrou mais espaço na Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos, devido ao grau intensificado da urbanização.

Diegues (1994) ressalta a importância que os escritores românticos tiveram para o surgimento dos movimentos ambientalistas e, posteriormente das áreas protegidas. “Estes fizeram da procura do que restava de natureza selvagem na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 1994, p.20)

Nesta época, existiam duas correntes de pensamento para a preservação/conservação dos recursos naturais. A corrente ‘preservacionista’ pretendia proteger a natureza contra o desenvolvimento industrial e moderno, com áreas naturais protegidas, sem nenhuma intervenção humana. E a outra corrente foi a ‘conservacionista’, na qual o uso racional dos recursos naturais seria permitido sem desperdício, defendendo o uso democrático da natureza pela população. Este último tornar-se-ia uma corrente de pensamento crítico sobre o desenvolvimento a qualquer custo.

No entanto, no contexto urbano que a sociedade estava inserida, a população começou a desejar lugares desabitados, com uma incontestável beleza cênica, onde se pudesse contemplar a natureza, e se isolar junto com a família dos centros urbanos desordenados, escuros e poluídos. Para Tuan apud Risso (2009, p.06) “quando uma sociedade alcança um certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a

relativa simplicidade da Natureza”. Nesta conjectura, tornou-se imprescindível a criação de uma reserva natural para lazer e meditação da população (DIEGUES, 1996).

Segundo Vianna (1996), a idéia de reservas naturais já havia sido salientada por Thoreau, em 1853, ao dizer que a preservação das áreas virgens era importante para a preservação da civilização, Marsh completaria, posteriormente, dizendo que a preservação dessas áreas tinha importância tanto econômica quanto poética para a sociedade. Thoreau e Marsh foram grandes defensores e precursores da preservação das áreas naturais, ambos anteciparam os métodos e as preocupações da ecologia e do ambientalismo.

Foi então, com o intuito de prover área de lazer para a população urbana meditar, e se divertir longe dos centros caóticos e poluídos da cidade industrializada, e também a fim de resguardar as paisagens naturais para as futuras gerações que, em 1872, foi criado o primeiro Parque Nacional do Mundo: o Parque Nacional de Yellowstone, localizado a oeste dos Estados Unidos.

Sendo a paisagem natural o que foi criada pela ação “divina”, ou seja, o que prescinde a ação humana, fica decretado que a área natural protegida nos termos da lei dos Estados Unidos deve ser intocada – selvagem –, fica proibida sua ocupação ou qualquer forma de intervenção humana na área. No Parque Nacional de Yellowstone, o ser humano seria sempre o visitante e nunca o morador. (BENSUSAN, 2006)

Esta visão de restrição de população no interior das áreas protegidas desconsiderou completamente o fato da existência de populações sobrevivendo dos costumes culturais primitivos, totalmente diferente dos costumes urbanos da modernidade. Este fato trouxe grandes conseqüências mundiais, uma vez que este modelo de área protegida foi adotado por diversos países ao redor do mundo. Nas regiões tropicais, por exemplo, a existência de famílias tradicionais era comum nas áreas naturais e, com esta noção preservacionista desapropriou muitas comunidades de seus locais de origem, deixando-as destituídas de suas culturas e de seus lares. Muitas comunidades tradicionais¹ foram dizimadas como conseqüência dessa percepção de preservação.

Segundo Diegues (1994), para a criação do Parque Nacional de Yellowstone muitas famílias indígenas tiveram que ser desapropriadas, o local era território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock e pelo que se têm notícias, eles não deixaram a área espontaneamente. Pouco se sabe o que aconteceu com essas famílias, entretanto, sabe-se que

¹ Entende-se neste trabalho como comunidades tradicionais, as populações que tradicionalmente utilizam os recursos naturais para sobreviver, com técnicas que causam impactos mínimos aos recursos naturais e que habitam remanescentes florestais detendo o conhecimento ecológico da região (VIANNA, 1996).

ocorreram muitos conflitos na área e que muitas pessoas das comunidades tradicionais foram mortas nesses confrontos, o que tornou central o embate sobre a presença humana em unidades de conservação

(...) cinco anos depois da criação de Yellowstone, 1877, os shoshone entraram em conflito com as autoridades do parque, resultando em um saldo de 300 mortos. Nove anos depois, a administração do Parque Nacional de Yellowstone passou para as mãos do Exército americano (Colchester, 1997). Desde então, os casos se multiplicaram (...) (BENSUSAN, 2006, P.113)

Essa concepção de preservação de área desabitada, sempre foi e será criticada pelos estudiosos ambientalistas. Para Vianna (1996, p.40)

O que vingou foi uma concepção antropocêntrica e etnocêntrica, que restringe qualquer tipo de população no interior das áreas protegidas, o que se justifica pela generalização, a qualquer tipo de organização social, daquela sobre a qual se baseia a sociedade industrial, refletindo uma concepção única de homem como depredador da natureza.

Na visão de Diegues (1994, p.23), essa idéia de preservação de áreas selvagens sem intervenção humana, surgiu com a concepção cristã de paraíso, existente na idade média, ~~uma~~ região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original.”. Desta forma, Diegues (1994) apresenta esta idéia como o mito moderno da natureza intocada, onde se anula o fato da existência de pessoas que vivem harmoniosamente no ambiente natural, do qual dependem como fonte de matéria-prima para a sobrevivência, e passa a representar um ~~refúgio~~ de contemplação, ~~ilha~~” onde a mente humana poderia se proteger da devastação da sociedade urbano-industrial.” (DIEGUES, 1994, p.52).

Os Parques Nacionais nasceram de um susto coletivo devido à intensificação da industrialização e da demanda pela população de áreas com uma beleza cênica natural, onde pudessem respirar ar puro e descansar da rotina dos centros urbanos. Sendo assim, Vianna (1996, p.40), acredita que nas primeiras áreas protegidas, pouco se pensou na conservação da diversidade biológica, uma vez que ~~(...)~~ os parques eram concebidos como recursos recreativos para o homem urbano. Este objetivo acabou por privilegiar áreas naturais com apelo estético, discriminando áreas essenciais para o funcionamento dos ecossistemas.”.

Contudo, houve uma evolução na concepção de conservação das áreas de preservação ambiental, considerando todas as formas físicas da natureza como a água, o ar e a biodiversidade. Alguns Parques, por exemplo, começaram a surgir para o desfrute da ciência, uma vez que a sociedade pouco conhecia sobre a biodiversidade mundial. Vianna (1996) descreve o caso do primeiro Parque Nacional da Suíça, em 1914, o qual era um enorme

laboratório para estudos da fauna e da flora e não privilegiava a área para lazer da população, e sim a ciência. Nota-se nessa época, também, uma preocupação com a preservação das espécies animais para caça.

Na década de 1930, Tansley sugere o conceito de sistema ecológico, ou ecossistema, denominação para a interação de todos os organismos de uma determinada área com o ambiente físico (VIANNA, 1996). Morán (1990) apud Vianna (1996, p.42) descreve o ecossistema como a “dimensão dinâmica das relações entre organismos e seu ambiente físico (...)”. Desta maneira, este conceito busca compreender os processos, ou fluxos, entre componentes vivos (bióticos) e não vivos (abióticos)”. Este conceito ampliou os objetivos de preservação das áreas naturais protegidas para além das espécies ameaçadas de extermínio.

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) sobre as áreas de conservação ambientais criadas no mundo desde 1930 até 1989, totalizam 3.360 unidades de preservação, levando em consideração somente as áreas de proteção ambiental a nível federal (DIEGUES, 1994). Esta estatística representa cerca de 4.237,311 km² de área preservada (GHUIMIRRE, 1993 apud VIANNA 1996).

A partir da década de 1970, houve um aumento considerável do número de unidades de conservação no mundo, isso ocorreu devido a intensa degradação ambiental neste período, como acrescenta Feldman (1994)²:

No intervalo de apenas 20 anos que separam a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, os problemas ambientais, antes locais e regionais, assumiram proporções globais, como a destruição da camada de ozônio e o aquecimento do planeta. A escala do processo de degradação da natureza que se observa atualmente implica não apenas na redução das possibilidades de desenvolvimento e satisfação das necessidades e aspirações das gerações futuras, mas constitui uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade.

Assim, em 1989, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) afirma que seria ideal se 10% da superfície da Terra fosse uma unidade de conservação ambiental, pois dessa forma o saldo começaria a ser positivo para a biodiversidade mundial. Mesmo assim, em estatísticas da World Database on Protected Areas³ apud Bensusan (2006) apenas 3,4% da superfície terrestre são legalmente protegidos, espalhados por 130 países e em níveis desiguais. Os Estados Unidos, que apresenta um alto índice de poluição e destruição

² Parecer Preliminar do projeto de Lei nº 2.892 de 1992 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil.

³ World Database on Protected Areas é o Banco de Dados sobre Áreas Protegidas em todo o mundo, mantido e organizado pela UICN.

ambiental, possui apenas 2% de suas terras ambientalmente protegidas. Além disso, Bensusan (2006) chama nossa atenção para o fato de que muitas áreas estão legalmente criadas, mas ainda não foram implantadas, nestes casos são denominadas como Parques de Papel, já que existem no papel, mas não existem fisicamente.

Conforme a UICN (2010), atualmente cerca de 22% dos mamíferos, 30% dos anfíbios, 12% dos pássaros, 28% dos répteis, 37% dos peixes e 70% das plantas estão sob ameaça de extinção, uma vez que 60% dos ecossistemas mundiais estão degradados. Na Convenção da Diversidade Biológica de 2002 foi feito um trato entre 190 países para a diminuição da perda de biodiversidade a ser alcançado num período de oito anos, mas em 2010, as estatísticas não mostraram uma melhora eficiente em relação ao assunto e, segundo a direção geral da UICN, na convenção biológica deste ano, a qual ocorrerá em Outubro, serão realizados novos acordos entre os países. Percebe-se, em pleno século XXI, uma falta de comprometimento entre os governos para com a conservação da biodiversidade.

A sociedade ao revalorizar as paisagens naturais, constrói um novo modelo perceptivo em relação ao meio e lhe impõe novas territorialidades. (LUCHIARI, 2001) Conforme Bensusan (2006), atualmente as áreas de proteção são o principal instrumento – a principal técnica – da sociedade para a conservação da biodiversidade. Contudo, sabemos que essas áreas, mesmo sendo de grande importância para a preservação, estão longe de prevenir o desaparecimento da biodiversidade, uma vez que os recursos biológicos fora dos limites das áreas protegidas são de extrema importância para a manutenção dos ecossistemas.

1.1.1 Categorização mundial das unidades de conservação

Com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, houve uma proliferação de Parques Nacionais nos países urbano-industrializados. No entanto, as unidades continham características e objetivos próprios, ou seja, não existia uma diretriz base para a gestão de um Parque Nacional. Os países tinham a liberdade para criar seus Parques Nacionais e lhes conferir diretrizes pertinentes as condições de seus países. Este fato dificultava a troca de experiências entre as nações para o aprimoramento das técnicas de conservação ambiental.

Segundo a UICN (1993), dos Parques criados após o Yellowstone poucos receberam condições suficientes para atingirem um grau satisfatório de conservação ambiental. Os orçamentos eram insuficientes, a infra-estrutura inadequada e, na maioria dos casos, não havia uma boa relação com as comunidades ao redor. Para a UICN (1993), parte destes problemas ocorria devido à falta de um conhecimento objetivo sobre as funções das áreas protegidas, e

sobre os benefícios que estas poderiam trazer para a sociedade. Para inverter este quadro, as convenções, os congressos e as conferências realizadas, ao longo dos anos para aprimoramento das técnicas de conservação – além das trocas de experiências entre os países – foram de grande importância para o desenvolvimento da preservação ambiental mundial.

Em 1933, foi realizada em Londres a primeira Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, com o intuito de tentar alcançar uma conceituação mundial para o manejo dos Parques. Três características dos Parques Nacionais foram definidas neste encontro: áreas controladas pelo poder público; áreas para preservação da fauna e da flora, objetivos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida; e áreas de visitação pública.” (BENSUSAN, 2006, p.15).

Uma nova Convenção é realizada em 1940, em Washington nos Estados Unidos, Convenção de Proteção à Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental, segundo Risso (2009), os países que fossem signatários deveriam empreender esforços para criar novas áreas de proteção ambiental em seu território.

Em 1948, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) convocou um Congresso Internacional para desenvolver um trabalho de colaboração internacional entre as organizações conservacionistas. Assim, criaram a União Internacional para Proteção da Natureza (IUPN), a qual passa a se chamar em 1965 de União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). (VIANNA, 1996)

Segundo o Estatuto e o Regulamento da UICN, esta União foi formada com o intuito de “(...) *implement laws, policy and Best-practice by mobilizing organizations, providing resources and training, and monitoring results*”.

Em 1959, a UICN produziu, com o auxílio das Nações Unidas, a primeira lista de Parques e reservas ambientais que se tinha conhecimento (RISSO, 1998). E em 1960, a UICN estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para assessorar no monitoramento e manejo das unidades de conservação, de acordo com as condições nacionais e locais de cada governo. Além disso, a Comissão tinha como objetivo fazer com que os governos se conscientizassem sobre a importância das áreas protegidas; diminuir os problemas causados pela utilização de muitos termos diferentes para descrever as áreas protegidas; e melhorar a comunicação entre os participantes em atividades de conservação (UICN, 1994)

Em 1962, houve a primeira conferência mundial sobre Parques Nacionais, realizada em Seattle (EUA). Ficou determinado na conferência o princípio geral dos Parques Nacionais e, pela primeira vez se utiliza a idéia de zoneamento, onde criaria condições da categoria de

Parque Nacional haver grandes extensões de áreas para proteção do ecossistema, e também de áreas habitadas ou utilizadas pelo homem. –Neste sentido, esta primeira referência à zoneamento refletiu a preocupação e, de certo modo, aceitou a existência de assentamentos humanos dentro das áreas naturais protegidas, pelo menos temporariamente.” (VIANNA, 1996, P. 46).

Segundo Vianna (1996), a conferência da Biosfera, que ocorreu em 1968, em Paris, ampliou a conceituação do termo conservação, discutindo pela primeira vez a dimensão política, social e econômica da conservação da biodiversidade.

Na 10ª Assembléia geral da UICN, em Nova Delhi (Índia), defini-se, finalmente, a caracterização dos Parques Nacionais e recomenda-se a criação destes em áreas onde pelo menos um ecossistema não esteja antropizado; e onde o Estado deveria tomar todas as providências para a conservação da área. Fica definido, também, no Congresso que as áreas que não se enquadrassem nas definições de parque nacional deveriam ser reclassificadas. Foram propostas, então, outras terminologias de unidades de conservação, baseadas na forma de uso e no tipo de manejo realizado nas áreas. Segundo Vianna (1996), é neste momento que surge a reserva científica, natural ou especial.

Em 1972, a ONU realiza a conferência de Estocolmo, onde se produziu a Declaração sobre o ambiente humano e o Plano de Ação Mundial, além da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1978, a UICN publica um informe da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, onde definem 10 categorias de unidades de conservação, suas definições e objetivos. As categorias são estas (UICN 1994):

- I. Reserva Científica ou Reserva Natural Estrita
- II. Parque Nacional
- III. Monumento Natural ou Elemento Natural Destacado
- IV. Reserva de Conservação da Natureza; Reserva Natural Manejada ou Santuário de Vida Silvestre
- V. Paisagem Protegida
- VI. Reserva de Recursos Naturais
- VII. Área Biótica Natural ou Reserva Antropológica
- VIII Área Natural Manejada para Múltiplos Fins ou Área de Manejo dos Recursos Naturais
- IX. Reserva da Biosfera
- X. Área Natural de Patrimônio Mundial

Segundo a UICN (1994, p.183), estas categorias foram incorporadas nas legislações nacionais, utilizado para entablar diálogos entre los administradores de las áreas protegidas del mundo, y ha sentado las bases de la estructura orgânica de la Lista de las Naciones Unidas de Parques Nacionales y Areas Protegidas.

Mas foi em 1982 com o 3º Congresso Mundial de Bali, na Indonésia, que houve uma evolução na conceituação de Parques Nacionais, no que concerne sua relação com as comunidades tradicionais. Perde-se a idéia de área Natural desabitada – selvagem.

O congresso de Bali reafirmou os direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual; recomendou que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas e que fossem tomadas decisões de manejo conjuntas entre as sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades das áreas protegidas, considerando a variedade de circunstâncias locais (DIEGUES, 1994 P.90)

Como a realização dessa reunião era feita a cada 10 anos, ficou determinado a realização de um plano de ação para a conservação da biodiversidade, onde o governo teria o prazo de dez anos para efetuar os planos e as metas traçados.

Segundo a UICN (1993), o maior objetivo do Plano de Ação de Bali era expandir as áreas protegidas para 10% de toda a superfície terrestre. Essa meta não foi realizada, contudo, notou-se um grande desempenho nacional para a preservação da biodiversidade. Além disso, ficou estabelecido que a criação das unidades de conservação só faria sentido se houvesse ajuda externa da população, com a redução do consumismo nos países industrializados e com a melhoria da qualidade de vida dos países em desenvolvimento, para que estes não explorassem os recursos naturais (DIEGUES, 1994. p.90)

A década de 1980 foi de extrema importância para a desmistificação da natureza intocada. Ganha força a idéia de comunidades tradicionais auxiliando, com o seu vasto conhecimento, o manejo das áreas protegidas (RISSO, 1998). Algumas áreas protegidas poderiam garantir a sobrevivência dos recursos naturais e das populações tradicionais, uma vez que a diversidade cultural também deveria ser preservada, pois é o acúmulo de conhecimento ao longo dos tempos.

Com o passar do tempo, logo se pode perceber que havia uma necessidade de revisar e atualizar as categorias de áreas protegidas de 1978, uma vez que as diferenças entre as categorias nem sempre estavam claras e faltava referências para conservação das áreas marinhas. Além disso, ficou claro que as categorias IX e X tinham características mais

amplas, as quais se superpõem a outras categorias, logo, não poderiam ser conceituadas como categorias de unidades de conservação.

Segundo a IUCN (1994), em 1984 a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas criou um Grupo de Tarefas Especiais para analisar a efetivação do sistema de categorias, e proceder com as modificações necessárias. Desta forma em 1992 as categorias de Unidades de Conservação foram revisadas e atualizadas sendo adotada, em 1994, pela Assembléia Geral da UICN e validadas até os dias atuais (RISSO 2009).

As categorias⁴ de áreas protegidas reconhecidas pela UICN são:

Categoria Ia: Reserva Natural Estrita – Área destinada a fins científicos.

Categoria Ib: Área de Vida Selvagem – Área destinada unicamente à proteção ambiental

Categoria II: Parque Nacional – Área para a conservação dos ecossistemas e para fins recreacionais, educacionais e científicos aos visitantes.

Categoria III: Monumento Natural – Áreas contendo elementos naturais de valor excepcional, seja por valores culturais, por qualidade estética ou por representatividade.

Categoria IV: Área de Manejo de Hábitat e Espécies: Área protegida com possibilidades de intervenção humana para manutenção de *habitats* de algumas espécies.

Categoria V: Paisagens protegidas silvestres ou marinhas – Paisagem com valor estético, cultural e biológico.

Categoria VI: Área Protegida para Manejo de Recursos Naturais: Área manejada para uso sustentável fornecendo produtos naturais para a comunidade.

Para a definição das categorias das unidades de conservação, a UICN levantou alguns critérios, o principal seria o manejo da biodiversidade aplicado em cada área protegida. Pois, desta forma o sistema de conservação teria uma base sólida com praticidade em seu manejo (UICN 1994).

Estas categorias definidas pela UICN possuem um caráter geral e foram criadas como uma base para comparação internacional e para efetivação da conservação mundial. Desta forma, cada nação ao aplicá-las em seu território deve interpretá-las com flexibilidade e ajustá-las de acordo com a realidade cultural nacional.

1.2. Unidades de conservação no Brasil

O Brasil foi um dos países que mais demorou em criar um Parque Nacional. No entanto, apesar desta demora legal, algumas iniciativas de conservação da biodiversidade foram

⁴ A relação das categorias reconhecidas pela UICN foi tirada do livro *Directrices para las Categorias de Manejo de Áreas Protegidas*, em 1994.

traçadas durante o reinado português no país (MEDEIROS, 2006). Segundo Bensusan (2006) e Diegues (1994), as iniciativas de conservação ambiental durante o período colonial são caracterizadas por documentos legais pouco aplicados no Brasil, sendo assim, não devem ser consideradas adequadas para a conservação do patrimônio natural do país.

Desde a descoberta do Brasil, o país chamou atenção por sua exuberância natural. Segundo Diegues (1994), os europeus o descreviam como se tivessem reencontrado o paraíso perdido. Desde então, o país sofre continuamente com a exploração de seus recursos naturais, primeiramente por seus colonizadores e posteriormente por sua urbanização.

Os portugueses não tinham a intenção de se estabelecerem no Brasil, mas nunca abriram mão dos recursos encontrados por eles na colônia e levavam o que podiam para Portugal. Nesta época, a Europa não demonstrava uma preocupação com a conservação dos recursos naturais, principalmente com o Brasil que era uma terra onde não pretendiam habitar, apenas usufruir dos bens que possuíam.

A destruição da natureza no Brasil, desde o início parece estar ligada ao interesse do colonizador de não se fixar aqui, mas levar tudo para o Reino, como afirmava Frei Vicente: —Por mais arraigados (os colonizadores) que na terra estejam, e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que de cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruídas” (FREI VICENTE SALVADOR. In: PÁDUA, 1987: 47 apud DIEGUES, 1994, p.101).

Além disso, a sociedade européia do séc. XVII já sentia necessidade de áreas para lazer⁵, o que nos leva a crer numa sociedade de dominação dos recursos naturais, utilizando-os indiscriminadamente. Sendo assim, o europeu utiliza de suas experiências européias ao chegar na América, dominando a natureza da forma que dominou na Europa.

Observa Janice T. da Silva que —o olhar do europeu sobre a natureza, apesar de procurar o novo — plantas ou animais desconhecidos —, realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências européias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim, o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos na metrópole. [...]. A flora e a fauna descritas por este ângulo indicam que podem ser utilizadas indiscriminadamente pelos humanos, sugerindo, portanto, a destruição e não a preservação como elemento constitutivo da ordem colonial.” Assim, ainda segundo a historiadora, —o paraíso não pode ser encontrado porque a natureza americana, a selva e o selvagem passam a responder por tudo que foi desejado, reprimido e dominado. Incapaz de se identificar com a natureza, o descobridor inicia sua obra colonial,

⁵ Foi neste período que a urbanização, na Europa, começou a adotar espaços públicos, como parques ajardinados em seus planejamentos. Estas áreas de lazer não eram áreas com natureza protegida, mas apresentavam uma arborização agradável para os moradores de uma determinada região. (SEGAWA, 1996)

sacrificando a própria fertilidade da terra descoberta.” (SILVA, 1991-92, p. 22-3 apud SEGAWA, 1996, p.52)

Como acontece em todas as nações do mundo, a preocupação com a degradação ambiental surge quando atinge o bem estar da elite nacional. Segundo Medeiros (2006), a água e a madeira foram os dois principais recursos que trouxeram preocupações para os colonizadores, onde o primeiro era importante para o abastecimento das cidades e o segundo para as construções de embarcações e residências, além de servir de combustível para aquecer os palácios da nobreza.

Em 1605, segundo Medeiros (2006), é lançado o “Regimento do Pau-Brasil”, o qual o autor considera como uma das primeiras leis de proteção florestal brasileira, por estabelecer limites à exploração do Pau-Brasil na colônia. Deixa expresso que para cortar uma árvore de Pau-Brasil seria necessário uma licença de Portugal, e a penalidade para quem não utilizasse desse meio seria a pena de morte, ou a fazenda do responsável pelo corte seria confiscada pelo Império.

O Conde Maurício de Nassau chegou ao Brasil em 1637, para tomar posse dos bens holandeses, e durante o período que se estabeleceu no país trouxe a apreciação da natureza e em certos momentos, auxiliou na conservação da mesma. Segundo Segawa (1996), foi Nassau que criou o primeiro jardim do Brasil. Admirado com a beleza natural brasileira, resolveu migrar diversos tipos de árvores de todo o país para sua casa de lazer, em Recife⁶, deixando a vegetação se regenerar. Dedicava-se a jardinagem e a arboricultura. Segundo Vianna (1996), foi Maurício de Nassau quem tomou medidas para evitar o fim das florestas do nordeste, além de evitar a poluição dos rios com os bagaços da cana-de-açúcar. Nassau imigrou diversos tipos de vegetação para o Brasil, além de animais, constituindo o primeiro zoológico brasileiro. Com toda esta estrutura em sua casa, Nassau auxiliou nos estudos científicos biológicos, meteorológicos, da história da natural, além da Astronomia (SEGAWA, 1996).

O século XVIII foi marcado por decretos e resoluções de Portugal para com a natureza brasileira: a Carta Régia de 7 de novembro de 1796, e o Aviso Régio de 19 de novembro de 1798. Ambos determinavam a criação de estabelecimentos botânicos para organização de espécies naturais para intercâmbio com a economia portuguesa (BARRETO FILHO, 2004). Houve também, a Carta Régia de 13 de março de 1797, na qual se afirmava necessidade para a conservação da natureza do Brasil para que elas não fossem arruinadas e destruídas. Para Medeiros (2006, p.43), “Este decreto real, entre outras providências, visava coibir o corte não

⁶ Conhecida, no século XVII, como cidade Maurícia (SEGAWA 1996).

autorizado pela coroa de determinadas espécies de árvores cuja madeira, considerada nobre (...), representava importante recurso para a metrópole.”.

Com a chegada da família real no Brasil, em 1808, houve um crescimento populacional instantâneo, e a degradação ambiental se manifestou rapidamente pela condição sanitária da corte e pela falta de abastecimento de água potável (BARRETO FILHO, 2004).

As primeiras medidas de D. Pedro II para com a Conservação Ambiental foram os decretos reais de 1817 e 1818, para a proteção dos mananciais do Estado do Rio de Janeiro. No primeiro, fica proibido o corte de vegetação próximo aos mananciais, e o segundo demonstra o intuito de apropriação de fazendas para a preservação de rios ameaçados. Este último é reforçado em 1844, pelo ministro do Império, onde algumas áreas acabam sendo desapropriadas para o reflorestamento da vegetação local (BARRETO FILHO, 2004 E MEDEIROS, 2006).

Segundo Vianna (1994) e Barreto Filho (2004), em 1833, ocorreu uma Decisão Imperial de nº 429 criando uma Reserva de Florestas na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, em algumas áreas onde o reflorestamento estava em processo, foi instituída, pelo Ministro do Império, em 1861, a Floresta da Tijuca e a Floresta das Paineiras, no Rio de Janeiro. Para Medeiros (2006), estas podem ser consideradas como as primeiras áreas protegidas no Brasil. E foi o entorno dessas áreas, segundo Barreto Filho (2004, p.55), que surgiu o “refúgio permanente de ricos e poderosos contra o calor e a insalubridade do Rio de Janeiro”.

Durante este mesmo período, o Império criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras-públicas do Brasil, o qual ficou responsável pela administração das duas florestas criadas e que mais tarde seria responsável pelas Unidades de Conservação que surgiriam.

Um grande nome para a conservação ambiental no século XIX foi José Bonifácio. No início do século, em 1821, Bonifácio já sugeria a criação de um setor administrativo responsável pela administração das florestas brasileiras, uma vez que boa parte da Mata Atlântica, principalmente no Nordeste, tinha sido desmatada para a utilização de madeiras (DIEGUES, 1994 e MEDEIROS 2006). Mas foram cem anos depois, em 1921, que foi criado o Serviço Florestal⁷ do Brasil, pelo decreto federal de nº 4.421, subordinado ao Ministério da Agricultura.

Após a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, muitos foram as personalidades que se engajaram na criação de áreas protegidas no Brasil. Todavia, essas idéias demoraram a se consolidar, André Rebouças, por exemplo, lançou em 1876 um artigo

⁷ O Estado de São Paulo cria o seu Serviço Florestal no início do século XX, em 1911, por meio do decreto estadual nº 2.034, contudo foi estruturado somente em 1945 (VIANNA, 1996).

intitulado “Parques Nacionais”, onde sugere a criação de dois parques nacionais no país, um em Sete Quedas e o outro na Ilha do Bananal. Para Rebouças, estas eram duas áreas de belezas incontestáveis e deveriam ser preservadas para as futuras gerações (BENSUSAN, 2006. VIANNA, 1996. MEDEIROS, 2006). O próprio Rebouças, em 1911, criou o decreto que firmava uma Reserva Florestal de 2,8 milhões de hectares, no Estado do Acre (VIANNA 1996).

O botânico Albert Loefgren, em 1913, solicita ao ministério da Agricultura a criação de um parque nacional na região de Itatiaia, para pesquisas científicas e, principalmente, para o lazer dos moradores de centros urbanos (DIEGUES, 1994). No entanto, só em 1937 que surge o primeiro parque nacional do Brasil, O Parque Nacional do Itatiaia⁸, na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, abrangendo uma área de 30.000ha.

O primeiro Parque brasileiro surge como monumento natural para fins científicos e estéticos, ou seja, surgem com os mesmos valores dos parques nacionais dos Estados Unidos, onde o homem seria apenas o telespectador. Acrescenta Diegues (1994, p.104):

(...) os parques nacionais e categorias similares são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e uso são sempre para as populações externas à área e não se pensava nas populações indígenas, de pescadores, ribeirinhas e de coletores que nela moravam. (...) o objetivo é conservar uma área “natural” contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas “áreas naturais” estarem sendo habitadas por populações que nada têm de “modernas” e “tecnológicas”. Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas.

Vianna (1996, p.56) acredita que a demora para o surgimento de áreas protegidas no Brasil, aconteceu porque foi só na década de 1930/1940 que houve uma aceleração na industrialização e urbanização brasileira. Para ela, a “relação entre os dois eventos históricos existe na medida em que a industrialização mais intensa impôs um novo padrão de exploração e apropriação de recursos naturais, com um rápido avanço sobre novas áreas.”. Sendo assim, torna-se necessário, no mínimo no nível da legislação, atitudes protecionistas.

Percebe-se que a criação de unidades de conservação, principalmente os parques nacionais, ocorre de acordo com o processo de urbanização. Até a década de 1960, os parques estavam localizados na região sudeste-sul do Brasil, na proximidade das grandes capitais, em áreas mais populosas e urbanizadas no país.

⁸ Criado pelo decreto 1.713 de 14 de junho de 1937, durante o governo Getúlio Vargas.

O primeiro parque nacional criado no centro-oeste, o Parque Nacional do Araguaia foi criado em 1959, apenas um ano antes de ser inaugurada a nova capital da República. Além disso, as unidades de conservação, num geral, durante a década de 1950 e 1960 se concentravam na região centro-oeste, e isso se explica pela migração da população devido ao movimento geopolítico do país. De 1959 à 1961, foram criados 12 parques nacionais, todos na região centro-oeste (DIEGUES, 1994; BARRETO FILHO, 2004).

Segundo Diegues (1994), a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia carregou consigo a criação de importantes unidades de conservação na região. Somente relacionado a parques em nível federal, em 1974, foi criado o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, com 1.000.000 hectares, e em 1979, mais três parques nacionais. Além disso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento previa a criação de novas unidades de conservação na região

Entre 1979 a 1985, foram criados dez Parques Nacionais e treze Reservas Biológicas. Entre 1981 a 1985, totaliza vinte unidades de conservação ambiental. Segundo o IBAMA (apud DIEGUES 1994), foi na década de 1980, que o Brasil saltou com o número de unidades de conservação em todo o país. E em 1990, o Brasil possuía cerca de 430 unidades a nível federal, estadual e municipal, ocupando, aproximadamente 48.720,109 ha do território nacional, onde 40.000,000ha localizam-se na região Amazônica. A região sul-sudeste apresentava, até então, cerca de 4.043,390 ha e as demais estavam espalhadas pelo Brasil (DIEGUES, 1994).

Na atual Constituição Brasileira proclamada em 1988, encontra-se um capítulo referente ao meio ambiente, que traz no artigo 225 um princípio enunciativo do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para a efetividade desse direito, a Constituição, impôs alguns deveres, tanto da coletividade, quanto do Poder Público de preservar o meio ambiente. Dentre eles, está o dever de definir espaços territoriais a serem protegidos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

(...)

Atualmente, o Brasil possui, teoricamente, 10,52% da superfície do país coberto por unidades de conservação, o que representa 101.474,971 hectares (BENSUSAN, 2006). No entanto, assim como as áreas protegidas de diversos países, muitas áreas existem só no papel. Além disso, muitas áreas protegidas não possuem sua demarcação ou fiscalização correta destas, e acabam perdendo parte de suas áreas pela pressão da urbanização.

As áreas de preservação brasileiras são representadas por um número considerável, contudo, sabemos da necessidade de formas de conservação mais eficazes para garantir a integridade da biodiversidade. As áreas protegidas isoladas demonstram eficiência na diminuição da taxa de desmatamento, no entanto, não são eficientes para a perpetuação das espécies. Hoje restam apenas 7% da Mata Atlântica, um dos principais biomas da Floresta Tropical e segundo Bensusan (2006), estima-se que 1/3 das árvores remanescentes da Mata Atlântica do Nordeste se extinguirão regionalmente por estarem em unidades isoladas, não facilitando a dispersão necessária para a perpetuação da espécie.

Vale ressaltar que muitas áreas utilizadas por populações durante milhares de anos permaneceram preservadas, a ponto de se caracterizarem como áreas em prioridades para a conservação. Assim, ambientalistas defendem que deve haver uma modificação na cultura da sociedade para que esta consiga se estabelecer harmoniosamente com a natureza um modelo de desenvolvimento sustentável. As unidades de conservação isoladas privam as áreas do tradicional uso humano, o que acarreta consequências como a falta de conhecimento da população sobre a utilização das espécies e as experiências de uso da terra (BENSUSAN, 2006).

1.2.1. Categorização das unidades de conservação no Brasil

Apesar da categorização da UICN valer como uma base internacional sobre as áreas protegidas do mundo, cada país possui sua própria categorização, pois as unidades devem ser implantadas e estruturadas de acordo com a paisagem nacional, levando em consideração as diferenças culturais, econômicas e naturais das nações.

El sistema de categorias se há establecido, entre otras cosas, com el fin de proporcionar una base para la comparación internacional. Además, está concebido de forma que se pueda utilizar em todos los países. Por lo tanto, las directrices son, forzosamente, de carácter bastante general y se tendrán que interpretar com flexibilidad a nível nacional y regional. (UICN, 1994. P.187)

A conscientização ambiental no Brasil ganhou uma maior importância na década de 1930, quando com a Revolução Industrial as paisagens brasileiras modificaram-se

inteiramente. O que antes era dominado pelas elites rurais passa a encarar a industrialização e a urbanização das principais capitais do país.

As áreas protegidas caracterizadas como unidades de conservação, de acordo com os critérios norte-americanos, começam a surgir nesta década, e é num curto espaço de tempo (1934-1937) que se estabelecem instrumentos legais para a criação dessas unidades, contrapondo com o imobilismo que o governo vinha tratando o assunto desde a proclamação da República (MEDEIROS, 2006).

A proteção da natureza torna-se um objetivo da política nacional desenvolvimentista do Brasil, e é neste cenário que os dispositivos legais foram criados. Durante o ano de 1934, foi realizada em pró da conservação ambiental a 1ª Conferência para a Proteção da Natureza, o primeiro Código de Caça e Pesca (23.793/1934), o Código de Minas, o Código das Águas (24.643/1934), o Código Florestal (23.672/1934) (DIEGUES, 1994 e MEDEIROS 2006).

Na Constituição Brasileira de 1934, a proteção da natureza aparecia pela primeira vez como um princípio fundamental para o qual deveriam concorrer a União e os Estados. A União fica responsável em proteger suas belezas naturais e monumentos de valor histórico (DIEGUES, 1994; VIANNA, 1996; MEDEIROS, 2006). Essa concepção, para Vianna (1996), é uma expressão da concepção de unidade de conservação, ao modelo de Yellowstone, preservar locais com belezas cênicas naturais.

Segundo Medeiros (2006, p.50), de todos os códigos criados no ano 1934, o mais importante para a implementação das unidades de conservação foi o Código Florestal, “pois definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país”. Além disso, foi o primeiro código florestal nacional⁹ que inseriu a idéia de unidade de conservação na legislação. E apresenta os Parques Nacionais Brasileiros com a idéia de Monumentos Públicos Naturais para perpetuar áreas que tivessem valor científico e estético (WWF, 1994) O Código Florestal de 1934 já classificava a conservação da natureza em três categorias (BENSUSAN, 2006): Floresta Protetora; Floresta Remanescente e Floresta de Rendimento.

A Floresta Protetora abrangia as áreas de conservação do regimento das águas, de fixação de dunas, áreas que assegurem as condições de salubridade pública, e que sirvam como proteção, do ponto de vista militar, das fronteiras do país.

⁹ Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934, reproduzido no Diário Oficial no dia 21 de março de 1935.

A Floresta Remanescente abrangia as áreas apontadas para criação dos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, onde a conservação se faria necessária devido a valores biológicos e estéticos para garantir bem estar à população.

A Floresta de Rendimento por sua vez, seriam as áreas com susceptibilidade para exploração econômica, nelas figuravam-se as Florestas Nacionais.

Fica responsável pela classificação das florestas protetoras e remanescentes do Brasil o Serviço Florestal (1921) do Ministério da Agricultura, o órgão deveria “localizar os parques nacionais, e organizar florestas modelo, procedendo para tais fins, ao reconhecimento de toda a área florestal do país” (Art. 10º do Código Florestal de 1934). Em 1944, pelo decreto nº 16.677, atribui-se os encargos de orientar, fiscalizar e coordenar os Parques Nacionais para a Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal. Segundo Diegues (1994, p.104) o decreto estabeleceu os objetivos dos Parques Nacionais: “conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição, promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais.”.

O Código de caça e Pesca de 1934 também estabeleceu medidas para a criação de áreas protegidas, onde indicava a destinação de terras públicas, em domínio da União, dos Estados ou dos Municípios para a implantação de parques de criação e de refúgios (MEDEIROS, 2006).

Com o Código Florestal e a reafirmação da Constituição em 1937, foram criadas as condições necessárias para a oficialização do Parque Nacional de Itatiaia¹⁰, após 61 anos da proposição de André Rebouças. O Parque, como já foi dito anteriormente, foi criado com o objetivo de perpetuar o aspecto primitivo da natureza e, também, a fim de atender o conhecimento científico e o turismo.

Mesmo depois de diversos massacres e discussões nos Estados Unidos, sobre a criação de áreas protegidas em locais onde habitavam comunidades tradicionais dependentes dos recursos naturais ali presentes, o governo brasileiro adotou a concepção norte-americana. O Brasil é um país Tropical, onde a existência de comunidades tradicionais vivendo em harmonia com a natureza é muito mais comum, devido toda a historicidade da nação. Desta forma, as comunidades indígenas, de pescadores, ribeirinhas teriam que ser meros telespectadores daquela paisagem que o homem urbanizado acreditava ser intocada.

Segundo a WWF (1994), desde a aprovação do Código Florestal de 1934 até o novo código Florestal de 1965 existiam, ao todo, cinco categorias de áreas reservadas existentes no

¹⁰ Decreto de criação nº 1713, datado de 17 de junho de 1937.

Brasil: Os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Florestas Protetoras, as Florestas Remanescentes e as Reservas Florestais. Nenhuma categoria permitia a interação do homem com a natureza, o homem seria apenas o visitante.

O Código Florestal de 1965¹¹, que se mantém até hoje, define Floresta Nacional, Estadual e Municipal; Parque Nacional, Estadual e Municipal e Reservas Biológicas¹², além de criar a Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente. Estas duas últimas não se caracterizam como unidade de conservação¹³ e ampliam a concepção de conservação para além de áreas protegidas. A mudança mais consistente do Código foi a divisão de categorias das unidades de conservação (VIANNA, 1996). Os Parques e as Reservas Biológicas formam áreas proibidas para a exploração dos recursos naturais, com finalidade de resguardar atributos naturais para as presentes e futuras gerações. Em contrapartida as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais são áreas que possibilitam a utilização dos recursos naturais para fins econômicos, dentro de medidas sustentáveis.

A década de 1960, assim como a década de 1930, foi muito expressiva a títulos legais sobre a conservação da natureza. Durante esta década, foram criados, além do Código Florestal, a Lei de Proteção à Fauna, o Decreto de Proteção e Estímulos à Pesca e a Legislação para a Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além do Código de Mineração e o Estatuto da Terra (VIANNA, 1996). Segundo Monosowski (1989) apud Vianna (1996), o objetivo principal do governo, nesta época, era regulamentar a apropriação de cada recurso natural, tendo em vista as necessidades futuras das indústrias nascentes.

Com as transformações sócio-econômicas do país, o desenvolvimento urbano acelerado e a exigência das novas leis ambientais, o poder público teve que se reestruturar para atender a demanda ambiental. Nesta época, são criados diversos órgãos ambientais como o Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, IBDF, Departamento Nacional de Prospecção Mineral, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (VIANNA, 1996).

¹¹ Lei federal nº 4771, promulgada em 15 de setembro de 1965

¹² Segundo Vianna (1996), por se assemelhar muito com a categoria de Parque Nacional, a categoria de Reserva Biológica é redefinida pelo Código de Fauna de 1967, lei nº 51.179.

¹³ Em 2006, foi instituído no Brasil o Plano Nacional de Áreas Protegidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Este plano foi uma repercussão da Convenção da Diversidade Biológica ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, e tem como compromisso uma integração das unidades de conservação até 2015, para isso, serão incluídas as terras indígenas, os territórios Quilombolas, as áreas de preservação permanente e as reservas legais (IBASE, 2006).

O IBDF¹⁴ foi criado, em 1967, interligado ao Ministério da Agricultura, para implementar, gerir e fiscalizar as áreas protegidas em todo o território nacional, além de fiscalizar o cumprimento da legislação referente aos recursos naturais. Para Diegues (1994), a concepção de áreas protegidas pelo Instituto não evoluiu até o fim de suas atribuições. As comunidades tradicionais sempre foram tratadas como um problema para o desenvolvimento turístico das unidades. Além disso, para se implantar uma unidade de conservação, nunca se consultou as comunidades que seriam envolvidas, o que afastou ainda mais a interação social da conservação – as unidades muitas vezes não eram bem quistas por onde eram criadas.

Nesta configuração, Vianna (1996, p.60) coloca que ~~em~~ meados da década 1970, o Brasil ainda não possuía uma estratégia nacional articulada para estabelecer áreas protegidas. A criação ainda se justificava face as suas belezas cênicas.”.

Em 1973, cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)¹⁵, a qual passa a dividir com o IBDF a responsabilidade pela gestão e fiscalização da política brasileira para áreas protegidas. Todos os conjuntos de áreas criadas até então ficaram submetidos ao IBDF, enquanto a SEMA fica responsável pelas novas categorias criadas por ela, como as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambientais (APA)¹⁶, criadas em 1981; as Reservas Ecológicas e as Áreas de Relevante Interesse Ecológica, criadas em 1984; e mais tarde as Reservas Particulares de Patrimônio Natural, em 1996. (MEDEIROS, 2006).

A criação dessas novas unidades de conservação traz uma reconfiguração da conservação ambiental. A natureza deixa de ser somente ~~fonte~~ de recursos” e passa a ser vista como ~~suporte~~ de vida” (VIANNA, 1996). A APA, por exemplo, é a primeira unidade de conservação que estabelece um modelo de proteção com certo número de ocupação, sem pertencer a União (VIANNA, 1996; MEDEIROS, 2006).

Com o intuito de se estabelecer um sistema brasileiro de unidades de conservação, em 1979 é criado o I Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil e em 1982 é lançado a II etapa do Plano.

Segundo Risso (2009), as categorias dos Planos de Sistemas de Unidades de Conservação eram diferenciadas por seus objetivos. Os recursos e a infra-estrutura para as unidades de conservação no país sempre foram escassos e, assim, muitas categorias nunca saíram do papel, como os parques de caça, rio cênico e estradas-parques.

¹⁴ Decreto-Lei Federal nº 289 de 28 de fevereiro de 1967.

¹⁵ Decreto Federal nº 73.030 em 30 de outubro de 1973.

¹⁶ Define as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental a Lei Federal de nº 6.902 de 1981.

Em 1989, foi criado o IBAMA pelo governo federal, o qual ficou responsável pelo estabelecimento e administração das unidades de conservação, antes destinadas ao IBDF. Neste mesmo período, o Plano de Sistemas de Unidades de Conservação é reavaliado pela organização não governamental FUNATURA. Diegues (1994) argumenta que as categorias revisadas foram norteadas pela criação de áreas protegidas em países industrializados, não levando em consideração as condições de um país de terceiro mundo como o Brasil.

Nessa proposta nada se diz a respeito do uso sustentado dos recursos naturais nas áreas fora das unidades de conservação, nem se valoriza o comportamento das comunidades chamadas tradicionais que, por seu modo de produção e tecnologia patrimonial, contribuíram para a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas. Perde-se, portanto, uma ocasião histórica de se rever as várias categorias de unidades de proteção adaptadas às realidades dos países subdesenvolvidos que apresentam uma grande diversidade de culturas não-industriais (populações indígenas, de seringueiros, pescadores, extrativistas, etc). A única inovação, incluída ainda que desconfortavelmente nessa proposta, é a da reserva extrativista, na verdade, uma categoria que brotou da luta das populações de seringueiros da Amazônia (DIEGUES, 1994, p. 107)

A reavaliação da ONG é encaminhada ao IBAMA e intitulada como Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Neste, a Funatura divide as unidades de conservação em nove categorias distintas, organizadas em três grupos (BRASIL, 1989 apud MEDEIROS, 2006):

- UCs de Proteção Integral: Parque Nacional, Reserva Ecológica (fusão de Reserva Biológica com a Estação Ecológica), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (absorvendo os objetivos da Área de Relevante Interesse Ecológico, que seria Extinta);
- UCs de Manejo Provisório: Reservas de Recursos Naturais;
- UCs de Manejo Sustentável: Reserva de Fauna (em substituição aos Parques de Caça), Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional e Reserva Extrativista.

Com algumas modificações do IBAMA, em 1992 o Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei sob nº 2892 ao Congresso Nacional e foi aprovado somente em 2000 sob a Lei de nº 9.985.

Até a sua aprovação, houve muitos debates entre conservacionistas, preservacionistas e ruralistas em relação ao sistema, pois a Lei 2892/92 possuía uma visão muito conservadora sobre as Unidades de Conservação. Para Diegues, o Brasil estava muito aquém da idéia de conservação do que se debate a nível nacional, principalmente em relação as comunidades tradicionais e ao processo de participação popular no desenvolvimento de criação e gestão das unidades. Além disso, categorias importantes não foram incluídas no sistema, como as áreas de preservação permanente, as reservas legais e as terras indígenas. Essas áreas deveriam ser

consideradas de extrema importância para a conservação e preservação dos recursos naturais, uma vez que funcionam como componentes acessórios que, integrados às áreas protegidas, poderiam transformar o que é, hoje, um conjunto de unidades de conservação em um verdadeiro sistema” (BENSUSAN, 2006. P.66).

Durante esses oitos anos, foram feitos dois substitutivos que foram aprovados com alguns vetos pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Alguns aspectos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foram regulamentados pelo decreto nº 4.340 de 2002 e outros ainda se encontram em fase de regulamentação.

O SNUC dividiu as unidades de conservação em dois grupos: as áreas de proteção integral e as de uso sustentável. Isso ocorre devido à diferenciação do tipo de manejo para cada área. As unidades de proteção integral tem por objetivo “preservar a natureza, sendo permitido o uso indireto dos recursos naturais” (Art. 7º Inciso 1º), e as unidades de uso sustentável devem “promover e assegurar o uso sustentável dos seus recursos naturais” (Art. 7º Inciso 2º).

Formam o grupo de Unidades de Proteção Integral, de acordo com o SNUC (2000):

- Os Parques Nacionais¹⁷: caracterizam-se pelo objetivo à preservação dos ecossistemas naturais de grande beleza cênica, para pesquisas científicas, para atividades educacionais, além de recreação e turismo. É de domínio público, portanto, as áreas ocupadas devem ser desapropriadas. A visitação pública está sujeita às normas e restrições impostas pela administração do parque.

- As Estações Ecológicas¹⁸: objetivo de preservar a natureza, e também os interesses científicos. Exclusiva de domínio público, visitação pública apenas com objetivo educacional. Nesta categoria, há a possibilidade de alterações no ecossistema, a fim de restaurar os ecossistemas modificados, preservar a diversidade biológica e auxiliar nos interesses científicos.

- As Reservas Biológicas: objetivo de preservação integral do ecossistema natural, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. A visitação pública é proibida excetuando as visitas educacionais e científicas, no entanto estas duas últimas devem possuir alteração direta do órgão responsável. Domínio inteiramente público.

- Os Monumentos Naturais: preservação de paisagens naturais raras, singulares e de grande beleza cênica. Podem ser estabelecidas em áreas particulares. Há a possibilidade de visitação pública, no entanto esta está sujeita às normas e às restrições da administração.

¹⁷ Regulamentado pelo decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

¹⁸ Definido pela Lei 6.902, de 27 de abril de 1981.

- Os Refúgios da Vida Silvestre: devem proteger os ambientes naturais necessários à existência ou à reprodução de espécies. Também podem ser constituídos por áreas particulares, desde que atendam os objetivos da unidade. A visitação pública está sujeita às normas e às restrições previstas pela administração. E a pesquisa científica deve ser previamente autorizada pelo órgão responsável pela unidade.

As áreas de Uso Sustentável são caracterizadas por seis unidades:

- As Áreas de Proteção Ambiental: podem ser constituídas por áreas públicas ou privadas. É caracterizada por uma área extensa dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, possuindo certo grau de ocupação humana. Tem como objetivo a proteção da diversidade biológica, a disciplina do processo de ocupação e a garantia da sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

- As Florestas Nacionais: constituída por áreas florestais predominantemente nativas. Seu objetivo é utilizar os recursos naturais de maneira sustentável e expandir a pesquisa para explorar a sustentabilidade. É de domínio público, no entanto admite a permanência das comunidades tradicionais que já estavam estabelecidas na área.

- As Reservas Extrativistas: As primeiras reservas extrativistas foram criadas em 1989, no Acre, durante a luta dos seringueiros contra a expansão dos fazendeiros. É caracterizada por ser uma área utilizada pelas populações extrativistas tradicionais, e seu objetivo é proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Não é permitida a exploração dos recursos minerais. É de domínio público e a visitação é permitida de acordo com as normas da unidade.

- As Reservas de Fauna: Utilizada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. A caça é proibida, a visitação pública é permitida e é de domínio público.

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Tem como objetivos preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria da qualidade de vida das comunidades, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo das áreas naturais dessas populações. A área é de domínio público, a visitação e a pesquisa científica são permitidas e incentivadas.

- Reserva Particular de Patrimônio Cultural: É uma área necessariamente privada, criada por iniciativa do proprietário, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Atende a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

O SNUC avançou na idéia de conservação ambiental ao criar as Reservas extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, ainda apresenta dificuldades em relação às comunidades tradicionais. Ofereceu a estas o reassentamento pelo Decreto 4340 que regulamenta a Lei. Essas populações serão indenizadas ou compensadas de acordo com a intervenção governamental em suas áreas, no entanto, essa realocação nem sempre é benéfica para as comunidades, algumas acabam se dissolvendo, outras acabam enfrentando muitos problemas com a urbanização e acabam se tornando um processo de favelização.

Sobre a criação das unidades, teoricamente, são previstos estudos técnicos e consulta pública. A consulta pública permite mapear os conflitos ambientais existentes na região, além de possibilitar a participação da população do entorno na gestão e na criação das unidades. Segundo o SNUC, todas as unidades de conservação devem possuir um Plano de Manejo¹⁹, o qual vai orientar e regulamentar todas as atividades que o parque vai exercer. É nele que ficarão as normas para guiar a administração da área, durante o período de cinco anos, e este deve ser criado também no prazo máximo de cinco anos, a partir da data de sua criação.

No entanto, pesquisas informam que na prática a situação é bem diferente. Segundo a WWF e o Ministério do Meio Ambiente, em 1994, apenas 20 das 78 unidades de conservação de Uso Indireto, no Brasil, possuíam Plano de Manejo. Destes, 18 já necessitavam de revisão, apenas 02 se encontravam em vigência. No século XXI, o recurso foi destinado para a implantação dos planos de manejos nas unidades. No Estado de São Paulo, por exemplo, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo criou, em 2007, o Núcleo de Plano de Manejo para conseguir atender a demanda de produção dos planos para as áreas protegidas do Estado.

Outro aspecto positivo do SNUC foi estabelecer a criação de conselhos para participação da gestão das unidades de conservação de proteção integral. São dois conselhos: um deliberativo e o outro consultivo²⁰, ambos criados para auxiliar nas tomadas de decisões e na gestão das unidades. Essa iniciativa tem como um dos objetivos conscientizar as comunidades do entorno sobre a importância da preservação ambiental, aproximando-os da natureza e da necessidade dos recursos para a continuidade da vida. Assim, nasce um respeito maior da sociedade para com as unidades de conservação, beneficiando a preservação das

¹⁹ Artigo 29º da Lei de nº 9.985/02

²⁰ Artigo 31º da Lei de nº 9.985/02

mesmas. Além disso, a própria sociedade fornece subsídio para efetivação da gestão dessas áreas.

Atualmente, o responsável pela gestão das unidades de conservação em nível federal, tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável, passaram a ser de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade²¹. Fica este, então, responsável pela implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União (IBAMA e WWF, 2007).

Segundo o IBAMA e a WWF (2007), o Brasil abrange 290 unidades de conservação distribuídas em todo o Brasil: 126 unidades de proteção integral e 164 de uso sustentável, representando 62 parques nacionais, 29 reservas biológicas, 32 estações ecológicas, 3 refúgios de vida silvestre, 31 áreas de proteção ambiental, 17 áreas de relevante interesse ecológico, 64 florestas nacionais, 51 reservas extrativistas e 01 reserva de desenvolvimento sustentável.

1.3. Gestão das unidades de conservação

A conceituação de administração é atribuída ao “planejamento, organização, comando, coordenação e controle” de uma determinada atividade para processar e produzir um resultado positivo em relação aos objetivos traçados. O planejamento caracteriza-se por um plano de ação de curto, médio e longo prazo; a organização refere-se à elaboração de uma estrutura para realizar as tarefas inerentes aos objetivos; o comando relaciona-se a adoção de estratégias para se alcançar as metas; a coordenação deve reunir e unificar as atividades e os esforços envolvidos e o controle, por fim, a administração funciona para que tudo seja realizado de acordo com os planos traçados (FARIA, 2004). Muitos autores, por sua vez, minimizam a conceituação de administração à organização e efetivação das atividades.

Na América Latina, segundo Faria (2004), o termo manejo²² é utilizado para designar uma série de atividades e ações desenvolvidas nas Unidades de Conservação, ou seja, é relativo à administração das áreas protegidas. Esta palavra, contudo, foi se personificando com o passar do tempo, pois num primeiro momento referia-se ao ato de manusear ou manobrar determinados objetos com o auxílio das mãos.

Milano et al. (1993) apud Faria (2004, p.35) define, claramente, o que entendemos sobre a concepção do termo manejo neste trabalho:

²¹ De acordo com a Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007.

O IBAMA concentra a sua atuação na execução das políticas nacionais de meio ambiente, relativas ao licenciamento ambiental, o controle da qualidade ambiental, a autorização de uso dos recursos naturais e a fiscalização, monitoramento e o controle ambiental. Enquanto o Instituto Chico Mendes, fica responsável pela efetivação das unidades de conservação.

²² Origina-se das palavras inglesas ‘_management’ e ‘_manager’ – administração e administrador.

O conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos de conservação e manejo das áreas protegidas: ou seja, em um sentido técnico, as atividades fins, aquelas que estão mais proximamente relacionadas com o sentido vernacular do termo em português, aquelas que dizem respeito ao manuseio, controle ou direção de processos nas unidades de conservação, tais como proteção, recreação, educação, pesquisa e manejo de recursos

Meffe e Carrol apud Bensusan (2006, p.106) completa esta definição definindo-o como um:

enfoque para manter ou restaurar a composição, estrutura e função dos ecossistemas naturais ou modificados visando à sustentabilidade a longo prazo. Tem como base uma visão das condições futuras desejadas que integra as perspectivas ecológicas, socioeconômicas e institucionais, aplicadas numa área definida geograficamente como as fronteiras naturais do ecossistema.

O termo foi aceito legalmente para este mesmo fim e em 2000 na Lei nº 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação é definido, em seu artigo 2º inciso VIII, como “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”.

Recentemente, um novo termo tem tomado conta quanto à referência da administração das unidades de conservação - Gestão. A conceituação desta é mais abrangente e complexa, pois sua efetivação necessita do gerenciamento dos elementos envolvidos para a concretização do objetivo das unidades de conservação ambiental. Sendo assim, quando a gestão ambiental está relacionada às unidades de conservação, seus objetivos estarão ligados à conservação dos recursos naturais, para isto, o gestor deve trabalhar integrando a informação ecológica, social e econômica à tomada de decisões técnicas, uma vez que as atribuições aos gestores vão além dos limites físicos das unidades de conservação cujas quais administram (FARIA, 2004).

Fica claro, então, que o termo ‘gestão’ representa a administração das unidades de conservação, no que se refere aos componentes técnicos e operacionais para o alcance dos objetivos propostos, enquanto o termo ‘manejo’ refere-se mais a manipulação dos recursos naturais para um determinado fim.

Faria (2004, p. 40) diferencia, também, os instrumentos utilizados para a proteção e para conservação das unidades de proteção ambiental estabelecidas

Para se proteger uma dada UC são necessários poucos requisitos, como as atividades de vigilância e de manutenção geral; por outro lado, para se conservar a mesma área à posteridade, novos componentes são imprescindíveis ao sistema gerencial: a pesquisa científica, responsável pela possibilidade de intervenções inteligentes junto aos recursos protegidos; a educação ambiental visando o “dar a conhecer” à comunidade como um todo

e angariando apoio político para as ações de conservação; forte elemento de psicologia humana para dirimir assuntos atinentes às relações interpessoais dos funcionários; relações públicas com os vizinhos e lideranças locais; interação com organizações locais e regionais, entre outras infindáveis variantes

Enfatizando a complexidade da gestão dessas áreas, é preciso reforçar o fato de que não há uma cartilha para a realização da gestão de uma unidade de conservação, apesar de ser imprescindível a legislação. Cada área possui características únicas, as quais devem ser trabalhadas de acordo com o perfil que mais se encaixa. Por estes motivos, as pesquisas científicas e interdisciplinares servem de grande apoio para os gestores, pois a partir delas o gestor consegue captar a realidade que a unidade se encontra, tanto por questões físicas, quanto por questões econômicas e sociais. Os países subdesenvolvidos possuem uma maior dificuldade devido à falta de infra estrutura destinados à conservação ambiental, ficando mais definida a necessidade dos gestores de um caráter mais generalista na hora de gerir a unidade.

Faria (2004, p. 43) acredita que para a efetivação da gestão em algumas unidades de conservação “(...) há casos que a legislação não prevê, omite ou as soluções não se encontram nos textos legais, fazendo com que a gerência busque outros caminhos que não os ditados pelos diplomas legais, por vezes em razão das particularidades e nuances encerradas em cada UC”. O autor cita o caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, que quanto parque é proibido a permanência de comunidades tradicionais em sua área, mas que neste caso este tornou-se um papel fundamental para alcançar os objetivos de manejo da unidade.

O autor ainda acrescenta que essa é uma forma de manejo adaptativo, onde os recursos são gerenciados, considerando o conhecimento acumulado e as trocas de experiências entre os envolvidos por um mesmo ideal, e onde se utiliza os instrumentos administrativos e científicos disponíveis.

Em 1995, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN estabeleceu um grupo de trabalho para analisar a efetividade das gestões das unidades de conservação. A partir dos resultados obtidos, a comissão desenvolveu uma esquematização (**Figura 01**) que funcionaria como base para o desenvolvimento de métodos para avaliação da gestão nas unidades em geral. O aspecto fundamental para a concretização desta avaliação é a necessidade de contextualizar as unidades que forem analisadas quanto as suas características biológicas e socioeconômicas, além de suas vulnerabilidades, uma vez que estes pontos são cruciais para a realização de um planejamento do manejo para a área. Por fim, esta análise reflete as fragilidades e as potencialidades relativas a cada elemento envolvido e, assim, fundamenta o

aprimoramento de novas estratégias para efetivar a gestão das unidades de conservação, atingindo ao objetivo de conservação da biodiversidade. (WWF, 2007)

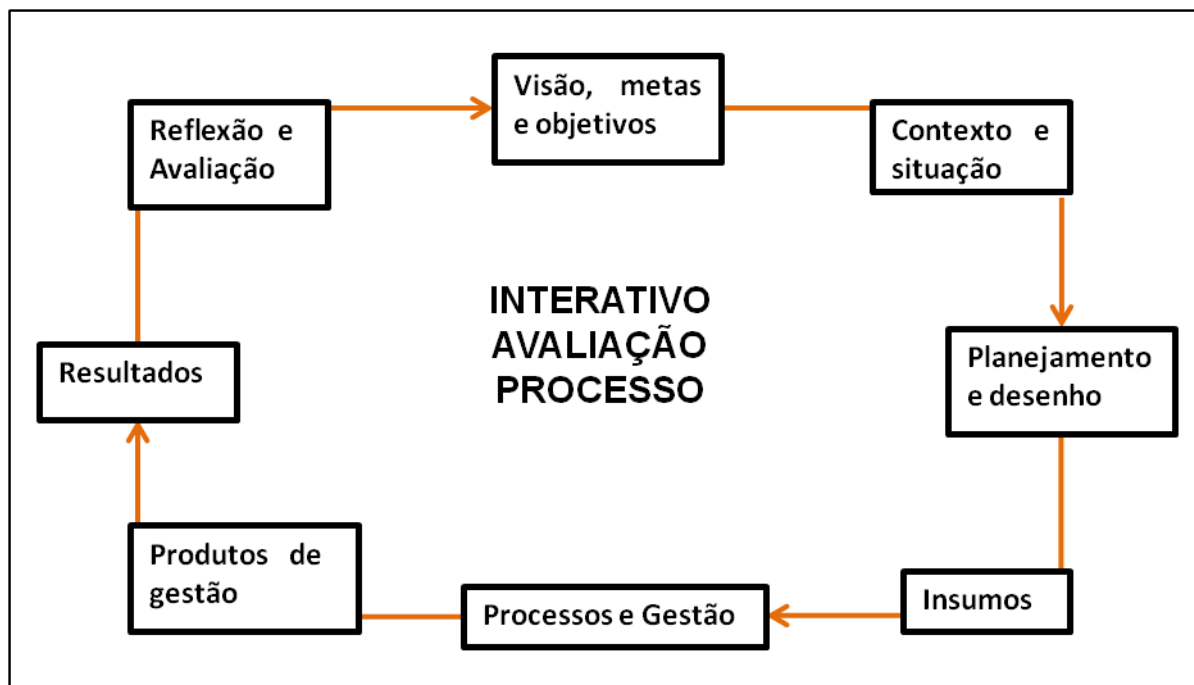


Figura 01: Ciclo de gestão e avaliação proposto pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial pela Natureza.

Fonte: *Hockings et al.*, (2000) apud WWF e Ministério do Meio Ambiente, (2007, p.17)

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart

Para Vianna (1996, p; 68), um dos principais problemas enfrentado pelo Brasil e por toda a América do Sul em relação à conservação da biodiversidade, é justamente o fato de desvincular a conservação da natureza das condições sociais do país. A autora organiza um quadro de acordo com o resultado de pesquisa de Amend & Amend (1992) sobre os principais problemas que os Parques Nacionais da América do Sul enfrentam desde os primórdios

1. falta de apoio político institucional; 2. falta de recursos financeiros
3. falta de pessoal qualificado; 4. falta de instalações físicas e de infraestrutura;
5. deficiência dos planejamentos de manejo; 6. limites inadequados ou indefinidos;
7. deficiência de controle de vigilância; 8. ocupação legal;
9. Ocupação ilegal; 10. propriedade das terras não definida;
11. ocupação do entorno; 12. explorações agropecuárias;
13. extração de recursos naturais do parque; 14. mineração e exploração petrolífera;
15. introdução de espécies exóticas; 16. instalações de infra-estrutura supra-regional;
17. incêndios; 18. contaminações; 19. pressão turística;
20. atividades guerrilheiras ou de narcotráfico.

Os problemas de gestão das unidades de conservação brasileiras identificam-se, em grande, parte com os apontamentos descritos acima. Feldman (2004), no substitutivo do SNUC, em 1994, apontava alguns destes casos nas áreas protegidas nacionais

(...) a grande maioria das unidades não foi sequer regularizada fundiariamente. Os recursos financeiros e humanos disponíveis para a fiscalização são ridículos. É insignificante o número de parques e reservas submetido a um manejo efetivo, tendo em vista os objetivos para os quais foram criados. A grande maioria dos Planos de Manejo que chegaram a ser elaborados nunca foi implementada. Muitas unidades ainda não foram totalmente descaracterizadas apenas porque situam-se em áreas de difícil acesso ou impróprias para o desenvolvimento de formas intensivas de exploração econômica.

Para uma efetivação da gestão de uma unidade de conservação, Faria (2004) acredita que esta necessita de um mínimo de infra-estrutura, seja física, humana e financeira, com situação fundiária regularizada legitimando as ações para a conservação, além de um eficiente monitoramento da área e de uma pesquisa científica eficaz. Para que desta forma, as UCs possuam políticas claras, versáteis, dinâmicas e suficientemente amplas que possibilitem a realização de pesquisas científicas com os mais variados temas consoantes aos objetivos de manejo” (FARIA, 2004, p.45).

Para Bensusan (2006, p.49), os desafios referentes à criação das unidades de conservação condicionam as políticas públicas, o que reflete na alocação dos recursos para o gerenciamento das unidades já existentes. “Ou seja, é mais fácil conseguir recursos para o estabelecimento de novas áreas protegidas do que para sua implementação ou manejo”.

O plano de manejo²³ tornou-se uma referência para efetivar a gestão das unidades de conservação no Brasil, pois nele são traçados todos os planos e ações necessárias para se atingir o objetivo das unidades de conservação. No entanto, já sabemos que a aplicação dos planos no Brasil²⁴, apesar de ser muito requerida pelos gestores, torna-se um processo longínquo ainda hoje. Mesmo sendo obrigatório pela legislação tanto nacional como estadual, grande parte das áreas protegidas de uso integral ainda não possuem um plano. Bensusan (2006) acredita que a necessidade de um planejamento a médio prazo, combinado com a necessidade de uma flexibilização para uma adaptação das situações que se modificam continuamente dificultam a criação dos planos de manejo.

A degradação das áreas protegidas também está muito presente, uma vez que muitas áreas precisam passar por um processo de recuperação, sendo pressionadas pelo fluxo crescente da urbanização. Para estes fins, foram levantadas algumas técnicas para se ter um

²³ No artigo 2º inciso XVII, da Lei referente ao SNUC de nº9.985, de 2000, Plano de Manejo é definido como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

²⁴ O primeiro plano de manejo no Brasil foi criado em 1976, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal- IBDF para o Parque Nacional de Brasília.

melhor manejo da biodiversidade. A zona de amortecimento, por exemplo, é uma área que necessita de atenção especial, pois se localiza no entorno das unidades. A intenção, primeiramente, era uma área verde ao redor da unidade para servir de “tampão” entre as áreas protegidas e a pressão urbana. No entanto, hoje muitas unidades encontram-se isoladas e seu entorno totalmente ocupado, nestes casos, além de um monitoramento efetivo, é necessário delimitar uma zona de amortecimento para que cuidados sejam tomados a fim de não atingir diretamente a unidade, degradando os recursos naturais ali presentes. O SNUC caracteriza a zona de amortecimento, no capítulo 2º inciso XVIII, como “área do entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Outra maneira para tentar aprimorar a qualidade ambiental e social do entorno das áreas e para contribuir para a diversidade do sistema, é a implantação de corredores ecológicos²⁵. Os corredores ecológicos são áreas que interligam unidades de conservação, conectando a vegetação a fim de garantir uma maior adaptação da biodiversidade e possibilidade de perpetuação das espécies. Como já foi dito anteriormente, a conservação em forma de “ilhas” não resolve os riscos de extinção das espécies. As matas ciliares, áreas de preservação permanente e as reservas legais servem como suporte para conexão entre áreas de vegetação significativas.

Além disso, a Lei do SNUC estabelece, entre as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, “proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de UCs de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas” (art. 5º, XIII).

Uma boa gestão requer atitudes rápidas para mudanças rápidas. As mudanças ambientais externas às áreas protegidas acontecem rapidamente, e para cada mudança já se é necessário ter um plano de ação para combatê-la, caso esta seja nociva aos objetivos propostos pela unidade.

Talvez uma das grandes dicotomias das organizações neste final de século seja a disparidade entre o conteúdo das mudanças que ocorrem no ambiente externo e a velocidade de respostas que surgem no seu ambiente interno. Parece que muitas vezes os dirigentes pensam que as modificações e reversões representam fenômenos que só existem fora das organizações, não tendo uma ligação mais forte com a estrutura do pensar e do agir. A rapidez do processo decisório e a capacidade do fazer acontecer consistem em dois

²⁵ Previsto no decreto nº 750 de 1993.

dos principais atributos da rota do sucesso de qualquer empreendimento nestes próximos anos, o qual, evidentemente, se acopla à capacidade de antecipar tendências futuras da próxima mudança (FARIA, 2004, p. 50)

Outro aspecto importante para a gestão, argumentada por Faria (2004) e Vianna (1996) é a capacitação dos funcionários. Os funcionários devem ser estimulados e motivados pelos gestores do parque, uma vez que a partir deles se inicia um processo de educação ambiental, tirando a visão imposta à sociedade de que a conservação da biodiversidade não é uma necessidade e muito menos prioridade. Uma das técnicas para que isso aconteça é o funcionário ter um papel importante no auxílio da gestão do parque, eles podem servir como um papel fundamental para o aprimoramento do parque.

Num Workshop²⁶ realizado pela WWF e o Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, no ano de 1994, recomendou-se depois de muita discussão, alguns instrumentos para efetivar a gestão das unidades de conservação

O Planejamento deve ser processual, participativo, estratégico;
Envolvimento interinstitucional;
Envolvimentos com diversos segmentos da sociedade que deve ser envolvida no processo de planejamento, gestão e recebimento dos benefícios advindos da existência das UCs; (...)
Mais autonomia administrativa e financeira da unidade gestora das UCs; (...)
Agilizar a regulamentação das UCs;
Equacionar as exigências dos editais de licitação, de modo que os pesquisadores, empreendedores, especialmente, das comunidades do entorno possam concorrer; (...)
Sistematizar, divulgar e avaliar as diretrizes da instituição gestora das UCs, relativas ao entorno e zelar para o cumprimento das mesmas; (...)
Cultivar uma política de boa vizinhança, especialmente com o entorno imediato, independente dos envolvimento jurídicos da instituição central com os vizinhos.

Percebe-se que grande parte dos tópicos traçados salienta a importância da interação da comunidade para com as unidades de conservação. A participação da comunidade, lideranças locais e outros atores no planejamento e na gestão nestas áreas, tem sido o foco da atenção de muitos estudiosos ao redor do mundo, uma vez que essa idéia interpela toda a visão preservacionista da gênese das áreas protegidas.

1.3.1. Gestão participativa das unidades de conservação

As dificuldades na gestão e manutenção das Unidades de Conservação de uso indireto parecem ser permanentes. Uma delas acompanha essa relação desde os primórdios, quando se

²⁶ Workshop “Política de Unidade de Conservação” realizado para discussão sobre os substitutivos do projeto de lei nº 2.892/92 - Sistema Nacional das Unidades de Conservação.

resolveu adotar o tipo de manejo excludente²⁷ para as áreas protegidas, e vem adquirindo importância e visibilidade crescente, a relação com as populações humanas que ali vivem e viviam antes da apropriação da área pelo Estado.

Sendo a criação de unidades de conservação a técnica mais utilizada pelos governos para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais remanescentes nos países, a conciliação destas com a presença humana e a necessidade de desenvolvimento econômico, social e cultural devem ser consideradas de extrema importância na gestão dessas unidades, uma vez que seu manejo afeta, direta e indiretamente a sociedade, principalmente as pessoas que usam ou necessitam dos seus recursos naturais para a sobrevivência. Por uma questão cultural, muitas das comunidades tradicionais possuem “conhecimentos, aptidões e aspirações” em relação ao manejo das áreas, mas assistem a dizimação de sua cultura e da natureza a cada dia que passa, uma vez que a sociedade durante muitos anos reconhecia a natureza apenas como um instrumento para o desenvolvimento e ascensão política (UICN, 1997).

O tipo de manejo adotado pelo governo do Brasil, descrito anteriormente, cria as unidades de conservação sem uma análise abrangente da área em questão, o objetivo era conservar as belezas cênicas e os ecossistemas que necessitavam ser recuperados, desprezando estudos pormenorizados sobre as áreas e a participação da população local²⁸ em todo o processo (VIANNA, 1996). Este fato foi crucial para travar uma batalha entre a preservação dessas áreas com as comunidades ali então residentes, como afirma Vianna (1996, p.74) a seguir:

Como já apontado, descarta-se a participação da população local no processo de criação e implantação das unidades, não sendo levados em conta seus direitos e interesses. Por esta razão, a criação de unidades de conservação tem sido considerada pela população local como autoritária, pois significa uma imposição. Deste ponto de vista, a política conservacionista é encarada como “inimiga” do desenvolvimento da região.

O governo, por sua vez, alega que as populações locais são as responsáveis pela não concretização dos objetivos das unidades de conservação, e utilizando esta justificativa, em algumas unidades, as populações foram tiradas forçadamente de onde habitavam para o estabelecimento das áreas protegidas, e para evitar a proximidade com a população do

²⁷ Segundo a UICN (1997), entre as décadas de 1960 e 1970, os modelos estratégicos para as unidades de conservação se resumiam em dois: o manejo “inclusivo”, o qual desenvolve a conservação ambiental dos ecossistemas e o manejo “excludente”, adotado num primeiro momento, por todos os países que criavam suas áreas protegidas, por acreditar que a natureza existia para ser contemplada e o ser humano não conseguia viver harmoniosamente com a mesma.

²⁸ Entende-se neste trabalho como população local, as populações residentes no entorno das unidades, assim como as comunidades tradicionais residentes na área de atuação do governo.

entorno, algumas unidades foram cercadas por todo o seu perímetro (VIANNA, 1996). Essas ações coercivas foram utilizadas pelo governo devido à gestão adotada, até então, para a efetivação das unidades de conservação. Segundo a referida (1996, p.78), ~~o~~ fato de os diretores de unidades tenderem a ter como ideal o modelo de unidade definido pelo Parque Nacional de Yellowstone não os permitem conviver com a idéia de assentamentos no interior da unidade.”.

Até 1992, na América do Sul, constatou-se que somente 14,1% dos parques nacionais poderiam ser considerados totalmente desabitados, caracterizando uma má efetivação na gestão das unidades de conservação do continente, uma vez que mesmo sendo inaceitável a ocupação dessas áreas, 85,9% destas eram ocupadas. Só no Estado de São Paulo, cerca de 37,5% dos parques estaduais possuíam ocupação humana em seu interior, mas este fato era mascarado pelos gestores, cujo os quais em alguns²⁹ planos de manejo elaborados não consideravam a existência das populações nas áreas (VIANNA, 1996).

Segundo Vianna (1996), a implantação do núcleo Picinguaba, em Ubatuba no ano de 1979, do Parque Estadual da Serra do Mar foi o primeiro avanço em relação a habitação dentro de unidades de conservação. Apesar da imposição de algumas condições, como a proibição de caça e cultivo em rodízio, foi permitida a permanência da comunidade ribeirinha que lá habitavam.

Posteriormente, com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins em 1986, no Vale do Ribeira, a idéia de ocupação avançou. Segundo a referida, em seu interior, há 22 núcleos de ocupação humana, após alguns estudos, a administração do parque desenvolve um projeto de microzoneamento, onde se objetivava ~~a~~ apresentar uma proposta de utilização das áreas com presença de ocupação humana no interior da estação ecológica. Um técnico delimitava, juntamente com o morador, a extensão que poderia ser cultivada. Posteriormente a polícia florestal era informada a não autuar desmatamentos na área liberada.” (VIANNA, 1996, P.97)

No decreto que regulamenta a Estação, refere-se sobre a conceituação das comunidades tradicionais e sobre a permanência da mesma na área de proteção ambiental:

O decreto nº32412/90 (...), define em seu artigo 3º que ~~integrar~~ as populações tradicionais aqueles que tem moradia habitual e principal atividade de subsistência no local, em área de ocupação efetiva de até 10 hectares” No Parágrafo 2º do mesmo artigo é mencionado que ~~so~~ somente serão considerados integrantes de comunidades tradicionais, nos termos deste artigo, aqueles que exercerem suas atividades de subsistência de forma compatível com os objetivos de conservação previstos para a Estação Ecológica (...)” (VIANNA, 1996, p.115)

²⁹ Como é o caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e do Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira.

Os aceites da permanência dessas comunidades nas áreas protegidas, as quais possuíam como objetivo a conservação da biodiversidade, configurou-se num passo importante na relação dos órgãos públicos ambientais para com a sociedade civil.

Com a criação da Constituição de 1988, a idéia de participação pública nas decisões nacionais tomou força. Logo em seu primeiro artigo, previa que ~~todo~~ o poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição” Segundo Cunha et al.(2008), na questão ambiental, a participação popular ganhou destaque no artigo 225 quando impôs ~~ao~~ poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Segundo a UICN (1997), o Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Unidades de Conservação ocorrido em Caracas, em 1992, já havia reconhecido a necessidade de participação de residentes locais, ONGs e governos regionais e locais na gestão das unidades de conservação.

Contudo, foi em 1994 na realização um Workshop sobre Populações e Parques para se discutir a presença humana nas unidades de conservação. Na finalização do evento, apontou-se a necessidade de se rever a gestão das áreas devido a dificuldade de cumprir os objetivos traçados. Além disso, um ponto fundamental para o futuro dessas áreas foi o apontamento para ~~incorporação~~ de participação efetiva da população local e regional na criação e implantação das unidades de conservação”, o que viria a caracterizar a gestão participativa³⁰ das comunidades locais no auxílio da administração das áreas protegidas. (VIANNA, 1996, p. 99).

Segundo Teixeira (2009), as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela busca de modelos alternativos de participação da sociedade civil nas tomadas de decisões políticas e ambientais, para garantir uma descentralização das iniciativas de regulação junto às instituições governamentais.

Para argumentar essa idéia de participação da população na criação e implantação das áreas destinadas para conservação ambiental, muitos técnicos e estudiosos centravam no fato de que essas populações detinham conhecimentos culturais para a conservação da biodiversidade e, como já foi discutido anteriormente, era visivelmente comprovado que a atuação dessas comunidades nas áreas eram extremamente pouco impactantes para a natureza.

³⁰ De acordo com Touraine (1976) apud Teixeira (2009, p. 17), a gestão participativa ~~é~~ o processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa mesma sociedade”. A UICN (2010) caracteriza a gestão participativa como um ~~fin en soi~~, la participation populaire est le droit fondamental des gens de participer pleinement et efficacement dans la détermination des décisions qui affectent leur vie à tous les niveaux et à tout moment.”

Do mais, eles possuíam conhecimentos específicos sobre as áreas que habitavam, fatos estes que poderiam ser relevantes para a elaboração do plano de manejo, além de uma efetividade na gestão das áreas protegidas (VIANNA, 1996).

Durante o processo de elaboração do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, num período de 10 anos até a sua aprovação em 2000, houve uma evolução muito grande na questão de participação das comunidades locais na gestão das unidades, descentralizando o poder de gestão da administração dessas áreas (CUNHA et al. 2008).

Em um dos substitutivos do decreto-lei sobre o SNUC de 1992, o Deputado Fábio Feldman declara a falta de visibilidade para com as populações locais das unidades de conservação, além de acreditar que a participação destas na gestão das áreas seria fundamental para a efetivação da conservação da biodiversidade dessas unidades de conservação:

Na realidade, se a sociedade brasileira, em geral, não está informada, conscientizada e convencida da importância dessas unidades é porque, em medida significativa, elas não são concebidas e manejadas com o propósito, claro, evidente e inequívoco, de contribuir para a promoção social, cultural, e econômica da população, especialmente das comunidades do entorno dessas áreas. As unidades de conservação não tem suficiente visibilidade social, passam despercebidas para a maior parte das pessoas ou são encaradas como uma verdadeira ameaça por aquelas comunidades diretamente afetadas. Uma vez reconhecido este fato, pode-se afirmar que, mesmo que o país viesse a dispor dos recursos necessários para regularizar fundiariamente, cercar, equipar, fiscalizar e gerir as unidades de conservação, ainda não seria muito possível garantir, a longo prazo, a conservação dessas áreas.

Com a aprovação da Lei nº 9.985, percebe-se que surtiram efeitos nas discussões sobre a participação popular. As diretrizes do SNUC destacam essa importância, no artigo 5º:

(...)

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

(...)

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;
(...)

No artigo 22 da mesma lei, fica instituída a necessidade de consulta pública³¹ para a implantação de uma unidade de conservação, no processo de consulta, fica claro no §3º a obrigação do poder público de fornecer todas as informações necessárias as populações locais e para as outras partes interessadas. Outra forma instituída pelo SNUC de participação da população nas tomadas de decisões das unidades de conservação e que, atualmente, é o que efetiva a inserção da sociedade civil no auxílio para administração dessas áreas é a obrigatoriedade da formação de um conselho consultivo.

No artigo 30, por sua vez, é evidente a participação da sociedade civil na gestão das unidades de conservação: “As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão”.

Apesar do SNUC apresentar uma base legal para a gestão participativa das unidades de conservação, não se pode esquecer do histórico de conflitos e de ausência de estratégias de diálogos entre a sociedade e os órgãos ambientais durante todo o processo de implantação das áreas protegidas ao longo dos anos. Este fato gera uma desconfiança mútua em relação à efetivação desta gestão, uma vez que as unidades foram criadas sem a participação social em sua definição, criando uma dificuldade para a população de aceitar o sentido de pertencimento daquela área, o que muitas vezes não possibilita a efetivação desses espaços de tomadas de decisões. (IBASE, 2006; CUNHA et al, 2008).

Este fato inviabiliza a efetivação da gestão participativa em algumas unidades de conservação ambiental. Segundo o IBASE (2006), a participação nem sempre é espontânea, e devem ser aprendida e conquistada. Portanto, é necessário que se desenvolvam ações de formação e capacitação que possibilitem aos membros do conselho uma participação qualificada, sobretudo daqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental e que não têm acesso aos mecanismos tradicionais de representação política.

³¹ Esta consulta não se faz obrigatória nas categorias de Estação Ecológica e Reserva Biológica.

1.3.1.1. Conselhos – Técnica adotada para a efetivação da gestão participativa nas unidades de conservação

Os conselhos funcionam como um instrumento para efetivação da gestão participativa nas unidades de conservação, pois este meio dentre tantos outros, se destaca por constituir um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer um diálogo entre a sociedade civil e os órgãos públicos responsáveis pela questão ambiental (CUNHA et al. 2008).

Para Teixeira (2009), os conselhos tornam-se palco para a construção do consenso e para a gestão dos conflitos envolvendo a conservação, a proteção e o uso dos recursos naturais das áreas protegidas e de seus entorno. Devem funcionar como espaços públicos de cooperação entre as várias instâncias do poder governamental e da sociedade, no entanto, segundo Cunha et al. (2008), não devem ser visto como um ato garantido da participação e da democracia, podendo ser ou não relevados pela administração das unidades.

No mais, a UICN (1997, p.13) ressalta que não são em todos os momentos e sobre todos os assuntos que os conselheiros devem estar presentes para emitir seu parecer. Por exemplo, em situações que requerem decisões e ações rápidas devem ser efetuadas sem obter um consenso do conselho, em alguns casos –é melhor atuar do que esperar o consenso geral sobre o que se deve fazer”.

A lei do SNUC prevê a criação dos conselhos consultivos nas unidades de conservação em seus artigos 5º e 29º, enfatizando sempre a importância da participação pública na efetividade da gestão dessas áreas. Segundo a legislação, os conselhos gestores podem ter natureza consultiva ou deliberativa³².

Para Loureiro (2003) apud Teixeira (2009), todos os conselhos deveriam ser deliberativos, pois não colocaria em risco à integridade do patrimônio preservado e, ainda, motivaria o envolvimento comunitário, uma vez que a sociedade deliberaria ações e visualizaria a tomada de decisões na administração das unidades. Tornar-se-ia, então, perceptível a importância da atuação destes membros para a gestão das unidades, enquanto no conselho consultivo, as reuniões seriam menos práticas, onde as discussões impostas

³² Segundo Andrade (2007), torna-se obrigatório a criação de um conselho consultivo nas unidades de conservação de proteção integral. Nas unidades de uso sustentável fica a Floresta Nacional, responsável pela criação de um conselho consultivo; as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Extrativistas devem organizar a criação de um conselho deliberativo e as demais unidades, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante interesse Ecológico, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural não são obrigadas a formação de um conselho.

caracterizariam por conselhos burocráticos, e pouco se nota a participação efetiva da população.

O Artigo 29 do SNUC institui a obrigatoriedade da criação de um conselho consultivo das unidades de conservação de proteção integral:

Cada unidade de conservação do grupo de proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organização da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio da Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista §2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento no ato de criação da unidade.

O funcionamento dos conselhos consultivos devem se adequar às características singulares de cada UC. E este, por sua vez, deve ser estabelecido antes da elaboração do plano de manejo da área, pois os conselheiros são fundamentais para a criação da base para o desenvolvimento deste pelo o órgão público responsável. Lembrando que as reuniões do conselho consultivo devem ser realizadas com pauta preestabelecida e em lugar público com fácil acesso para a sociedade civil. (BRASIL, 2002)

O decreto nº 4.340/02 que regulamenta o SNUC completa as disposições sobre o conselho, em seu artigo 17, no qual designa à administração da unidade de conservação a indicação dos nomes para constituir o conselho da unidade, ficando encarregada de configurar o conselho conforme o decreto:

§1º - A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas;

§2º - A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos comitês de Bacia Hidrográfica;

§3º - A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais;

(...)

§5º - O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público;

(...)

Ainda relacionado a este decreto, o artigo 20 impõe os deveres competentes ao conselho consultivo:

- I – elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III – buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V- avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- (...)
- VIII- manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e;
- IX- propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

No Estado de São Paulo, é o Decreto de nº 49.672, assinado em 06 de junho de 2005, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado, definindo suas diretrizes.

Segundo o artigo 4º do decreto estadual, os conselhos consultivos devem consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativa das unidades de conservação de proteção integral, e suas ações devem seguir os seguintes princípios:

- I- Valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos;
- II- Otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área;
- III- Busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação;
- IV- Otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros;
- V- Divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação;
- VI- Aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública.

Os conselhos paulistas precisam ser representados por entes públicos e pela sociedade civil, sendo paritário – pode fazer parte, no máximo, 24 membros e no mínimo 08 –, terão o prazo de 90 dias para estabelecer seu regimento interno a partir da publicação da resolução, que institui o conselho de determinada unidade. Além disso, deve ser de atuação efetiva na elaboração do plano de manejo da unidade, e deve articular os órgãos públicos, a população do entorno e a iniciativa privada para o alcance das metas relacionadas com a proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes.

É fato que hoje, as unidades de conservação que apresentam uma boa estrutura de gerenciamento das áreas são aquelas que estabeleceram o conselho consultivo, como decreta o SNUC. No entanto, de acordo com Drummond et al. (2006) apud Macêdo (2008), a implantação dos conselhos consultivos ainda é limitado, apenas 73 (26,35%) das 277 unidades de conservação a nível federal tem conselho gestor implantados, sendo 44,38% instituídas nas Áreas de Preservação Ambiental; 38,60% nos Parques Nacionais e 31,43% nas Florestas Nacionais.

Para que esta participação funcione é necessária a capacitação dos gestores das unidades e, posteriormente, dos conselheiros, traçando com clareza os objetivos destinados aos participantes dos conselhos –como uma ação educativa objetivando desenvolver a compreensão e as habilidades necessárias para atuação no processo de gestão social” (TEIXEIRA, 2009. p.23). É necessário mudar a visão histórica da sociedade perante as áreas protegidas, pois ao longo da história a cidadania foi negada no que diz respeito a gestão ambiental. Caso os conselhos nas unidades de conservação sejam devidamente conduzidos é possível que ocorra uma progressiva melhoria dos recursos naturais, refletindo tanto para as comunidades tradicionais como as comunidades do entorno.

CAPÍTULO 02

2. HISTÓRICO DO DISTRITO DO JARAGUÁ, MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP.

A história de ocupação da região do Jaraguá, no município de São Paulo, onde se localiza o Parque Estadual do Jaraguá – objeto de estudo deste trabalho – se entrelaça com a história de ocupação do Estado de São Paulo e com a exploração da colônia portuguesa, quando Martim Afonso de Souza, em 1532, após a fundação da Vila de São Vicente, transpôs a Serra do Mar em direção ao planalto, conhecido, então, até este momento como Planalto de Piratininga (DALMO, 2003).

O povoamento do planalto de Piratininga deve-se aos jesuítas, quando estes se fixaram na Vila de Piratininga³³ para a catequização dos índios ali residentes. Segundo Ab'Saber (2004, p.117) no final do século XVI e no decorrer do séc. XVII, São Paulo era formado por um núcleo urbano da cristandade, dotado de diversas igrejas, igrejinhas e capelas”.

Com o governo de Mem de Sá, em 1558, expedições a procura de minérios se iniciaram no Planalto Paulista. Segundo Dalmo (2003), foi neste período que o técnico em minas português, Luiz Martins, encontrou vestígios de ouro nas proximidades do Jaraguá. Há controversas quanto a data exata que a atividade de mineração no Jaraguá se iniciou. Dalmo e Pereira acreditam que a atividade teve início no final do século XVI, e que a descoberta de ouro na área ocorreu em 1562. Por outro lado, Dean (2000, p. 111) afirma que não existem indícios de captação de ouro na capitania até 1597 e que:

Alguns dos primeiros campos auríferos estavam diretamente sob controle governamental, notadamente aquele aberto em algum momento após 1608 pelo primeiro governador-geral das capitanias do sul e administrador geral das minas”, Francisco de Souza, no grande monte do Jaraguá que domina o horizonte norte da cidade de São Paulo

A ocupação da região do Jaraguá tem o seu marco com o bandeirante português Afonso Sardinha. Este teve um filho natural de São Paulo com uma índia, ao qual deu seu nome e, assim, ficou conhecido como o Mameluco.

Foi Afonso Sardinha, o Mameluco, que iniciou a mineração no Jaraguá, onde estabeleceu residência, junto com seu pai, aproximadamente em 1580, na Fazenda do Jaraguá, parte da atual área do Parque Estadual do Jaraguá, onde ainda se encontra resquícios de sua permanência pela área, como seu casarão, o qual foi reconstruído e readaptado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), e

³³ São Paulo era chamado em 1557, como Vila de Piratininga.

que foi concedido para instalação de um Albergue da Juventude³⁴ - o Albergue da Juventude Magdalena Tagliaferro.

Segundo Dalmo (2003, p.20), a casa possui 21 cômodos e foi utilizado durante muitos anos como residência do administrador do parque. Construída nos moldes dos velhos sítios coloniais, ~~a~~ casa tem paredes de taipa socada de quase meio metro de espessura e piso de pedra. As janelas e portas exteriores apresentam-se em ogiva. O alpendre é amplo e uma escadinha conduz ao pátio onde são vistos restos da senzala”.

Além da casa, pode-se encontrar no local um tanque utilizado por Afonso Sardinha para a lavagem de ouro. Infelizmente, a visitação da área se restringe aos clientes do Albergue da Juventude (**Foto 01**).

Segundo a atual administradora do parque, Patrícia Ferreira Felipe³⁵, o albergue recebe poucos visitantes no local e quase não   possível a manutenção da área,  l m disso, antes da concessão para o Albergue da Juventude, a Secretaria da Agricultura, antigo responsável pelo casarão, dividiu a senzala ao meio e a utilizava como um galpão, alojando tudo o que não tinha mais uso para o parque, o que não possibilitou mais a visitação do local.

Patrícia Felipe contou que há planos para transformar a casa num museu, no entanto, deve esperar o período da concessão terminar.



Foto 01: Casa de Afonso Sardinha no Parque Estadual do Jaraguá, atual albergue da juventude.

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, maio de 2009.

³⁴ Esta discussão será aprofundada no sub-capítulo seguinte sobre o Parque Estadual do Jaraguá.

³⁵ Reunião realizada com a diretora do Parque Estadual do Jaraguá, no dia 28 de abril de 2010.

A atividade de mineração no Jaraguá começou a declinar em 1670 quando os minérios não eram suficientes para os mineiros que se instalaram na região, o que gerou um êxodo populacional crescente para a região de Minas Gerais e Goiás. Dalmo (2003, p.17), descreve a visita de um historiador ao Jaraguá no século XVIII:

Mawe, em sua visita, datada de 1808, notou que no Jaraguá o ouro se encontrava, na maioria das vezes, entre seixos redondos e calhaus, denominado cascalhão, inteiramente sobrepostos à rocha sólida. Observou, também, que se havia água nas proximidades eram freqüentes as escavações de extensão considerável, algumas delas com cinquenta ou cem pés de largura por dezoito ou vinte de profundidade. Onde a água corria, encontravam-se pepitas de ouro no solo, logo abaixo das raízes do capim.

O ouro continuou a ser explorado de forma não significativa até meados do século XIX. Com o declínio do ouro, a atividade econômica da região passa a ser a agricultura, predominando, fazendas para o cultivo do café. E foi devido a agricultura que, na segunda metade do século XIX, foi construída a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, na época São Paulo Railway (CREADO, 2003).

Segundo o Instituto de Gestão de Negócios e do Meio Ambiente (IGNEM, 2003), empresa que elaborou um dos projetos³⁶ de uso e ocupação do solo da área do Parque Estadual do Jaraguá, e seu entorno para elaboração do Plano de Manejo da unidade, a estação de Perus foi aberta em 1867; em Pirituba, foi inaugurada em 1885, e a estação Jaraguá³⁷ foi aberta em 1891 com o nome de Taipas. A partir deste momento, com a criação da estrada de ferro que a área começou a ser ocupada definitivamente.

Com o deslocamento da cultura do café para o interior paulista, e o declínio da economia cafeeira, as fazendas na região tornaram-se decadentes, e muitas foram partilhadas entre seus herdeiros e loteadas no início do século XX, formando novas vilas na região. No entanto, a Fazenda do Jaraguá, devido ao resquício de mata e ao terreno acidentado existente na área, foi desapropriada pelo Governo Estadual com a intenção de implantar uma área de lazer para a população. Na década de 1960, a área foi transformada no Parque Estadual do Jaraguá (IGNEM, 2003).

O histórico da região disponível pela subprefeitura Pirituba/Jaraguá (2010) descreve com detalhes a partilha de algumas fazendas e a formação em novas vilas:

A Fazenda Barreto, com a morte do seu proprietário em 1922, foi partilhada entre seus herdeiros. Nesse mesmo ano foi loteada a primeira partilha da Fazenda e em 1926 foi loteada a segunda partilha. Essas duas vilas, somadas ao núcleo inicial que se desenvolveu ao lado da estação, vieram a se

³⁶ Projeto cedido, gentilmente, pela diretora do parque Patrícia Ferreira Felipe.

³⁷ A estação foi aberta com o nome de Taipas e só em meados da década de 1940, teve seu nome alterado para Jaraguá.

constituir no núcleo principal de desenvolvimento do bairro. Posteriormente, outras partes da Fazenda Barreto foram loteadas dando lugar a formação de novas vilas, como a Vila Bonilha, Vila Zatt, Vila Maria Trindade, Vila Mirante e Jardim São José.

O bairro São Domingos também tem sua origem na venda da Fazenda do Coronel Anastácio de Freitas Francoso, em 1917 para a Companhia Armour do Brasil. Em 1950, as terras são vendidas e loteadas pela empresa Novo Mundo Investimentos Ltda. Surge neste processo o bairro que recebe o nome, como uma homenagem, de um santo católico, São Domingos Sávio.

O crescimento populacional do Jaraguá, como dos demais bairros periféricos, aconteceu com a chegada da estrada de ferro e do decréscimo populacional das áreas centrais de São Paulo com a intensa industrialização (PEREIRA, 2005; CREADO 2003).

É possível a visualização deste fato ao analisar a estimativa populacional, relacionado na **Tabela 01**, deste período, onde as áreas centrais perdem o número de habitantes e aumenta nas áreas periféricas, como no caso de Pirituba e Jaraguá.

DISTRITO	1940	1950	1960
SÉ	10.243	9.482	8.892
PIRITUBA	9.261	27.281	75.137
PERUS-JARAGUÁ	5.934	8.370	19.083

Tabela 01: Estimativa habitacional dos distritos da Sé, Pirituba e Perus-Jaraguá, nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Fonte: Langebuch (1971) apud Pereira (2005, p.31)

O bairro de Pirituba, por exemplo, na década de 1950, atinge um perfil populacional de operários, devido à concentração de indústrias no bairro. Atenta-se ao fato de que a urbanização no Jaraguá foi mais lenta do que nos bairros ao redor, devido a não instalação de indústrias na área. A estimativa de ocupação do distrito era pequena e, predominantemente, rural. Na década de 1950, haviam cerca de 2.543 habitantes no bairro do Jaraguá, sendo sua população urbana de 701 hab. Em 1973, a população estimada era de 12.386 hab (CREADO 2003; PEREIRA, 2005).

Para Pereira (2005), a ocupação do entorno do Parque Estadual do Jaraguá só evoluiu com o transporte coletivo rodoviário, devido ao afastamento da área da estação de trem. Com a conservação do distrito até meados do século XX e o baixo nível de urbanização na década de 1960, instalou-se uma comunidade indígena ao lado da área protegida no Jaraguá³⁸.

³⁸ Ver subcapítulo 2.2.1 sobre a Aldeia M'bya Guarani.

Com o crescente aumento populacional da periferia de São Paulo, novas estações de trens foram inauguradas, como a estação Vila Clarisse, em 1955 e a estação Piqueri³⁹ em 1960. Além de serem criadas novas rodovias, como a Rodovia Anhanguera (SP 330) ligando São Paulo à Campinas e, posteriormente, em 1978 a Rodovia dos Bandeirantes. Ambas tiveram grande importância na configuração atual de uso e ocupação do solo próximo ao Parque Estadual do Jaraguá. (IGNEM, 2003).

(...) a partir dos anos 80, as margens da rodovia Anhanguera passaram a ser ocupadas por estabelecimentos industriais, o que, conseqüentemente, atraiu a formação de loteamentos irregulares em suas proximidades. Essa ocupação se tornou mais intensa quando o transporte coletivo por ônibus começou a utilizar essa via como ligação bairro-centro.

Em pesquisa realizada por Jannuzzi (2004) sobre a projeção demográfica para o município de São Paulo, alguns pesquisadores e especialistas afirmaram que a região que apresentará maior dinamismo demográfico será a área próxima ao eixo Bandeirantes e Anhanguera. (PEREIRA, 2005)

Com a construção das Rodovias, próximas ao trecho Pirituba – intensifica-se em Jaraguá uma ocupação irregular e não planejada por ambos os bairros. No trabalho de Volpe (2009), percebe-se que esta região caracteriza-se por ocupação de baixo padrão e às vezes não apresenta uma infra-estrutura básica para moradias⁴⁰. Com a implantação do Rodoanel Mário Covas em 2002, ao norte do Parque Estadual do Jaraguá, espera-se que haja uma intensificação nessas construções irregulares na região.

Pode-se observar na **Figura 02 e 03**, a transformação da área do entorno do Parque Estadual do Jaraguá. A primeira é uma foto aérea tirada em 1962 e caracteriza o entorno pelo predomínio da agricultura na região e o início da urbanização da área. Já a segunda, é uma foto aérea de 2001, observa-se a urbanização da região e a intensificação da pressão urbana na unidade de conservação, deixando esta totalmente ilhada na cidade paulista.

Considerando a elaboração cartográfica de Silva et al. (2008) e do Instituto de Gestão de Negócios e do Meio Ambiente (2003), ambos em anexo (**Anexos 01 e 02**), sobre o uso e ocupação do entorno do Parque Estadual do Jaraguá, pode-se perceber que a dinâmica urbana da região, no século XXI, caracteriza-se pela intensificação urbana ao sul, áreas rurais ao norte e noroeste, área em processo de urbanização como consequência do Rodoanel; áreas urbano-industriais ao sul e sudoeste e área de expansão urbana à leste, sudeste e nordeste.

³⁹ Inaugurada com o nome Quilômetro 88, passa a se chamar Nossa Senhora do Ó, em 1962, e só em 1969, recebe o nome Piqueri, o qual se estabelece até hoje.

⁴⁰ –Na região do PEJ, por exemplo, há grupos de estrato sócio-econômico mais precário ocupando as proximidades de áreas protegidas. Estima-se, no entorno do parque, a existência de 35 mil ex-sem tetos, distribuídos por doze bairros por eles formados. No entorno dessa unidade de conservação específica, o grupo mais atuante é a Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo” (CREADO.2003, P.8)

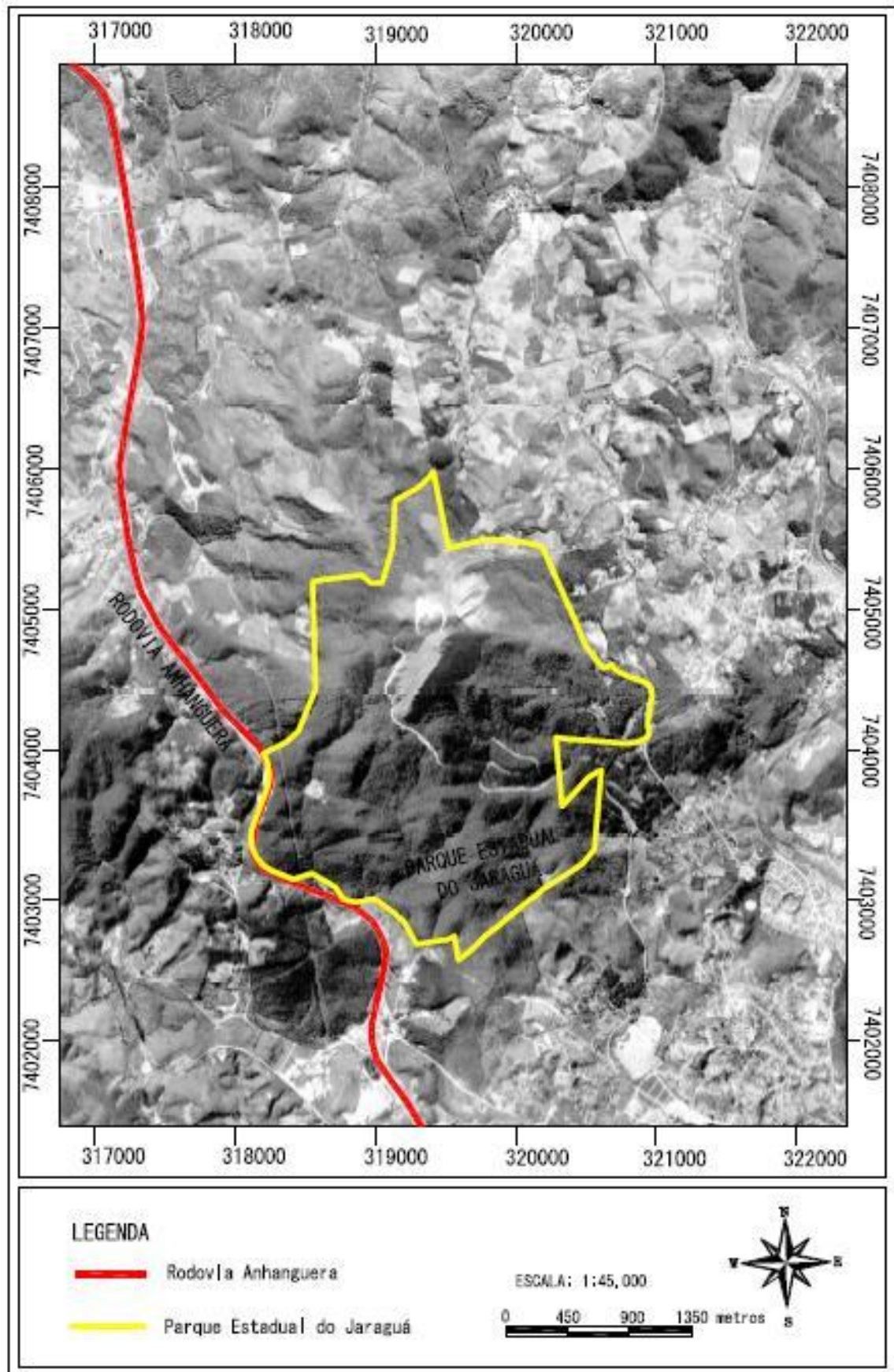


Figura 02: Uso e Ocupação do entorno do Parque Estadual do Jaraguá (SP), em 1962.

Fonte: Aerofoto Natividade Ltda., sobrevôo de 1962, escala de 1:25.000.

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

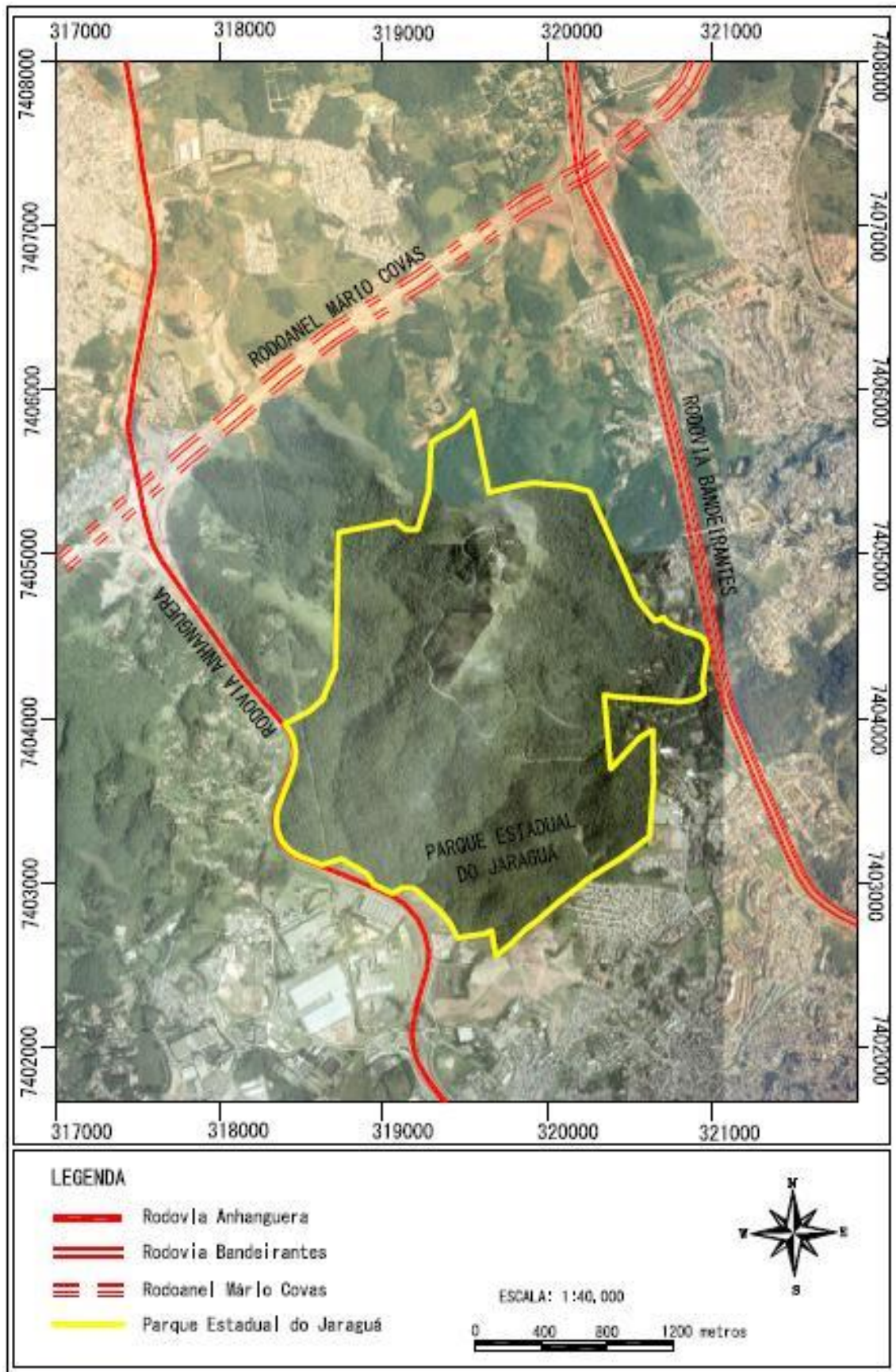


Figura 03: Uso e ocupação do Entorno do Parque Estadual do Jaraguá (SP) no ano de 2001.

Fonte: Base Aerofotogrametria S.A, foto aérea de 2001, escala 1:20.000.

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart

A Lei Municipal de nº 11.220 de 20 de maio de 1992 reinstitui a divisão geográfica do município de São Paulo em distritos, e regulamenta 96 distritos ao todo para a cidade. O distrito do Jaraguá caracteriza-se pelas divisas com os distritos de Perus; Anhanguera; São Domingos; Pirituba e Brasilândia, além dos municípios de Caieiras e Osasco.

Com o objetivo de descentralização da administração da cidade de São Paulo, além de tornar esta mais próxima dos cidadãos, promovendo uma rapidez no atendimento público e de seus serviços em geral, em agosto de 2002 é promulgada a lei municipal de nº 13.399, criando 31 subprefeituras no município de São Paulo. O distrito do Jaraguá compõe, juntamente com o distrito de Pirituba e São Domingos, a subprefeitura Pirituba, atual subprefeitura Pirituba/Jaraguá, como pode ser visto em anexo (**Anexo 03**).

Segundo o artigo 4º da lei, o critério para o estabelecimento das subprefeituras ocorreu –em função de parâmetros e indicadores socioeconômicos.”. Fica responsável pela conservação das áreas verdes da região a coordenadoria de Manutenção da Infra-estrutura Urbana, enquanto a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fica responsável pela conservação e preservação do meio ambiente.

A região encontra-se em expansão urbana apresentando um índice populacional maior a cada ano que passa. Em 2008, a Subprefeitura estimou um total de 442.722,00 habitantes, somando os três distritos, sendo o Distrito do Jaraguá o mais populoso diante de Pirituba e do São Domingos.

Na **Tabela 02**, pode-se observar o crescente populacional da região.

DISTRITO	POPULAÇÃO		
	(1996)	(2000)	(2008)
JARAGUÁ	119,564	145,327	187,500
PIRITUBA	157,845	161,736	164,748
SÃO DOMINGOS	77,176	82,724	90,474
TOTAL	354,585	389,787	442,722

Tabela 02: Dados demográficos da região da Subprefeitura Pirituba/Jaraguá

Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Com o intuito de estabelecer objetivos e diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional da área, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo estabelece na Lei nº 13.885 de 25 de agosto de 2004, um Plano Regional Estratégico referente a cada subprefeitura da cidade.

No que diz respeito a gestão ambiental da região, é perceptível neste Plano Regional Estratégico para a subprefeitura Pirituba/Jaraguá, uma preocupação demasiada com o desenvolvimento turístico da região, já a conservação da biodiversidade, por sua vez, fica em segundo plano. Os parques existentes na região não possuem infra-estrutura o suficiente para atender a população local. Na área de encargo da subprefeitura Pirituba/Jaraguá, existe atualmente cinco parques destinados à área de lazer. Além do Parque Estadual do Jaraguá, existem mais quatro parques municipais de pequeno porte: o Parque Cidade Toronto e o São Domingos, localizados no distrito São Domingos e o Parque Jardim Felicidade e Rodrigo Gasperi, no distrito de Pirituba, como pode ser visto na **Figura 04**.

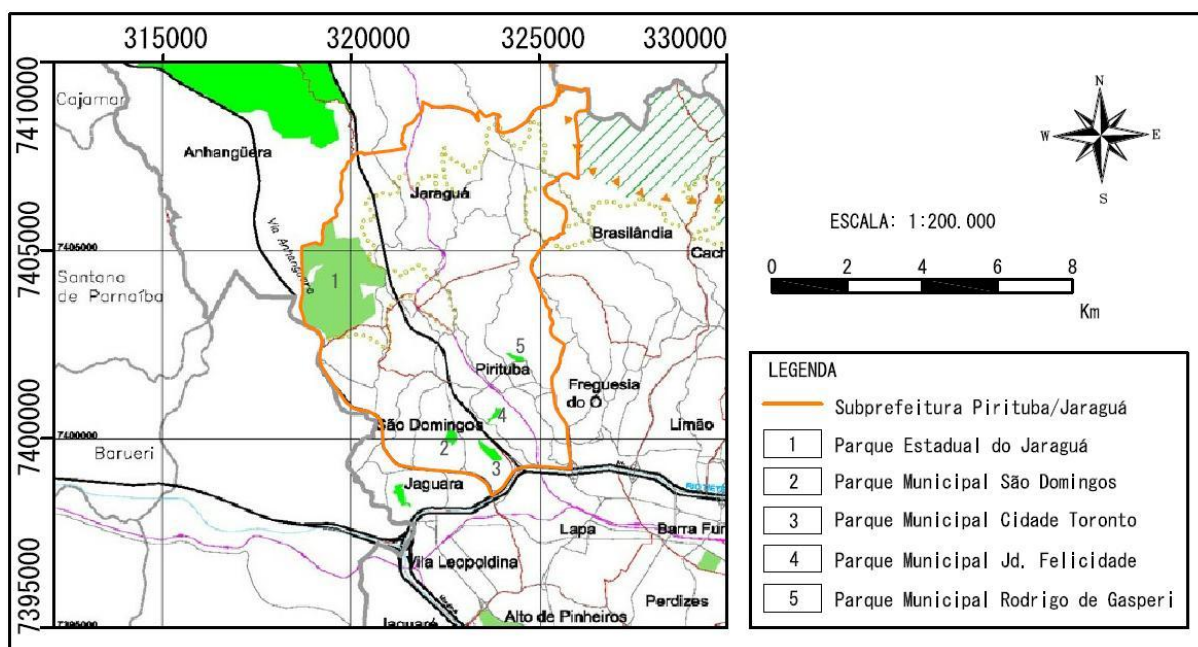


Figura 04: Parque Estadual⁴¹ e Parques Municipais na região da Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.

Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2002.

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Estes parques foram criados para fornecer a população espaços para lazer. Apesar de alguns possuírem áreas de reflorestamento, não disponibilizam uma área para a finalidade de conservação ambiental, mas fornecem áreas para a prática de esportes, como corrida e futebol, além de áreas para piqueniques, churrascos, entre outros, estes são denominados parques urbanos⁴². O total das áreas destes Parques Municipais Urbanos, de responsabilidade da

⁴¹ Durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá, notou-se que a Prefeitura de São Paulo apresenta a delimitação da unidade de conservação equivocadamente. O limite correto pode ser observado na figura 01 e 02 deste trabalho.

⁴² Os Parques Urbanos, assim como os Parques Ecológicos, não se encaixam na classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pois foram criados com o intuito de conservação ambiental, desta forma eles não podem ser considerados como unidades de conservação de uso integral e nem de uso sustentável. (HOLMES, 2008)

subprefeitura Pirituba/Jaraguá, somam 256.000,00 m², sendo, segundo o Instituto de Gestão dos Negócios e do Meio Ambiente (2003), insuficiente para suprir a demanda de uma região de 442.722,00 habitantes, fato que sobrecarrega o Parque Estadual do Jaraguá, o qual como unidade de conservação de proteção integral tem como finalidade a proteção dos recursos naturais remanescentes em seu interior.

Segundo Vianna (1996, p.86), uma unidade de conservação ambiental precisa de recursos e infra-estrutura para atender a demanda turística e não prejudicar os recursos naturais ali presentes:

Especulação e pressão turística. O Turismo ocorre na grande maioria das unidades, de forma desordenada, ocasionando pressão sobre a área, produção de lixo, ~~roubo~~ "roubo" de recursos. Isto vale tanto para o turismo de visitantes quanto para o turismo de segunda moradia (realizado pelos chamados veranistas), que causa impacto direto na capacidade de suporte da área. Apenas 8 parques nacionais possuem estrutura adequada para receber o público visitante (VIANNA, 1996,p.86)

Mesmo com a falta de infra-estrutura para suportar a demanda regional na área de lazer e recreação dos seus moradores, em muitos pontos estratégicos do plano diretor regional o incentivo pelo turismo é demasiado. No artigo 7º inciso 1º, por exemplo, o objetivo para desenvolvimento urbano com qualidade ambiental dar-se-á pelo estímulo e criação de programas de apoio a ~~atividades~~ "atividades" econômicas e de qualificação de mão-de-obra, voltados ao turismo de lazer e ecológico, e realizar investimentos para melhorar os acessos aos pontos turísticos da região."

No artigo 12 inciso XIII está incluído, como melhoramento viário da região, a construção de uma ciclovia, ligando a estação de trem Vila Clarice ao Parque Estadual do Jaraguá, ~~que~~ "que visa aumentar as potencialidades do setor turístico da região". E acrescenta no inciso XX que melhoramentos da Estrada Turística do Jaraguá devem ser feitos para receber o fluxo da ciclovia, além de que o Parque deve realizar um Plano Turístico para a área.

Diante destes fatos, percebemos que a estrutura do Plano Estratégico Regional da subprefeitura Pirituba/Jaraguá traz, indiretamente, a conceituação de unidade de conservação da década XIX, onde as áreas protegidas eram criadas com o intuito primordial de oferecer lazer e recreação para a população, além disso, o plano apresenta o Pico mais alto da cidade de São Paulo como um monumento de grande valor econômico, e neste momento fica

destituído a idéia de unidade de conservação de proteção integral⁴³ do Parque Estadual do Jaraguá.

2.1. Criação e concessões do Parque Estadual do Jaraguá

Em dezembro de 1939, pelo Decreto-Lei nº 10.877 (**Anexo 04**) o governo estadual libera no Tesouro do Estado a quantia de 800.000\$000 (oitocentos contos de réis) à Secretaria da Educação e Saúde Pública para aquisição da Fazenda do Jaraguá, de 202 alqueires de terra, além das benfeitorias realizadas nesta.

A aquisição do imóvel pelo Estado deu-se em 02 de abril de 1940. Segundo Dalmo (2003), a escritura foi transcrita na 8ª Circunscrição Imobiliária da Capital, em 05 de abril do mesmo ano, sob nº 903, Livro 3.A, Página 12, onde transcreve o seguinte:

De um lado, como outorgantes vendedores, Manuel Fernandes Lopes, Maria Fernandes Lopes, Angelo Azurza, Dolores Azurza, Joana Azurza Ugarte, (...) como outorgante compradora, a Fazenda do Estado de São Paulo, (...) [que compra], nos termos do decreto nº 10.877, de 30 de dezembro de 1939, um sitio, denominado “Jaraguá”, situado em Taipas, distrito de Paz e freguesia de Nossa Senhora do Ó, 8ª Circunscrição 4ª zona, desta Comarca da Capital, com a área de duzentos e dois alqueires de terras, mais ou menos, dentro da referida área está situada a sede do sítio, com benfeitorias constantes de casa de morada e de todas as demais dependências, inclusive pomar e pastagens (...) (ESCRITURA DE COMPRA DA FAZENDA JARAGUÁ, apud DALMO, 2003, p.01)

A área precisou passar por um processo de reflorestamento, o governo determinou a plantação de árvores como Ipês, Guapuruvus, Paineiras e Pau-Jacarés, entre outras espécies nativas (DALMO, 2003), pois com a mineração e a abundância de ouro, a região sofreu um alto grau de intervenção humana.

Desta forma, como a resolução CONAMA nº 01 de 1994, define, em seu artigo 1º, vegetação primária como “vegetação de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécie”, podemos caracterizar a vegetação atual do parque como secundária de mata atlântica do interior, em sua maior parte⁴⁴.

Na década de 1950, as terras do Jaraguá passam a pertencer a Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura e só em 1961, conforme Decreto Estadual nº 38.391 assinado pelo Governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, a Fazenda do Jaraguá com 48.884,00 metros

⁴³ Apesar de estar inserida na macroárea de Proteção Integral como zona Especial de Preservação (Art. 18 do plano regional estratégico), não se encontra uma estruturação de ações para o auxílio da preservação da área.

⁴⁴ Detalhes no subcapítulo 3.1.3.

quadrados (202 alqueires), torna-se uma área de conservação ambiental. Fica instituído o Parque Estadual do Jaraguá.

O artigo 1º do mesmo decreto caracteriza algumas áreas de proteção ambiental, como Horto Florestal, Floresta Estadual e Parque Estadual. Este último é definido como uma ~~área~~ coberta parcial ou totalmente de florestas nativas declaradas ou consideradas remanescentes, com atributos excepcionais e destinadas a proteção da flora ou fauna e das belezas naturais, com fins educacionais, científicos, turísticos e recreativos”.

Em 1962, o Estado de São Paulo promulga a Lei nº 6.884, onde dispõe sobre os parques e florestas estaduais e os monumentos naturais. Segundo o artigo 3º, os parques estaduais devem manter áreas em estado primitivo, ~~nas~~ ^{nas} quais ficam proibidas todas as atividades que importem em qualquer modificação do aspecto primitivo da região”, no entanto no artigo 4º da mesma Lei, define a possibilidade de outorga de concessões a pessoas físicas ou jurídicas, seja para o funcionamento e a construção de hotéis, seja para ~~acampamentos~~ ^{acampamentos} de férias, colégios, clubes de campo, clube de ciências naturais, casa para venda de artigos para turistas, restaurantes, museus e similares”⁴⁵. Além disso, a lei dispõe, no artigo 12, que os concessionários devem contribuir para o Fundo de Pesquisas do Serviço Florestal, anualmente, com a importância proporcional ao valor da concessão.

Sendo assim, mesmo com a Lei Estadual de nº 6.060 de 12 de maio de 1961⁴⁶, a qual autoriza a criação de um monumento ao Apóstolo de São Paulo no ~~alto~~ ^{alto} do Morro do Jaraguá”, é assinada, pelo então governador, Carlos Aberto de Carvalho Pinto, a Lei de nº 7.459, em 1962, logo após a criação do Parque, onde, junto a instalação do monumento, cede em comodato para Rádio Bandeirantes S.A, pelo prazo de 20 anos, o Pico do Jaraguá com a finalidade de instalação de uma torre de televisão ~~e~~ ^e respectivos transmissores” numa área de 1.400,00 metros quadrados (**Foto 02**).

⁴⁵ Conforme discussão no capítulo 01 deste trabalho, nota-se a visão político-administrativa dos governos no século XX. No que concerne as áreas protegidas, as comunidades tradicionais eram inviabilizadas de manter seus ~~lares~~ dentro das unidades de conservação ambiental, as quais deveriam priorizar a perpetuação da biodiversidade, no entanto, as outorgas para construção de estruturas para fins econômicos, pelo menos a nível estadual, era legalmente autorizada.

⁴⁶ Segundo Dalmo (2003), a Lei disponibilizava cerca de CR\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para a instalação do monumento. Apesar de ter sido realizado por duas vezes, solenidades em prol da instalação do Apóstolo, o projeto nunca foi adiante, abrindo espaço para a construção da torre de transmissão, e até hoje não se tem notícias da utilização do recurso então liberado.



Foto 02: Torre de transmissão da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009

No entanto, todas as estações de televisão tinham o direito do uso gratuito da torre de transmissão, assim como poderiam adquirir espaço para a instalação de seus retransmissores. Em 1984, a decisão do uso do pico do Jaraguá, a título precário, foi prolongada por mais cinco anos, pelo Decreto nº 22.556. E em 25 de fevereiro de 1991, Orestes Quércia promulga o Decreto Nº 33.011 cedendo mais 10 anos de comodato para a Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., e só com o governador Mario Covas, em 1997, no Decreto Nº 42.533, de 21 de novembro de 1997, ficou definido que a utilização do uso do Pico do Jaraguá para a torre de transmissão das estações de televisão deveria ser remunerada.

Fica instituído, então o seguinte:

Parágrafo único - Os usuários que não concordarem com as alterações determinadas por este decreto terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para desocupar o local, retirando as instalações que não tenham sido incorporadas ao terreno, sem prejuízo de sua responsabilidade civil por eventuais danos.

Artigo 3.º - A permissão de uso de que trata este decreto é deferida, sem exclusividade, mediante remuneração a ser recolhida pelas entidades beneficiárias, na seguinte conformidade:

I - organizações privadas que comercializem direta ou indiretamente transmissões de imagens, sons ou dados: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) por mês;

II - outras organizações privadas que utilizem sistemas de comunicações como apoio as suas atividades principais: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) por mês;

III - instituições sem fins lucrativos: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) por mês.

Em relação aos recursos adquiridos pelas unidades de conservação de proteção integral, a lei nº 9.985 de 2000 sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no seu artigo 35, propõe que sejam aplicados de acordo com os seguintes critérios: Até cinquenta por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade; até cinquenta por cento na regularização fundiária das unidades de conservação do grupo a que pertence e até cinquenta por cento na implementação, manutenção e gestão de outras áreas referente ao Grupo de Proteção Integral.

Sendo assim, de acordo com a diretora do Parque do Jaraguá, Patrícia Felipe⁴⁷, os recursos adquiridos pelo parque com a concessão das torres de transmissão vão para o Fundo Especial de Despesa do Instituto Florestal⁴⁸, uma vez que o parque não cobra pagamento de taxas para visitação. E, nas reuniões do Planejamento Organizacional Administrativo, os recursos são direcionados para a quitação das contas de cada unidade, e posteriormente, conforme as situações emergentes, os recursos são disponibilizados seguindo uma rotatividade.

Felipe (2010) também fala que o Parque Estadual do Jaraguá é considerado um parque auto-suficiente, pois o que arrecada pelas instalações basta para a sua manutenção.

O monumento Apóstolo de São Paulo nunca foi instalado no Pico mais alto da cidade, mas as antenas de transmissão tornaram-se um ponto de referência e de turismo da região, com alto índice de visitação aos finais de semana.

⁴⁷ Reunião realizada no dia 06 de maio de 2010.

⁴⁸ O artigo 48 do Decreto nº 25.341, de 4 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação dos Parques Estaduais, estabelece que –As rendas resultantes do exercício de atividades de uso indireto dos recursos dos Parques Estaduais, bem como subvenções, dotações e outras que estes vierem a receber, inclusive as multas previstas neste regulamento, serão recolhidas ao Fundo Especial de Despesa do Instituto Florestal – IF”

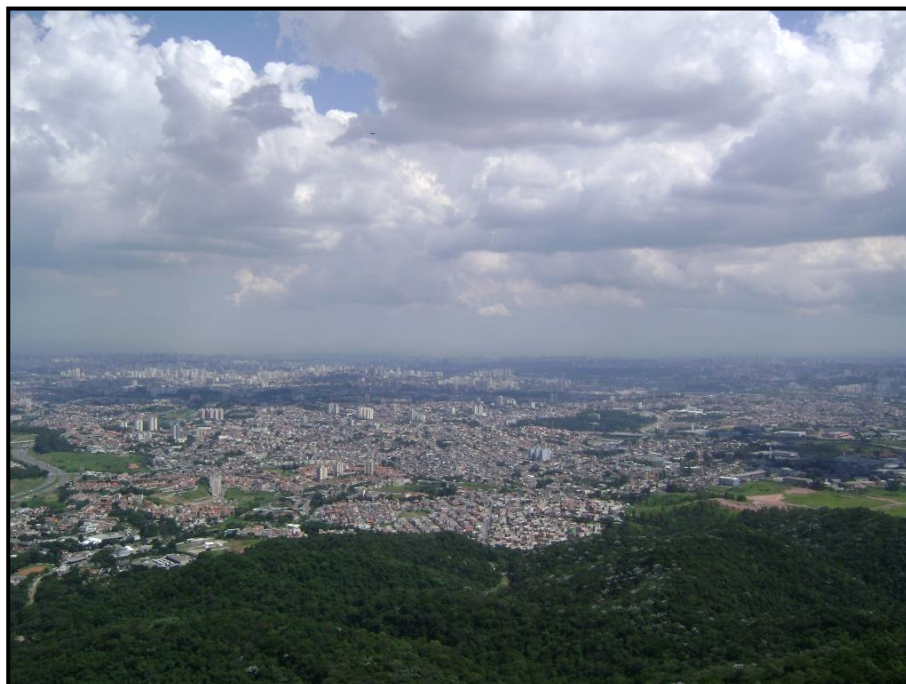


Foto 03: Vista de São Paulo no Pico do Jaraguá

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009.

O segundo Pico mais alto da cidade de São Paulo, também se localiza no Parque Estadual do Jaraguá, com 1.127 metros de altitude, e é denominado como Pico do Papagaio. Neste não é permitida a visitação pública, a não ser para a prática de escala em conformidade com a Portaria Normativa FF/DE nº 099/2009.

O Pico do Papagaio também abriga uma torre de transmissão, em concessão cedida para a Rede Cultura de Televisão, segundo Dalmo (2003) esta concessão foi adquirida pela Fundação Padre Anchieta, em 1968.

Em 1966, foi concedido em regime de comodato, pelo período de 30 anos, um terreno de 120 mil metros quadrados para a União dos Escoteiros do Brasil, com a finalidade de implantar uma Escola de adestramento para chefes e dirigentes, além de campo permanente para tropas de escoteiros, pela Lei nº 9.536. O período foi prolongado por mais 30 anos, de acordo com a Lei nº 8.304 de 19 de abril de 1993.

Pelo Decreto-Lei de 29 de maio de 1970, o Estado concede o uso de terreno no Parque do Jaraguá à Empresa Light, Serviços de Eletricidade S.A para a instalação de uma estação repetidora de microondas. No ano seguinte, foi concedida uma área de 5.076,60 metros quadrados para a construção de um abrigo à Polícia Militar (DALMO, 2003), o qual encontra-se no local ainda hoje, próximo a torre da TV cultura (**Foto 04 e 05**).



Foto 04: Área cedida a Polícia Militar no Pico do Jaraguá para instalação de uma torre de comando.

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.



Foto 05: Área em concessão para a Rede Cultura de Televisão, para instalação de uma torre de transmissão no Pico do Papagaio.

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Por fim, pela Lei nº 3.424, fica autorizado, a partir do dia 24 de junho de 1982, a passagem de linha de energia elétrica da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A, por

uma área de 25.201,20 metros quadrados, cortando trecho da parte sudoeste do parque, como pode ser visto na planta de uso do solo em anexo.

No sopé do pico do Jaraguá, foi cedido em regime de comodato, o casarão Afonso Sardinha, em 1985 para a Associação Paulista dos Alberguistas – Hostelling International, a concessão foi realizada pelo governador André Franco Montoro como um incentivo a atividade. O comodato venceu em 2005 e, segundo Patrícia Felipe, a Fundação Florestal solicitou a reintegração de posse do casarão, no entanto a regularização ainda não aconteceu.

As concessões realizadas pelo Estado na área do Parque Estadual do Jaraguá estão em vigor ainda hoje e é indiscutível o fato de que estas intervenções afetaram a biodiversidade local, pois a antropização, próximo as áreas com remanescentes vegetais, por menores que sejam, acabam por prejudicar a disseminação das espécies, causando um desequilíbrio biológico. Segundo Murphy (1997, p. 93) a conversão dos habitat naturais e das proximidades de áreas preservadas é o principal fator da perda da diversidade biológica, para este autor, as atividades como plantação de árvores exóticas em parques interrompem a distribuição de componentes naturais das vegetações.

2.2. Aldeia indígena M'BYA Guarani do Jaraguá

Como visto anteriormente, a história da região do Jaraguá é rica no que diz respeito a exploração do local com a descoberta de minas de ouro. Os exploradores e os povos indígenas naquela época viviam em constantes batalhas, e para a mineração do ouro, a mão-de-obra indígena era a mais empregada. Os “colonizadores” em suas explorações pelo Brasil, levavam consigo centenas de índios escravizados, mesmo depois da proibição da captura e escravidão dos índios, datada no fim do séc. XVI. Segundo Monteiro (1994) apud Silva (2008), Afonso Sardinha e seu filho levavam consigo para a exploração de minérios “outros mancebos e mais de cem índios cristãos”.

Quando Afonso Sardinha encontrou as minas auríferas nos morros do Jaraguá, a resistência indígena foi muito forte e, por isso, o início do trabalho para extração do minério foi demorado. Segundo Silva⁴⁹ (2008), Afonso Sardinha, pai, em 1592, foi considerado pela

⁴⁹ O Processo de ocupação pelos indígenas na área do Jaraguá foi baseado na dissertação de mestrado do Fabio de Oliveira Nogueira da Silva (2008), pois em reunião com o autor, que trabalha no Centro de Trabalho Indigenista (CTI) da USP, no dia 06 de maio de 2010, ficou claro o empenho desempenhado por este e pelo CTI na relação com a Aldeia do Jaraguá, a qual acompanha por muito tempo, tendo um alto grau de conhecimento desta história. Além disso, foi possível perceber durante as reuniões do Conselho Consultivo a confiança que os representantes da Aldeia Indígena possuem em relação a este.

FARIA (2008) apresenta um outro ponto de vista sobre a ocupação da aldeia no Jaraguá, a qual não discutirei neste trabalho, pois este não é o foco de minha pesquisa e uma busca mais aprofundada perante os integrantes da aldeia teria que ser realizada para confirmações históricas da habitação na região.

Câmara Municipal, “capitão da guerra contra os índios”, ficando encarregado de proteger a vila de ataques mais violentos dos indígenas, além de capturá-los para o trabalho escravo.

O historiador Afonso d’e Taunay (2003, P. 157) apud Silva (2008, p.46) apresenta mais algumas atividades desenvolvidas por Afonso Sardinha, sendo as atividades de mineração só um de seus empreendimentos:

Traficava escravos, vendendo índios moços a 3\$000 por cabeça, até para o Rio da Prata. De lá, encomendava diversos gêneros, como rendas, papel, medicamentos, facas fabricadas na Alemanha. Como capitalista, emprestava a pessoas de São Paulo e Santos, São Vicente e Rio de Janeiro.

De acordo com Silva (2008), em Barueri, município próximo ao bairro do Jaraguá, existia uma aldeia Guarani e Guaianá sob a guarda dos jesuítas, por volta do séc XVII, mas com a intensificação na exploração dos minérios, os exploradores invadiram a área e os tornaram cativos. Sendo assim, quando a extração de ouro no Jaraguá tornou-se decadente a região estava tomada por fazendas, e muitos índios tinham sido mortos e explorados, não restando nenhuma aldeia na região, como já era previsto.

Logo após a criação do Parque Estadual do Jaraguá, em 1961, uma família indígena⁵⁰ se instalou no local. Segundo Silva (2008), a família recebeu convite da Sociedade Geográfica Brasileira para viverem lá, e o aceitaram, pois além da região oferecer condições propícias para a difusão de sua cultura, também tinham sido desabrigados das terras que estavam, pois estas pertenciam à prefeitura da Cidade Dutra:

A constituição efetiva de uma aldeia no Jaraguá, no entanto, não foi imediata. Após terem recebido o convite do membro da SGB [Sociedade Geográfica Brasileira], Joaquim e Ari, que é seu filho mais velho e enteado de Jandira, fizera, diversas visitas ao local para só então concluírem pela mudança. As características do Jaraguá como a topologia, a fauna, a vegetação, o clima, as nascentes de água e o afastamento da área urbana foram decisivas para aceitarem o convite (SILVA, 2008, p.30)

Joaquim e Jandira foram os primeiros ocupantes da área, segundo Sousa (2005), ambos quando se instalaram, trabalhavam cuidando de algumas fazendas existentes na região. Realizavam, também, junto com seus filhos alguns trabalhos informais que sempre exerceram, “como serviços de alvenaria, pequenos trabalhos de marcenaria e de eletricista em residências da região ou, o que foi mais comum, produzindo remédios com ervas medicinais e artesanato para vendê-los na “cidade” ou nas áreas centrais dos bairros próximos” (SILVA, 2008, p. 33).

⁵⁰ Para maiores informações da instalação da aldeia no Jaraguá ver SILVA (2008), SOUSA (2005), FARIA (2008) e relatos disponíveis no Centro de Trabalho Indigenista, na Universidade de São Paulo.

A família pertencia ao grupo indígena Guaraní M'byá⁵¹, caracterizado por estarem em constante migração. Atualmente, este grupo ocupa muitas áreas litorâneas da região sul e sudeste do país (SOUSA, 2005).

Joaquim vinha de uma família indígena do sul do Brasil, próximo ao Uruguai. Em uma vinda para São Paulo acompanhado de familiares, ficou doente e deixaram-no em um hospital. Ainda muito pequeno foi criado por uma família alemã, no entanto, quando completou 18 anos, seguiu o seu caminho trabalhando por todo o Estado de São Paulo, e desta forma acabou reencontrando com familiares no litoral, onde conheceu e se casou com Jandira (SILVA, 2008).

Por esta razão, a aldeia criada sempre seguiu algumas características diferentes das demais aldeias, como por exemplo, a não existência de uma casa de reza, pois devido a sua criação, Joaquim cresceu acreditando nos preceitos evangélicos⁵². Contudo, no geral, a cultura desta família era tipicamente indígena e seguiam os princípios dos Guaranis M'bya.

Segundo Sousa (2005), a apropriação desigual dos recursos sociais e o desrespeito à cultura nativa incentivaram contingentes indígenas a migrarem de suas terras de origem à procura de melhores condições. Jandira e Joaquim sempre ofereceram moradia para quem necessitava. E assim, formaram a Aldeia Tekoa Ytu⁵³, onde Joaquim era o cacique.

Na década de 1980, a área da aldeia do Jaraguá foi dividida pela construção da Rua Comendador José de Matos, a qual liga a área com o Distrito de Pirituba e São Domingos, o que gerou muitos problemas com grileiros.

Com a pressão da urbanização da região, muitas pessoas surgiram dizendo-se donos da área, no entanto, as terras pertenciam a União e o Ministério Público Federal impediu a retirada da aldeia do local. Em 1980 os Guaranis entraram com o pedido de demarcação da área, e em 1987, pelo Decreto Federal nº 94.221, o Governo demarca a terra para a aldeia indígena do Jaraguá, no entanto não foi considerada a parte de cima⁵⁴ da aldeia.

Atualmente, os ocupantes da “aldeia de cima” ainda esperam a demarcação da área, mas segundo Alísio Gabriel⁵⁵, o trâmite para a demarcação está parado. Em resposta a uma carta⁵⁶

⁵¹ Mbya significa, segundo Ladeira (2000 apud SOUSA, 2005), “estrangeiro, estranho, aquele que vem de fora, de longe”.

⁵² No entanto, Joaquim nunca forçou seus filhos e sua mulher a seguir o seu caminho religioso. Jandira sempre levou os seus filhos nas aldeias de familiares, no litoral de São Paulo, e lá sempre participaram dos momentos de reza, inerentes a cultura indígena.

⁵³ Tekoa Ytu no guarani significa Aldeia Velha/Antiga.

⁵⁴ Parte de cima, ou aldeia de cima e parte de baixo, ou aldeia de baixo refere-se a divisão da aldeia pela Rua Comendador José de Matos. Na parte de baixo, ficaram as residências mais antigas da Aldeia e na parte de cima, até a década de 1980, ficava a área de cultivo. Posteriormente, a área foi destinada para as novas famílias guaranis que chegavam na aldeia, como discutiremos a seguir.

⁵⁵ Reunião realizada no dia 29 de março de 2010.

de reivindicação enviada pelos guaranis para a FUNAI e o Ministério Público (em anexo), a FUNAI alega que a área não apresenta sustentabilidade para a população naquele local, e ofereceram a possibilidade de realocação da aldeia para uma área maior, garantindo o bem estar da comunidade. Alísio contou que eles estavam esperançosos quanto a remoção da aldeia para uma área na cidade de Mairiporã, no entanto, ao que tudo indica a área que se interessaram vai se tornar um parque – uma unidade de conservação de proteção integral -, o que impossibilitará a permanência deles no local. Ficam, então, na região do Jaraguá na espera do andamento do processo de demarcação da área de cima.

Para Faria (2008, p. 65), a demarcação da área que hoje se denomina como “aldeia de cima” não ocorreu junto com a aldeia Tekoa Ytu, porque até o final da década de 1980 só se considerava relevante para a demarcação das áreas indígenas o local de residência da comunidade, “sem incluir o espaço de coleta, caça, pesca e plantação, omitindo principalmente a presença de um território Guarani M’bya”.

Neste processo de negociação (...) verifica-se que o que ocorre na verdade é o afinilamento na mensuração dos territórios, havendo diferença significativa entre o que os laudos antropológicos apontam como sendo a área indígena e o espaço que é de fato homologado. (CARVALHO, 1997:93 apud FARIA, 2008, p. 65)

Para os Guaranis Mbya, a terra é muito mais do que a área delimitada por sua residência, sua cultura caracteriza o território como um espaço necessário para a reprodução das relações sociais desse povo (FARIA, 2008; SOUSA, 2005).

Para os índios Guaranis da aldeia do Jaraguá, ter que demarcar a área tornou-se necessário pelo medo de ficarem sem terra, sem local para difundir sua cultura, no entanto, a idéia de pertencimento ao território não faz parte da cultura guarani.

Considerando que o conceito de “território” não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente, forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado (Ladeira, 2001, p.83 apud SOUSA, 2005, p. 11)

Para a demarcação das terras, dona Jandira contou com a ajuda de José Fernandes, o qual se mudou para aldeia do Jaraguá “com o objetivo de demarcar a área” (SILVA, 2008).

⁵⁶ Nesta carta, os índios também reivindicam o levantamento dos impactos causados na aldeia com a construção do Rodoanel Mario Covas. A aldeia do Jaraguá ficou fora do levantamento feito pelo Dersa por distarem 4 km do empreendimento. Segundo Faria (2008), a Dersa fez um acordo com a Funai de pagar uma indenização de R\$ 2 milhões de reais para a Terra Indígena do Jaraguá e para duas outras aldeias no trecho sul. No entanto até hoje este dinheiro não chegou até a aldeia.

Quando o Seu Joaquim⁵⁷ morreu, Dona Jandira não abriu mão de ser a cacique da aldeia, fato que gerou conflitos entre ela, um dos filhos de Seu Joaquim, de um casamento anterior, e o José Fernandes⁵⁸.

Silva (2008) acredita que para sanar estes conflitos, José Fernandes foi se instalar na área de cima, formando uma nova aldeia, a aldeia Tekoa Pyau, e que o filho de seu Joaquim mudou-se com a família para uma outra área da região do Jaraguá, chamado de Sol Nascente, mas a área precisou ser devolvida, e eles retornaram para a aldeia, se instalando em Tekoa Pyau.

Ligado a eminente religiosidade de José Fernandes e, também, pela mobilidade dos guaranis, logo, a aldeia de cima estava tomada por novas famílias indígenas.

Com o tempo, novos parentes e agregados se somaram à área do Tekoa Pyau. Uns, pelo parentesco, outros, pela liderança espiritual⁵⁹ de Karai Poty [José Fernandes]. (...) há os que se mudaram apenas para auxiliar na proteção dos moradores (por conta das ameaças dos grileiros). Diversos são os motivos que os levaram ao Jaraguá, e todos eles se relacionam com o que se convencionou chamar na literatura etnológica de ~~“mobilidade guarani”~~, relativa aos processos de manutenção das relações de parentesco e aliança e à religiosidade do grupo. (SILVA, 2008, p. 74)

Em conversa com Alísio, as diferenças entre as aldeias se identificam unicamente pela demarcação da ~~“aldeia de baixo”~~ e não demarcação da ~~“aldeia de cima”~~, pois segundo ele, todas as decisões são tomadas de comum acordo e, por este e outros motivos, devem ser consideradas como uma aldeia única.

A aldeia Tekoa Ytu possui uma área demarcada de 1,7 hectares, e faz divisa com o Parque Estadual do Jaraguá, sendo o seu limite o Ribeirão das Lavras, abastecido por uma nascente de dentro do Parque (**Foto 06**). Atualmente, este Ribeirão encontra-se totalmente poluído, pois recebe o esgoto dos próprios índios e da região, não havendo possibilidade de uso pela comunidade.

⁵⁷ ~~“Seu”~~ Joaquim e ~~“Dona”~~ Jandira são as formas respeitadas que se dirigem aos dois.

⁵⁸ Segundo Silva (2008), José Fernandes não abriu a mão de ser o cacique da região, pois por todas as aldeias que já havia se estabelecido fora convidado para ser o cacique e nesta não poderia ser diferente.

⁵⁹ José Fernandes é o pajé da aldeia.



Foto 06: Ribeirão das Lavras: Limite entre aldeia Tekoa Ytu e o Parque Estadual do Jaraguá. Observa-se – aos fundos – a proximidade das residências indígenas ao Ribeirão.

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Já a ~~aldeia~~ de cima”, a Tekoa Pyau faz divisa com a Rodovia dos Bandeirantes de um lado, e com a Rua Comendador José de Matos do outro, e possui cerca de 2,5 hectares de terra. Devido a falta de demarcação desta área, a situação das famílias que ali se estabeleceram é mais precária do que a ~~aldeia~~ de baixo”, vivem sem saneamento básico, os banheiros são de fossas sépticas e são de uso comunitário, estando espalhados pela aldeia. Além disso, segundo Alísio, sem a demarcação das terras, eles não podem construir casas de alvenaria e, por isso, todas as casas da ~~aldeia~~ de cima” são feitas de madeiras⁶⁰.

A área encontra-se extremamente degradada. Quando se instalaram no local, a área era coberta por eucaliptos, porém, com o passar dos anos, os eucaliptos tornaram-se perigosos para as residências ali estabelecidas; uns estavam podres e começaram a cair sobre as casas, sendo assim, os próprios guaranis os cortaram, alguns eles conseguiram vender outros eles fizeram fogueira para a realização de seus cultos noturnos. Hoje, o que se encontra no local é a plantação de algumas bananeiras espalhadas pela área (**Foto 07**).

Silva (2008) descreve em sua pesquisa todo o trabalho dos mais experientes, em relação ao lixo criado pelo homem. Segundo o autor, há todo um sermão em relação ao lixo indígena, e o lixo causado pelos produtos dos não-brancos, onde este último não se degenera facilmente

⁶⁰ Por este fato, muitos que passam pelo local acreditam tratar-se de uma favela.

e precisa ser recolhido e jogado em local propício, no entanto, ao entrar na aldeia Tekoa Pyau se observa embalagens jogadas por todos os lados num solo batido e compactado.



Foto 07: Rua Comendador José de Matos e aldeia Tekoa Pyau
Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁶¹ de 2009, a aldeia possui um total de 343 habitantes, no entanto, Alísio acredita que a aldeia esteja, em 2010, com aproximadamente 400 habitantes, distribuídos em cerca de 135 famílias, onde cada família tem de 3 a 4 filhos.

Há aproximadamente oito anos, a aldeia do Jaraguá criou a Associação Amba Verá, que hoje tem como presidente Alísio Gabriel, ou Tupã Mirim. Com a idade avançada de Dona Jandira, e a importância que a Associação ganhou perante a comunidade, Alísio se tornou um dos principais representantes da aldeia.

Segundo Alísio, a Associação foi uma grande aliada da comunidade indígena do Jaraguá, pois foi a partir desta que conseguiram agir como uma instituição diante do governo, e alcançar alguns de seus objetivos. A idéia de formar uma Associação surgiu quando a aldeia passava por um período difícil, quando por carência de uma alimentação adequada, crianças ficaram doentes e algumas até faleceram por falta de tratamento. A associação conseguiu trazer para dentro da aldeia um posto de saúde da FUNASA, por exemplo. Depois disso,

⁶¹ Fundação Nacional de Saúde, dado adquirido pelo Instituto Socioambiental. Disponível em: <www.institutosocioambiental.org>.

Alísio conta que a comunidade indígena se sentiu muito mais confiante para poder ir atrás de seus direitos.

Além do posto de saúde, a aldeia possui outros equipamentos do Estado em sua área. Há um Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) criado em 2001 na aldeia Tekoa Pyau, e uma Escola Estadual Djekupé Amba Arandy, criada em 2001 na aldeia de baixo, Tekoa Ytu. Segundo Alísio, as crianças estudam no CECI até os 5 anos e 11 meses de idade e nele aprendem tudo o que é referente a cultura indígena, inclusive o Guaraní⁶². Após esta idade as crianças vão para a Escola Pública. Segundo Fabio de Oliveira Nogueira da Silva⁶³, estudioso da aldeia do Jaraguá, a Escola Estadual criada na aldeia foi uma saída encontrada pela prefeitura para sanar as brigas e problemas que os “~~n~~ão-índios” causavam às crianças indígenas. Com os problemas, as crianças indígenas muitas vezes não queriam voltar à escola e paravam de estudar.

A aldeia Tekoa Pyau possui, também, um local coberto construído pelos pastores evangélicos que pregam cultos todos os domingos pela manhã. Indagado sobre esta situação, Alísio falou que a aldeia não se sente incomodada com esta aproximação dos evangélicos, pois ninguém é obrigado a assistir e que o importante é crer em Deus. “~~E~~rente é quem crê em Deus, e temos que crer em Deus”⁶⁴. Contanto que não imponham nada, não queiram nada em troca e não julguem a cultura indígena, os evangélicos são bem vindos.

Tanto a aldeia Tekoa Pyau quanto a Tekoa Ytu vivem basicamente do artesanato e de alguns trabalhos informais, este último sendo realizado principalmente pela família do Seu Joaquim. Sem ter de onde tirarem material para a realização de seus trabalhos, eles acabam buscando material na Rua 25 de março, no entanto, sempre que possível e quando a natureza permite, a aldeia guarani Mbya de Itanhaém envia materiais para elaborarem suas gravuras. Muitas pessoas acreditam que a feirinha existente, esporadicamente, no pico do Jaraguá aos finais de semana seja realizado pela comunidade indígena, mas, segundo Fabio Nogueira Silva, não é do feitio dos Guaranis terem um trabalho fixo, o trabalho realizado por eles vai de acordo com a necessidade que estão atravessando e por isso não assumem essa responsabilidade com o Parque do Jaraguá.

É comum em passeio ao Parque Estadual do Jaraguá se deparar com algumas crianças indígenas pedindo dinheiro para “~~e~~omprar um doce”.

⁶² Segundo Alísio, entre os moradores só se fala em guarani, pois foi uma forma que encontraram para não perderem as suas raízes, e para as crianças crescerem com a cultura de seu povo.

⁶³ Em reunião no dia 06 de maio de 2010, no Centro de Estudo Indigenista, da Universidade de São Paulo.

⁶⁴ Segundo Silva (2008) há um pastor que é Paraguaio e fala fluentemente o guarani.

Os problemas enfrentados pela comunidade, em relação à expansão urbana entorno da aldeia, interferem claramente na qualidade de vida de seus habitantes. A impressão que temos, e o que muita gente acredita ser, quando nos deparamos com a aldeia Tekoa Pyau é a de uma favela, no entanto, para os guaranis M'bya ~~pequena~~ ou grande... a construção indígena sempre é feita em função daquele momento presente, da necessidade de composição da vida. Eles não vão fazer uma casa grande pensando na projeção da família. Eles vão fazer em cima da realidade concreta, presente do que existe (...) (LADEIRA, 2000 apud FARIA, 2008, p. 15).

CAPÍTULO 03

3. PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ

Como já foi mencionado anteriormente, o Parque Estadual do Jaraguá localiza-se no distrito do Jaraguá, zona noroeste do município de São Paulo, à aproximadamente 16 km do centro da cidade (**Figura 05**). Pertencente a subprefeitura Pirituba/Jaraguá, encontra-se nas coordenadas geográficas 23°27'42"S e 46°45'44"W, e apresenta em seus limites os distritos de Anhanguera, São Domingos e o município de Osasco. Além de ser margeado por três sistemas viários importantes para a cidade de São Paulo: a Rodovia dos Bandeirantes ao leste, a Rodovia Anhanguera ao oeste e pelo Rodoanel Mario Covas ao norte. Desta forma, a unidade de conservação de proteção integral encontra-se “*lhada*” pela intensificação da urbanização no município e na região, conforme visto anteriormente.

O parque abriga o ponto turístico mais importante da região: o Pico de Jaraguá, o qual se caracteriza por ser o ponto mais alto da cidade de São Paulo, com 1.135 metros do nível do mar, sobre o qual, segundo Dalmo (2003), é possível avistar, aproximadamente, 55 km da cidade de São Paulo.

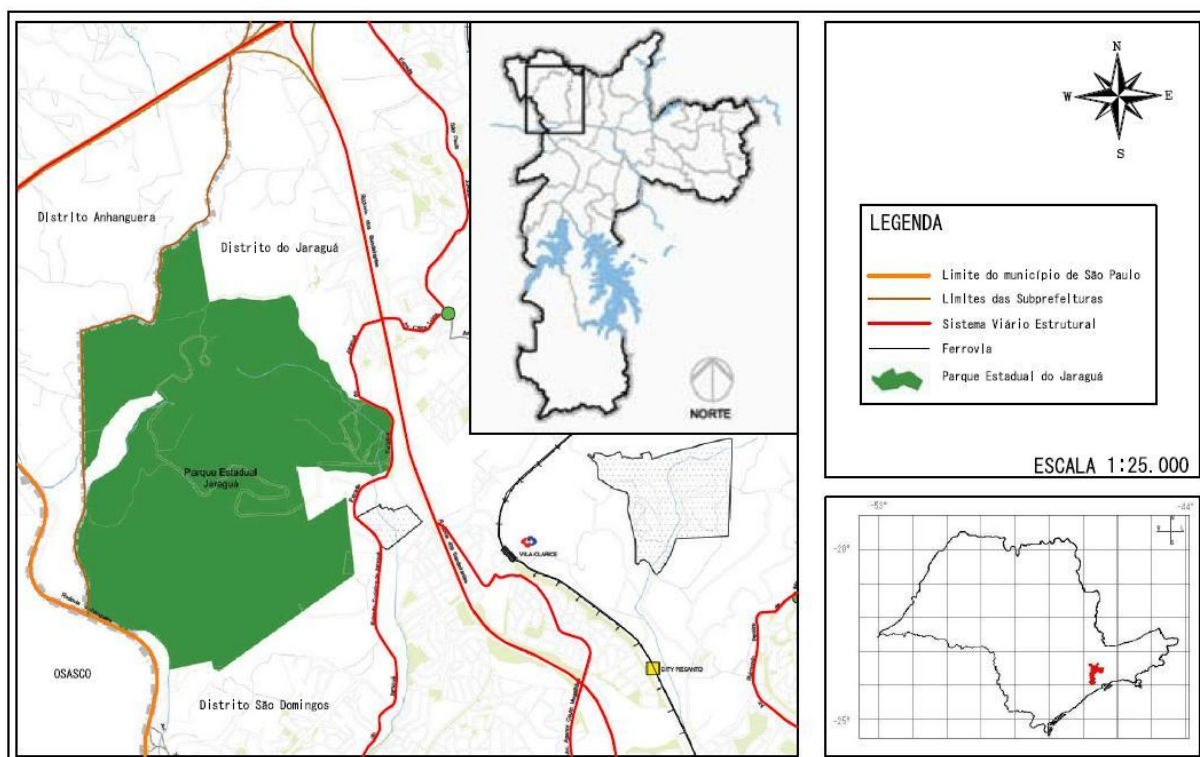


Figura 05: Localização do Parque Estadual do Jaraguá.

Fonte: SÃO PAULO. Lei nº13.885 de 25 de agosto de 2004.

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

3.1. Caracterização fisiográfica do Parque Estadual do Jaraguá, no contexto do Estado de São Paulo.

O Parque Estadual do Jaraguá está em uma região que predomina a Floresta Tropical Atlântica. Este bioma ocupa subáreas topográficas muito diferenciadas. Para entender estas diferentes formações, se faz necessária a compreensão e associação entre as forma de relevo, o solo, o clima e a instalação da vegetação, e como elas resultaram em áreas de grande diversidade geológica e biológica em São Paulo. Contudo, a finalidade deste tópico é delinear as principais características físicas da região, onde se encontra o parque – objeto de estudo deste trabalho.

3.1.1. Geomorfologia e Geologia

Ab'Saber (2003, p.69) realiza um estudo minucioso dos domínios morfoclimáticos brasileiros. Dentro desta classificação, a região de estudo esta localizada no Domínio Tropical Atlântico. Ele observa as especificações deste, que abrange grande parte do litoral brasileiro e avança além litoral no Estado de São Paulo.

À altura do estado de São Paulo, as matas atlânticas penetram por todos os planaltos interiores, com fortes irregularidades na depressão periférica central do território, onde ocorre um espaçado mosaico de cerrados, matas em faixas de calcário e terras roxas oriundas da decomposição de basaltos. Não são os climas tropicais mesotérmicos dos planaltos que garantem a presença de florestas biodiversas, mas, sim, a riqueza de algumas grandes manchas de solos ricos e influências orográficas na Serra do Mar, rebordos sul-orientais e ocidentais da Mantiqueira e escarpas de *cuestas* areníticas – basálticas do interior.

Como fica claro no texto de Ab'Saber, a morfologia da região recoberta inicialmente pela mata atlântica é muito diversa. Sendo esta diversidade atrelada principalmente à formação geológica.

O relevo do Estado de São Paulo inclui maciços antigos do Brasil Atlântico e paisagens da bacia sedimentar do Paraná. Este relevo está atrelado a mesma morfodinâmica de todo o sul do Brasil. Apesar disso, Ab'Saber (2003) observa que o relevo paulista se distingue na distribuição geográfica das estruturas, e na maior variedade de formas de relevo cristalino na sua área de maciços antigos. Assim, o autor reconhece o território paulista como uma área de transição entre a região cristalina, acidentada e alta da porção sul-oriental do Planalto Brasileiro, e as zonas mais suaves e homogêneas de relevos e estruturas peculiares do Brasil Meridional.

Ab'Saber (2004) identifica cinco províncias fisiográficas essenciais da morfologia do território paulista, a saber: o Litoral, a Serra do Mar, o Planalto Atlântico, a Depressão Periférica e os planaltos ocidentais. O pesquisador caracteriza o relevo do litoral de São Paulo, como áreas de maciços antigos fortemente acidentados – constituídos por gnaisses, xistos e granitos. Estes maciços se comportam como planaltos acidentados e incluem escarpas marginais, denominado de Planalto Atlântico. Para o interior se sucedem planaltos típicos, depressões periféricas, escarpas estruturais cuestiformes e grandes áreas de chapadões tabulares suavizados, são as áreas denominadas como Depressão Periférica e Planalto Ocidental.

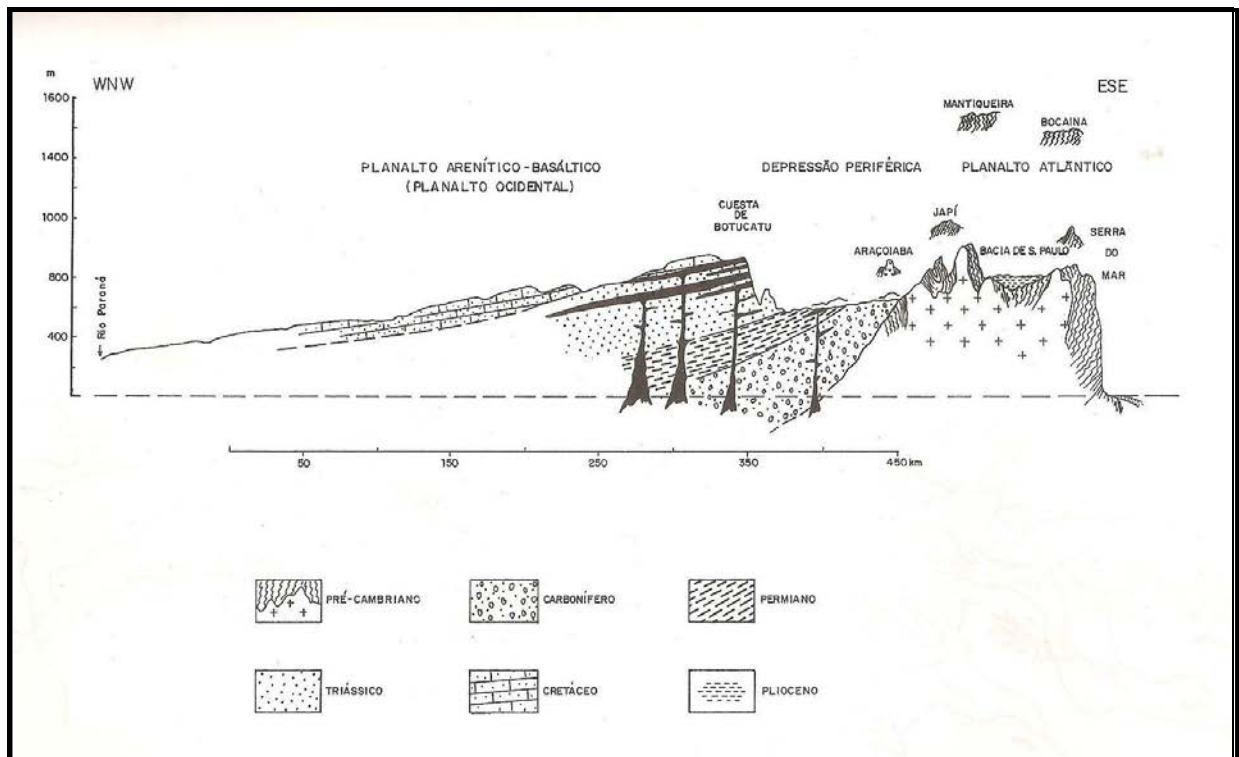


Figura 6: Seção Geológica Esquemática do Estado de São Paulo (Ab'Saber, 1956)

Fonte: IPT, 1981.

Para Ab'Saber (2004, p. 76), o Estado de São Paulo está quase que completamente inteiro no domínio denominado como “~~M~~ares de morro”.

Julgamos, portanto, que as grandes extensões de morros mamelonizados das regiões serranas de São Paulo, assim como os extensos chapadões sedimentares e basálticos dos altiplanos interiores, nada mais são do que “~~m~~eras” subprovíncias de relevo de um mesmo e único domínio morfoclimático.

Os “~~m~~ares de morros” são áreas onde o relevo é condicionado pelos processos tropicais úmidos de planalto, particularmente, ao longo da fachada atlântica do país. E é no

Estado de São Paulo que este domínio mais se interioriza, alcançando distâncias superiores a 600 km do litoral. Ultrapassado os limites íngremes da Serra do Mar, já se alcança o Planalto Atlântico, no qual ~~desdobram-se os mares de morros~~”, com suas vertentes mamelonizadas e pequenos maciços-gnáissicos salientes completamente despojados de sua vegetação florestal primária” (AB’SABER, 2004, p. 78).

O município de São Paulo encontra-se exatamente no domínio Tropical Atlântico, a uma distância média de 45 km do Oceano Atlântico, abrangendo os 10 compartimentos geomorfológicos da Serra da Cantareira, Bacia Sedimentar de São Paulo e Reverso do Planalto Atlântico (Mares de Morros) (SVMA/SEMPA, 2002).

Em uma análise mais particular sobre a geomorfologia do município de São Paulo⁶⁵, Ab’Saber (2004, p.94) reconhece nas colinas, as quais movimentam o relevo dos últimos quilômetros precedendo a confluência do Tietê com o Pinheiros, o domínio geográfico que sustenta o corpo principal da capital.

Trata-se de uma área de cerca de 2400 km², onde exatamente se encontram representadas as mais diversas formas de relevo da bacia sedimentar de São Paulo, ali se escalonam níveis topográficos e formas de relevo dotadas de feições muito próprias e de uma diversificação bastante grande para uma bacia relativamente restrita, como é o caso da que veio conter a metrópole bandeirante.

O território paulista é composto fundamentalmente por terrenos gnáissicos, graníticos e xistosos, pertencentes a velhos escudos soerguidos e terrenos sedimentares e basálticos de bacias paleomesozóicas soerguidas. Em uma área mais restrita encontram-se, também, terrenos sedimentares modernos e recentes, pertencentes a bacias de compartimento de planalto, planícies costeiras e fluviais (AB’SABER, 2004). Esta diversidade levou a formação de um mosaico de solos no território paulista. De modo que encontramos desde solos ricos a áreas de solos pobres, no interior de São Paulo, como por exemplo; os trechos de terras roxas dispersas no meio de solos extremamente pobres, constituídos por arenitos, como ocorre no extremo Nordeste e Oeste-Sudoeste do Estado.

Os tipos de solos exibidos pelo território paulista são diretamente condicionados por área de exposição das diversas formações rochosas que compõem a geologia do Estado. De modo geral, predominam duas categorias de solos no território paulista: os Latossolos e os Argissolos (antigos Podzólicos). Entre os primeiros, estão as usualmente denominadas Terras Roxas do interior paulista, famosas por sua fertilidade.

⁶⁵ Em anexo, pode-se observar o mapa morfológico do Estado de São Paulo, organizado por Aziz Ab’Saber em 1956, sobre o qual o IPT (1981) baseou seus estudos.

Se atentarmos mais especificamente na área do Parque Estadual do Jaraguá, temos como unidades geológicas, e pertencentes a faixa pré-cambriana, que contém rochas metamórficas e ígneas⁶⁶. Destacando-se os quartzitos e rochas metamórficas de baixo grau, como mica-xistos, sericita-xistos e quartzo-sericita-xistos. Letta e Velázquez (2008) afirmam que a maioria destes afloramentos estão em estado de intemperismo avançado.

Carneiro (2002), por sua vez, identifica no parque a existência de rochas do domínio metapsamíticas impuras. Dentre estas se apresentam: arenitos, arcósios, grauvacas, quartzo filitos e, subordinadamente, conglomerados polimíticos e quartzitos brancos puros de aspecto sacaróide, como os do Pico do Jaraguá.

Segundo Nogueira e Raimundo (2009, p. 04) apud Ross (1991), o maciço rochoso do Jaraguá é um bloco estrutural metamórfico de quartzito, ou seja, é rígido e de difícil desgaste erosivo. –A maior fragilidade desta rocha é atribuída à presença desse mineral neo-formado em condições de metamorfismo, e a menor porcentagem de quartzo, em relação aos quartzitos”.



Foto 08: Afloramento rochoso na Estrada Turística do Jaraguá

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010

Outro problema diagnosticado é instabilidade de blocos e matacões com potencial médio para deslizamentos, devido aos solos do parque originados da alteração dos quartzitos. Nogueira e Raimundo (2009, p. 08) concluem que:

⁶⁶ De acordo com o estudo de Letta e Velazquez (2008).

A abrangência de rochas migmatíticas heterogêneas em relevos bastante variados de morrotes, morros altos e médios com moderados a intensos processos de dissecação, média a alta declividade, argissolos, cambissolos e alguns setores de latossolo, alta densidade de drenagem, determinaram um conjunto suscetível, de alta fragilidade ambiental no Parque Estadual do Jaraguá.

Segundo o IPT (1981), o Pico do Jaraguá se enquadra, especificamente, no tipo SERRAS LONGADAS - topos angulosos, vertentes ravinadas com perfis retilíneos, por vezes abruptas. Drenagem de alta densidade, padrão paralelo pinulado, vales fechados. Neste tipo de serra predomina declividades médias a altas - acima de 15% - e amplitudes locais acima de 300 metros. Posteriormente, será possível observar como esta geologia e declividade contribuíram para determinar a vegetação do Parque Estadual do Jaraguá.

3.1.2. Clima

O Centro de Pesquisa Meteorológica e climática da Unicamp apresenta uma classificação climática de Koppen para o Estado de São Paulo. A elaboração dos tipos climáticos foi baseada em dados mensais pluviométricos e termométricos, resultando em sete tipos climáticos distintos. O tipo dominante é o Cwa, que abrange toda a parte central do Estado e é caracterizado pelo clima tropical de altitude, com chuva no verão e seca no inverno, com a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C. Ab'Saber (2004, p.49) também destaca algumas características do clima paulista de acordo com a classificação climática de Koppen (**Figura 07**):

Os climas quentes de inverno relativamente seco e temperaturas elevadas, até mesmo para os meses quentes (superior a 22°), correspondentes ao tipo Cwa de Koppen, recobrem uma área superior a 100 000 km² do território paulista. Trata-se de modalidade paulista dos climas tropicais úmidos moderados, de planalto, os quais dificilmente encontram tipos análogos em outras terras.

Nesta classificação, o município de São Paulo se encaixa neste tipo, possuindo uma média climática entre 17° e 24°.

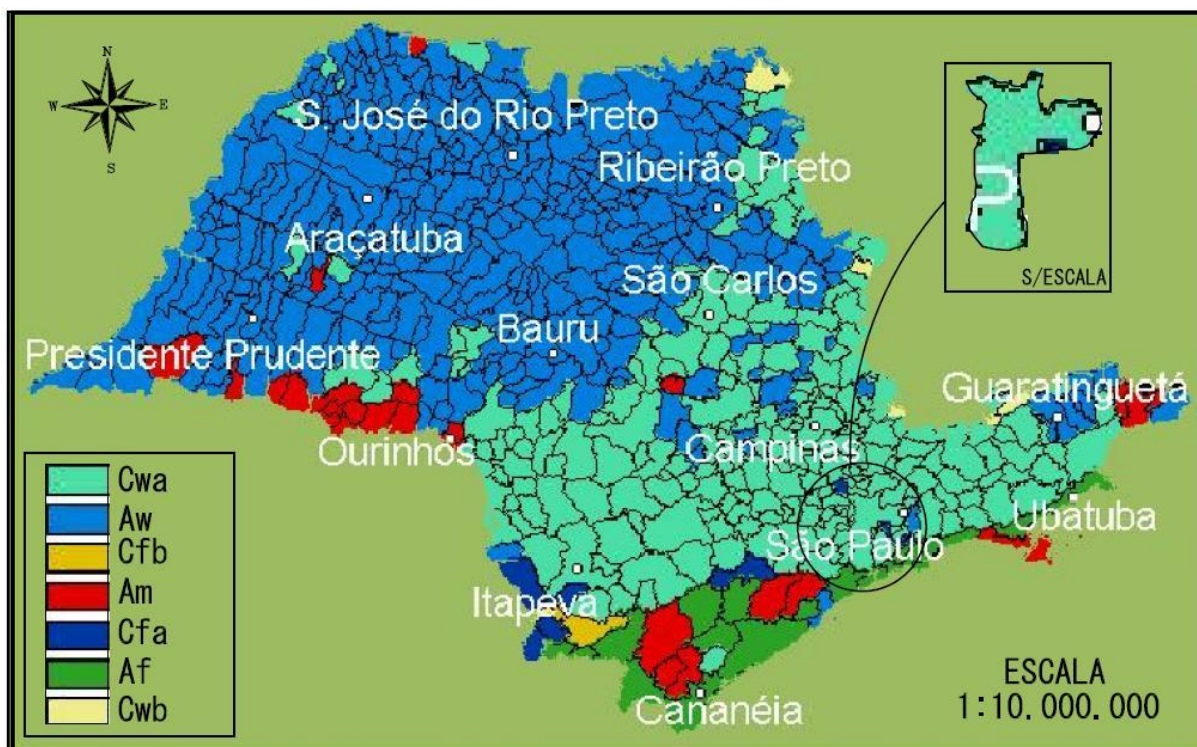


Figura 07: Classificação Climática de Koppen do Estado de São Paulo.

Fonte: <http://www.cpa.unicamp.br>

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

A Metrópole Paulistana está localizada a uma latitude aproximada de $23^{\circ}21'$ e longitude de $46^{\circ}44'$, junto ao trópico de Capricórnio, e implica em uma realidade climática de transição, de modo que encontramos diferentes denominações para o clima.

O IBGE (1978) apresenta outra classificação no mapa de clima do Brasil. Neste, o município de São Paulo aparece como Tropical Subquente com média entre 15 e 18 graus pelo menos um mês no ano, e Tropical Mesotérmico Brando com temperatura média entre 10° e 15° .

A SVMA/SEMPA. (2002), após um estudo que conjuga alguns controles climáticos (Oceano Atlântico, a altitude e o relevo, com suas diferentes formas e orientações) definiu cinco climas locais naturais para o município, os quais foram posteriormente subdivididos em meso ou topoclimas, em função das diferentes características topográficas de cada clima local, conforme demonstra a figura em anexo.

Na primeira classificação, o Parque Estadual do Jaraguá se localiza dentro do clima local denominado de Tropical Úmido Serrano da Cantareira – Jaraguá. Esta região se constitui climatologicamente em uma extensa faixa urbana com orientação Leste-Oeste. Alinhada pelo vale do Tietê, recebe permanentemente influências dos maciços serranos da Cantareira e do Jaraguá. Este clima foi subdividido em dois mesoclimas: os maciços e serras da face

meridional da Cantareira e Jaraguá, onde está inserido o Parque da Cantareira, e os maciços e serras da face setentrional da Cantareira e Jaraguá, ocupando os topos voltados para a Bacia do Juquerí.

Estas duas unidades possuem uma altitude média de 800 a 1200 metros, indicando temperaturas médias anuais entre 19,3° e 17,7°. A altitude também influencia para aumento nos totais pluviométricos. Os valores de pluviosidade da média anual oscilam entre 1.400 a 1.590 mm, e os máximos em 24 horas de 150 a 220 mm. Ao mesmo tempo, o Atlas Ambiental (2000) destaca que devido a altitude, as cristas e os topos elevados da Serra da Cantareira e Jaraguá também são, geralmente, bem ventilados. Eles aumentam a instabilidade atmosférica e provocam a elevação da camada de mistura, criando boas condições para a dispersão de poluentes.

O SVMA/SEMPA (2002, p.60) ainda realiza uma segunda classificação baseada nos controles climáticos urbanos (uso do solo, fluxo de veículos, densidade populacional, densidade das edificações, orientação e altura das edificações, etc) relacionados aos atributos do clima. Dentro desta classificação, o Parque Estadual do Jaraguá é abarcado na Unidade Climática Urbana Periférica da Zona Norte que envolve diretamente o contato com a área ocupada pelos Parques da Cantareira, Jaraguá e Anhanguera (IIB6).

O Parque do Jaraguá alcança uma altitude máxima de 1.160 metros no sentido Noroeste da cidade, entre as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Dentro deste parque existe também uma grande variedade de micro e topoclimas, e com um mirante cuja vista da metrópole é muito bonita. As altitudes elevadas e as fortes declividades das vertentes destas cristas quartzíticas devem lhe garantir uma ótima qualidade do ar. As temperaturas da superfície oscilam entre 23 a 30° (setembro) e entre 23 a 28°C (abril).

Assim, torna-se claro a influência da altitude na determinação da temperatura média do parque e, principalmente, na dispersão da poluição na região.

3.1.3. Vegetação

O Estado de São Paulo é constituído por diferentes formações florestais⁶⁷: Floresta Ombrófila Densa (conhecida como Mata Atlântica), Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária).

De acordo com Tripoli (1999), o estado possuía originalmente 81,8% de sua área coberta por floresta, mas em 1995 restava apenas 7,64% do território do Estado. A maior

⁶⁷ De acordo com a definição de Vegetação do IBGE, que pode ser encontrado no site http://www.ibge.com.br/mapas_ibge/tem_vegetacao.php.

parte em Unidades de Conservação e na escarpa Atlântica, região mais inatingível devido ao relevo acidentado, próximo da Capital, no Vale do Ribeira e no Pontal de Paranapanema.

Uma publicação do Ministério do Meio Ambiente, intitulada *Cem anos de devastação* (2005), considera o surto cafeeiro como responsável direto pelo processo em grande escala do desmatamento das florestas de São Paulo. Sendo o café uma cultura muito exigente quanto ao clima e ao solo, a expansão agrícola se volta primeiramente para as áreas de mata, em busca do solo fértil com ~~húmus~~ "húmus" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005).

A Mata Atlântica recobre o domínio da Serra do Mar e se estende para o Planalto Paulista:

No sentido amplo do termo, a Mata Atlântica engloba um diversificado mosaico de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando a diversidade de solos, relevos e características climáticas da vasta região onde ocorre, tendo como elemento comum a exposição aos ventos úmidos que sopram do oceano. No reverso das escarpas, com suas porções voltadas para o interior, caracteriza-se como uma mata de planalto, resultante da existência de um clima úmido com estacionalidade bem marcada. (CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA, 1992, p. 20)

Quanto a formação da Floresta Ombrófila Densa, ela é caracterizada por estar sempre verde, com altura média de 15 metros, árvores emergentes de até 40 metros e um rico sub bosque com grande diversidade entre samambaias, palmeiras e epífitas. O texto do *Consórcio Mata Atlântica* (1992) diferencia a Floresta Ombrófila Densa por sua fisionomia alta e densa, decorrência da variedade de espécies pertencentes a diferentes formas biológicas e estratos. A vegetação dos níveis inferiores se aproveita do ambiente sombrio e úmido, deixado pelo estrato superior. (...) a mata atlântica surpreende a todo o momento pelas belezas das bromélias, orquídeas, samambaias e belicônias que se perdem entre uma profusão de palmeiras e árvores de porte como o jequitibá, a figueira, o cedro" (TRIPOLI, 1999, p.29).

Os números da fauna também surpreendem, pois indicam 250 espécies de mamíferos (55 deles endêmicos, ou seja, que só ocorrem nessa região), 340 de anfíbios (90 endêmicos), 1.023 de aves (188 endêmicas), 350 de peixes (133 endêmicas) e 197 de répteis (60 endêmicos). Por outro lado, das 633 espécies de animais ameaçadas de extinção no Brasil, 383 ocorrem no bioma da Mata Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA/INPE, 2009).

Referente à Região Metropolitana de São Paulo, Raimundo (2006, p.21) reconhece a predominância da Floresta Ombrófila Densa apresentando fisionomias variadas de florestas mesófilas e semidecíduas. Associada a essa floresta, ele ainda identifica manchas de cerrado e de vegetação campestre. O autor apresenta características hídricas desta floresta.

A característica ombrotérmica desta floresta está ligada a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25°C) e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação praticamente sem período biologicamente seco. A precipitação hídrica é distribuída regularmente durante o ano, com elevadas temperaturas e ocorrência de geadas restritas a altitudes superiores a 500 metros

Como indicado anteriormente, a Floresta Ombrófila Densa possui uma flora variada, parte desta diversidade esta relacionada a topografia e a variedade de solos – ora ácidos, ora distróficos, profundidade e idades pedogenéticas, propiciam condições diferenciadas para o estabelecimento das espécies, contribuindo para a heterogeneidade ambiental, indicadora da grande diversidade de espécies de plantas (RAIMUNDO, 2006).

Dados do Atlas Ambiental do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2004), indicam que a cobertura vegetal, hoje existente e entremeada nas áreas urbanas da região metropolitana de São Paulo, é constituída basicamente por fragmentos secundários da vegetação natural (Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana e Campos Naturais), que ainda resistem ao processo de expansão urbana.

Na região metropolitana, Raimundo (2006) destaca algumas variações geológicas, como as áreas serranas ao norte, como Cantareira e Japi e o Pico do Jaraguá, com seus 1.135 metros de altitudes que são recobertas por uma floresta mais seca em relação as florestas do litoral. Essas florestas apresentam-se com menos epífitas e indicam o aparecimento de espécies decíduais.

Os campos “cerrados” que aparecem em algumas manchas no Planalto Ocidental, nas colinas pliocênicas do Médio Vale Superior do Paraíba (São José dos Campos) e nos pontos isolados da Região metropolitana, é interpretado por Ab’Saber (2004) como um dos mais antigos ecossistemas do estado, porém, estudos mais recentes comprovaram que matas e cerrados ocuparam no Holoceno: extensos espaços de ambientes secos do Pleitoceno superior.

No caso da área do Parque Estadual do Jaraguá, a vegetação dominante é secundária, remanescente da floresta ombrófila densa, com predomínio da formação montana. Raimundo (2006) destaca que no cume do Jaraguá encontra-se vegetação campestre condicionada por fatores limitantes do meio físico, cujo principal grupo de fatores prende-se à combinação solo, declividade e clima.

Ao mesmo tempo, Ab’Saber (2003) reconhece que o relevo e a matriz geológica infligem forte influência sobre a cobertura vegetal do parque, marcada por uma formação rochosa pouco decomposta, como no caso do “espinhaço quartizítico”, que forma o Parque Estadual do Jaraguá. Raimundo (2006) apud Hueck (1972), analisando os “fatores limitantes”

que levam à formação de campos herbáceos no Jaraguá, indica que essa vegetação campestre que recobre neossolos e solos rasos subordina-se aos fatores ambientais que influem na ecologia vegetal, principalmente aqueles ligados ao clima e a geomorfologia. Segundo os autores, são estes fatores que justificam a formação dos encraves de vegetação campestre e de cerrado em áreas de floresta.

Para a SVMA/SEMPLA (2002), as regiões dos Parques Estaduais do Jaraguá e da Cantareira abrangem os remanescentes de Floresta Ombrófila Montana com a presença de campos de altitude no topo dos morros.



Foto 09: Vegetação no Pico do Jaraguá: Campo de altitude ou cerrado?

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Como verificado, não existe um consenso sobre o tipo de vegetação nos topos⁶⁸. Algumas publicações como a SVMA/SEMPLA reconhecem ser campos de altitude ao passo que Souza, et al. (2009) apesar de reconhecer que fisionomicamente esta área poderia ser

⁶⁸ Em oficina do Plano de Manejo, ocorrida no dia 20 de maio de 2010, ficou explícito a consideração da Fundação Florestal como a vegetação do Pico do Jaraguá como cerrado. No entanto, o Plano ainda encontra-se em processo de elaboração.

caracterizada como campos de altitude, a coloca mais próxima da formação de cerrado. A presença de tal vegetação poderia ser justificada pela expansão dos cerrados para o leste em direção ao oceano Atlântico no Holoceno. As áreas remanescentes de cerrado no estado de São Paulo seriam, portanto, relictos de uma era de clima mais seco nessa região, como apresentou Ab'Saber (2003). Todavia, Souza, et al. (2009) não descarta a possibilidade desta pequena porção de vegetação de cerrado ser resultado de ações antrópicas, associadas a uma melhor adaptação local, devido ao solo de algumas espécies.

De modo geral, resta muito pouco da vegetação natural no município de São Paulo, são alguns fragmentos que resistem ao processo de expansão urbana. Segundo a Secretária do Meio Ambiente, as áreas mais preservadas estão no extremo sul, na Serra da Cantareira ao Norte e em manchas isoladas, como as APAs do Carmo e Iguatemi, na zona leste; por ambientes implantados em áreas urbanizadas, restringindo-se aos parques e praças municipais e a escassa arborização viária; e por conjuntos ou espécimes isolados em terrenos particulares.

3.1.3.1. Flora

Em um estudo detalhado da composição florística, Souza, et al. (2009) confirma com bases empíricas sólidas que a vegetação do parque caracteriza-se, predominantemente, por floresta ombrófila densa, com a presença de algumas espécies típicas de floresta estacional semidecidual, como *Albizia polycephala* (Benth.) Killip, *Centrolobium tomentosum* Guillemain ex Benth., *Eugenia uniflora* L. e *Syagrus oleracea* (Mart.) Becc.

Para Nogueira et al. (2008), há uma grande diversidade biológica em todos os níveis topográficos, contudo, conforme diminui a altitude, aumenta o número de espécies. Nos topos e em algumas regiões, é possível encontrar plantas herbáceas ligadas a afloramentos de rocha e solo raso, e também ocorrem arbustos e árvores esparsos, dos quais muitos de pequenos porte.

Especificamente na área apontada como campo ou cerrado, Souza et al. (2009, p. 197) identificou:

55 espécies arbustivas e arbóreas pertencentes a 41 gêneros e 18 famílias, das quais 22 ocorreram exclusivamente nessa área. A família com maior riqueza foi Asteraceae (15 espécies), seguida por Myrtaceae (7), Fabaceae (5) e Melastomataceae (4). Além das espécies de floresta ombrófila densa e de floresta estacional semidecidual, ocorreram também espécies típicas de cerrado, como *Byrsonima intermedia* A. Juss., *Gochnatia polymorpha* (Less.) Cabrera, *Psidium guineense* Sw., *Tabebuia ochracea* (Cham.) Standl., entre outras.

Ambos autores (SOUZA et al., 2009; NOGUEIRA et al., 2008) evidenciam a presença de espécies exóticas até mesmo entre as espécies herbáceas, sendo encontradas, por exemplo, espécies como *Urochloa decumbens* (Stapf) R.D. Webster (braquiária) e *Melinis minutiflora* P. Beauv. (capim-gordura). Segundo Souza et al. (2009), estas são comuns em áreas antropizadas de cerrado, pois provavelmente, se estabeleceram mais rápido que as espécies nativas após alguma devastação antrópica ou não, como no caso de incêndios.

De todo modo, a vegetação do parque é bastante alterada. Isso fica evidente no zoneamento realizado por Nogueira et al. (2008), o qual diferencia cinco zonas fisionômicas no parque: I. Áreas com predomínio de estágio avançado de regeneração florestal; II. Áreas com predomínio de estágio médio de regeneração florestal; III. Áreas com predomínio de estágio inicial de regeneração florestal; IV. Áreas com predomínio de estágios pioneiros de regeneração florestal; e V. Áreas com predomínio de campos herbáceos permanentes (nas cumeeiras dos picos e em áreas contíguas a estes).

Souza et al. (2009) divulga cada uma das espécies encontradas nas áreas delimitadas no parque para estudo. Em campo eles registraram 262 espécies arbustivas e arbóreas nativas, pertencentes a 153 gêneros de 55 famílias.

A região limítrofe do Parque é sistematicamente ameaçada pela crescente urbanização, e assim possui uma composição menos estruturada da cobertura vegetal, imprimindo uma maior necessidade de conhecer a relação entre as comunidades e os processos ao redor e na unidade para assim auxiliar numa maior preservação ambiental.

3.2. Gestão do Parque Estadual do Jaraguá

O Ministério da Agricultura, desde o início, foi o órgão responsável pela administração, criação e monitoramento das unidades de conservação no Brasil. O que designou, a nível estadual, o gerenciamento das áreas protegidas ao Serviço Florestal⁶⁹ da Secretaria da Agricultura. Foi sobre seus comandos, que o Parque Estadual do Jaraguá foi criado. Em 1970, o Decreto nº 52.370 transforma o Serviço Florestal em Instituto Florestal, o qual é transferido para a Secretaria do Meio Ambiente apenas em 1986. Neste mesmo ano é criada a Fundação para a Conservação e a Proteção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal)⁷⁰, responsabilizada pela administração das unidades de conservação pertencentes ao Instituto Florestal.

⁶⁹ Criado em 1921.

⁷⁰ Criado pela lei nº 5.208, dia 1 de julho de 1986, e seu estatuto foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29 de setembro de 1986

Com o propósito de desenvolvimento turístico da região do Jaraguá, em 1972, cerca de 30 hectares da estrutura do Parque do Jaraguá, delimitado no Decreto Estadual de nº 07, foram transferidos à administração da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, tendo como principal objetivo a implantação de um complexo turístico na área do Parque.

Mesmo com o Decreto Estadual nº 25.341⁷¹ de 1986, que regulamenta os Parques Estaduais de São Paulo, e que define no artigo 4º que “Os Parques Estaduais, compreendendo terras, valores e benfeitorias, serão administrados pelo Instituto Florestal”, a divisão administrativa do Parque Estadual do Jaraguá se prolongou até o ano de 2004, quando então o Governador Geraldo Alckmin, promulga o Decreto nº 48.442, no dia 09 de janeiro, onde se estabeleceu a “transferência da Administração da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo para a Secretaria do Meio Ambiente”⁷².

O Parque Estadual do Jaraguá se caracteriza como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, e se enquadra na categoria de Reserva da Biosfera, sendo integrante do Cinturão Verde de São Paulo⁷³ (**Anexo 08**). Essa categoria recebe sua definição no capítulo VI, artigo 41 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação nº 9.985, sendo regulamentado pelo decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002:

A Reserva da Biosfera é um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Sendo assim, a atuação da Secretaria do Turismo no Parque do Jaraguá o descaracterizou quanto ao objetivo fundamental de uma unidade de conservação de proteção integral e da Reserva da Biosfera, a conservação da biodiversidade (BRASIL, 2002). Muitos

⁷¹ Assinado no dia 04 de junho de 1986, pelo então Governador do Estado de São Paulo Franco Montoro.

⁷² Segundo a atual diretora do Parque Estadual do Jaraguá, a transferência entre as Secretarias só aconteceu após muitas reivindicações feitas pelo próprio Instituto Florestal.

⁷³ O decreto nº 47.095, de 18 de setembro de 2002, cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, incluindo o Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Segundo o Instituto florestal, o cinturão verde oferece 10 benefícios: abriga os mananciais que abastecem a cidade e as cabeceiras e afluentes dos rios que cortam a área urbana; estabiliza o clima, impedindo o avanço das ilhas de calor em direção à periferia; auxilia na recuperação atmosférica filtrando o ar poluído, principalmente de substâncias particuladas; abriga grande biodiversidade de espécies; protege os solos de áreas vulneráveis, onde se produzem chuvas torrenciais, amenizando as enchentes na malha urbana; uso social; garante parte da segurança alimentar das cidades; constitui reserva do patrimônio cultural; apresenta forte potencial para novas descobertas científicas; estimula as atividades auto sustentáveis. (Disponível em: < <http://www.iflorestsp.br/rbcv/ocintverd.htm>>).

visitantes, por exemplo, não conhecem a área do parque no sopé do Pico, só conhecem a vista panorâmica da cidade de São Paulo proporcionada pelo ponto turístico da região noroeste⁷⁴.

A divisão administrativa trouxe muitos conflitos para o Parque, uma vez que as Secretarias desempenhavam atividades antagônicas. Segundo a Fundação Florestal⁷⁵, demorou cerca de três anos, após a Secretaria do Meio Ambiente assumir totalmente a gestão do Parque, para sua normatização de acordo com os preceitos da unidade de proteção integral.

A atual diretora do parque, ao ser indagada⁷⁶ sobre as mudanças ocorridas após a transferência de Secretarias, afirma que a unidade ficou mais voltada a preservação dos recursos naturais, pois houve um aumento efetivo de fiscalização e educação ambiental, ordenamento da visitação pública, recuperação e otimização das estruturas existentes, (...) e recuperação das áreas degradadas”.

3.2.1 Estrutura física e uso público

Pelo Decreto nº 20.100, de 07 de dezembro de 1982, cria-se o Centro de Turismo e recreação⁷⁷ do Parque Estadual do Jaraguá, na área da Secretaria de Esportes e Turismo. Este foi criado com objetivo de “oferecer à população oportunidade de desenvolver atividades de lazer comunitário de natureza social, cultural e esportiva”. A partir deste Centro, foi instalado um complexo de visitantes no Parque, com a compensação ambiental, relativa a implantação do Rodoanel trecho oeste, da ordem de R\$ 1.500.000,00, proveniente do DERSA. As estruturas existente foram recuperadas e adequadas para a visitação pública.

O parque possui três áreas estruturadas para a instalação de lanchonetes (**Foto 10**), todas com o mesmo padrão arquitetônico, no entanto, a que se localiza próxima ao casarão Afonso Sardinha encontra-se desativada. As demais se encontram localizadas na área de uso intensivo no Pico do Jaraguá e na área de recreação no sopé do Pico, próxima a concha acústica. Esta última funciona apenas aos finais de semana, devido ao expressivo número de visitantes.

Ambas as estruturas estão sob responsabilidade, há 20 anos, de uma única pessoa. Não há uma concessão legal para exercerem o trabalho nas lanchonetes, desta forma não existe um

⁷⁴ Na primeira reunião do Conselho Consultivo, realizada no dia 27 de novembro de 2009, Patrícia coloca a necessidade de conscientizar os visitantes que a área que estão visitando é, na verdade, o Parque Estadual do Jaraguá e não o Pico do Jaraguá.

⁷⁵ Algumas especificações foram dadas pela Fundação Florestal em um material de apoio fornecido para os participantes do Conselho Consultivo, para a realização da oficina participativa sobre Uso Público, Gestão Organizacional e Pesquisa, Janeiro de 2010.

⁷⁶ Em entrevista livre realizada no dia 12 de maio de 2010.

⁷⁷ O centro do Turismo do Parque Estadual do Jaraguá passa a integrar a estrutura da Divisão de Operações e Atividades, da Coordenadoria de Turismo, da Secretaria de Esportes e Turismo pelo Decreto nº 25.520, de 17 de junho de 1986.

instrumento que permita à instituição gestora de receber pela área cedida, e nem de zelar pela qualidade dos serviços prestados⁷⁸.



Foto 10: Lanchonete localizada no Pico do Jaraguá.

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Uma concha acústica foi construída para a realização de apresentações artísticas e culturais, como parte integrante do complexo turístico do Parque. Localiza-se próximo a entrada da unidade e tem capacidade para 2.000 pessoas assistirem às apresentações sentadas.

A concha acústica foi construída pela Secretaria do Turismo para a atração de visitantes, com apresentações de peças teatrais, danças e música em datas comemorativas (**Foto 11**) Tornou-se uma característica da administração do Parque, a comemoração do dia das crianças, por exemplo, onde durante o evento era comum a distribuição de brinquedos para as crianças presentes. Segundo a atual gestora da Unidade, Patrícia Felipe, nos dois últimos anos não foi possível arrecadar brinquedos suficientes para distribuição, este fato causou um certo desconforto entre as crianças e a administração no dia da festa.

Este é um dos fatos que descaracterizam a função do Parque Estadual do Jaraguá, uma vez que os visitantes são atraídos não pelos recursos naturais, mas pelas atrações oferecidas pela unidade. Como acredita a própria diretora ao dizer que: ~~Pode-se~~ pode-se dizer que a grande maioria do público deste parque vem para o lazer, e não para conhecer a mata atlântica e a diversidade da fauna e flora da UC. Muitos nem sabem que aqui é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral”.

⁷⁸ Segundo Faria (2003), a venda de bebida alcoólica no Parque Estadual do Jaraguá é um fato, não respeitando a legislação de venda para menores de 18 anos, e este fato já causou acidente fatal dentro da unidade.



Foto 11: Concha acústica localizada na parte baixa do Parque Estadual do Jaraguá
Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009.

As churrasqueiras existentes no parque confirmam a estrutura administrativa que a Secretaria do Turismo proporcionou. São formadas por três quiosques de alvenaria disponibilizando quatro churrasqueiras e dois quiosques, também de alvenaria, com duas churrasqueiras cada. Estão localizadas na parte baixa do Parque, na área de uso intensivo, e ao seu redor há a presença de alguns eucaliptos⁷⁹ e árvores isoladas. A procura pelo uso da churrasqueira é tanta, que as estruturas existentes não atendem o excesso da demanda, sendo assim, muitos visitantes acabam trazendo para dentro do Parque suas churrasqueiras portáteis para usufruírem. Isso acontece, na maioria das vezes, aos domingos (**Foto 12**).

Patrícia Felipe, diretora do parque, não acredita na possibilidade de se retirar as churrasqueiras do local, pois há um compromisso da unidade com os interesses dos visitantes. Segundo a mesma, durante muitos anos esta estrutura foi a atração de uma boa parte dos visitantes. Neste contexto, a diretora afirmou a necessidade de um plano de manejo para conseguir impor limites aos visitantes, como, por exemplo, a proibição de som alto. Sendo este um dos problemas corriqueiros no parque, principalmente com aqueles que vão confraternizar na área das churrasqueiras.

⁷⁹ A existência de eucaliptos na área de convivência do Parque Estadual do Jaraguá também não é uma característica comum das unidades de proteção integral, pois como já foi dito anteriormente, a existência de espécies exóticas acabam prejudicando a conservação da biodiversidade. Os eucaliptos na área de uso intensivo só demonstram o descaso que a administração do Parque por muitos anos ofereceu para com a biodiversidade.



Foto 12: Área bosqueada destinada para piquenique, ao fundo quiosque com churrasqueira

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009.

O Parque Estadual do Jaraguá ainda apresenta um espaço para esporte e lazer, local denominado como Espaço Recreativo. É uma área de 760 metros quadrados, composta por uma quadra poliesportiva, uma pista de skate e uma área com brinquedos de madeira, como balanço, gangorra, gira-gira, etc. Este espaço é concorrido tanto aos finais de semana quanto nos dias úteis; sempre há crianças e adolescentes aproveitando esta estrutura.

A área administrativa do Parque (**Foto 14**) localiza-se próximo ao auditório, a construção de ambos iniciou-se em 2001, devido a inexistência de uma sede estruturada para acolher os visitantes. O local consegue atender cerca de 100 pessoas simultaneamente e é utilizado, principalmente, pelo Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jaraguá (NEAPEJ), o qual utilizava a área da cantina desativada para receber as escolas agendadas.

Sendo um Centro de Visitantes caracterizado como uma área delimitada no parque, destinada para a recepção e orientação da relação homem-natureza e a importância da conservação da biodiversidade. E que disponha ~~de~~ museus, de salas de exposição e de exposições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com a utilização de meios audiovisuais, objetivando à correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Estaduais” (SÃO PAULO, 1986, art. 32) podemos considerar o auditório como o Centro de Visitantes⁸⁰ do Parque Estadual do Jaraguá.

O auditório (**Foto 13**) é equipado com multimídia, e possui um pequeno acervo de livros para consulta pelos visitantes, no entanto, aos finais de semana e feriados o local

⁸⁰ Todavia, em reuniões de estruturação do Plano de Manejo, foi abordada a idéia de se realizar um centro de visitantes no Casarão Afonso Sardinha.

permanece fechado por não possuir um quadro de monitores e funcionários suficiente para acompanhar os visitantes.

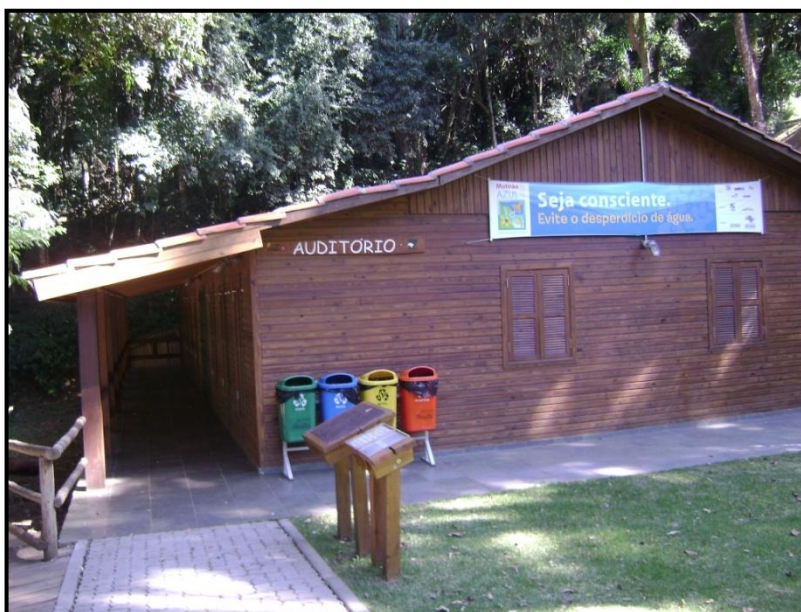


Foto 13: Auditório do Parque Estadual do Jaraguá
Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009.



Foto 14: Área Administrativa do Parque Estadual do Jaraguá
Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009

Com toda esta estrutura oferecida pelo Parque Estadual do Jaraguá, percebe-se que durante muitos anos a unidade desenvolveu uma administração voltada para o turismo, onde o visitante se desejasse pudesse, por exemplo, passar a noite no Albergue estabelecido no Casarão Afonso Sardinha⁸¹.

⁸¹ Maiores informações sobre o Casarão Afonso Sardinha ver capítulo 2.

Mesmo com todos os instrumentos instalados, a visitação intensa exerce uma demanda por instrumentos de lazer muito grande, principalmente aos finais de semana. Por isso, tornou-se uma alternativa da administração a permissão de serviços informais dentro do parque, onde não há um processo de licitação e o parque não possui meios de angariar fundos para a unidade. Brinquedos infantis e carrinhos de alimentação são os mais frequentes (**Foto 15**).



Foto 15: Brinquedos pertencentes a ambulantes
Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009.

Segundo a diretora do Parque do Jaraguá, durante a semana, a visitação do Parque é realizada por escolas da região que trazem os alunos para a monitoria de educação ambiental na unidade de conservação. Durante uma semana, são monitorados cerca de 500 alunos, as visitas devem ser programadas e pré-agendadas. Já durante um final de semana, estima-se cerca de 10 mil visitantes.

Não se sabe ao certo o número de visitantes durante os finais de semana, pois apesar de haver um livro de visitas na entrada da portaria, não há um controle quanto as assinaturas, além disso, a entrada no parque, devido seu acesso, é feita de carro, o que não ajuda no controle de número de visitantes. Para a elaboração do Plano de Manejo, foi feito um estudo durante um final de semana sobre quantas pessoas entravam no parque, vale salientar que este estudo não teve base científica, uma vez que foi realizado em apenas um final de semana e levou em consideração todas as pessoas que entraram na unidade, mesmo que tenham apenas subido a Estrada Turística do Jaraguá (**Foto 16**) de carro e retornado sem parar para apreciar a paisagem. Mesmo assim, neste levantamento o número de visitantes chegou à 200.000

pessoas, número assustador se levarmos em conta que o espaço é uma unidade de conservação de proteção integral.

Diante deste fator, a estrutura do parque não é suficiente para suportar o número de visitantes e conservar os recursos naturais. Não há possibilidade de um controle efetivo das atitudes dos visitantes. Mesmo com placas sinalizando a proibição de alimentar os animais, com monitores e guardas advertindo, é comum passear pela unidade, e se deparar com pessoas dando alimentos para sagüis.

Além disso, o estacionamento do Parque do Jaraguá é destinado para receber, aproximadamente, 25 veículos de passeio na parte inferior do parque e 20 veículos na parte superior, no Pico. Contudo, com o uso intensivo do parque aos finais de semana e feriados, as alamedas das áreas de recreação abrigam cerca de 500 veículos, trazendo como consequência engarrafamento e um ambiente ‘stressante’ para os visitantes. Não se tem um estudo quanto a poluição causado pelos transportes na unidade de conservação do Jaraguá, mas é um número fora do comum para suporte estrutural existente no Parque Estadual do Jaraguá, não apresentando aspectos positivos para a conservação da biodiversidade. Vale salientar que o Estacionamento do parque localiza-se no seu interior, pois não há disponibilidade locacional no lado externo da unidade⁸².

A Estrada Turística do Jaraguá é uma Estrada Estadual sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagens (DER). A Estrada inicia-se no km 18 da Rodovia Anhanguera e termina no Pico do Jaraguá⁸³. Da parte baixa do Parque Estadual do até o Pico, a estrada perfaz um trecho sinuoso com alta declividade de 05 km. Todo o seu percurso é margeado, em ambos os lados, pela vegetação do parque, apresentando em alguns trechos o ‘efeito de borda’⁸⁴.

Por não ser uma estrada-parque, a estrada deve seguir um padrão do DER, inclusive quanto a velocidade permitida, sendo esta de 30 km/h. No entanto, há certos empecilhos para a coordenação do parque, nas quais não se pode tomar nenhuma atitude, como por exemplo, o uso da estrada por auto-escolas em aulas de formação de condutores.

Alguns visitantes utilizam, imprudentemente, a via para andar de patins, skate ou bicicleta, além de servir também para caminhadas e corridas. Como a pista não possui acostamento, muitos acidentes acabam acontecendo na área. Nas atuais circunstâncias, os

⁸² Pelo regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, decreto nº 25.341, de 04 de junho de 1986, define no artigo 35 que “sempre que possível, os locais destinados a acampamentos, estacionamento, abrigo, restaurante e hotel localizar-se-ão fora do perímetro dos Parques Estaduais.”

⁸³ Para maiores informações sobre o Pico do Jaraguá, ver capítulo 2.1.

⁸⁴ Efeito de borda pode ser caracterizado como uma modificação na abundância relativa e na composição de espécies na parte marginal de um fragmento (Forman & Godron, 1986, apud QUEIROGA, 2008).

skates e os patins tornaram-se instrumentos proibidos para a subida ou descida da Estrada Turística do Jaraguá.

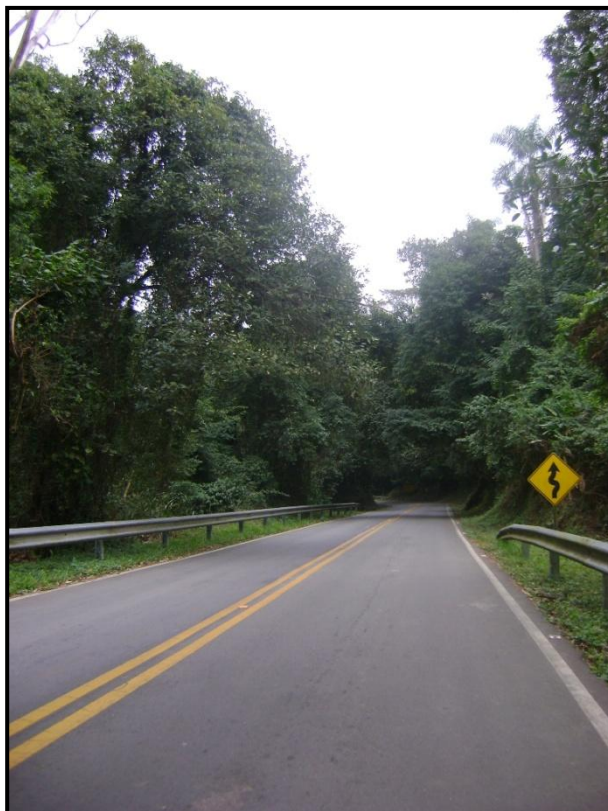


Foto 16: Estrada Turística do Jaraguá
Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

3.2.2 Trilhas e educação ambiental

O Parque Estadual do Jaraguá apresenta, atualmente, quatro trilhas abertas à visitação: A Trilha do Silêncio; Trilha da Bica; Trilha do Lago e Trilha do Pai Zé. As trilhas possuem características distintas quanto à vegetação e as condições de conservação, além de possuírem diferentes graus de dificuldade, como descreverei a seguir.

A trilha do silêncio localiza-se ao lado do auditório do Parque do Jaraguá. Com a compensação ambiental realizada pela DERSA, a administração do parque resolveu reformar a trilha do silêncio e optou pela inclusão das pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência⁸⁵. Sendo assim, a trilha do silêncio foi destinada aos portadores de deficiência (sua inauguração pode ser vista no exemplar do jornal Diário Oficial em anexo). É uma trilha de fácil acesso, e sua extensão é curta, com aproximadamente 400 metros, apresentando

⁸⁵ O auditório, por exemplo, possui exemplares de livros em Braille.

exemplares de floresta secundária em estágio inicial de regeneração⁸⁶, como pode ser observado na **Foto 17**.

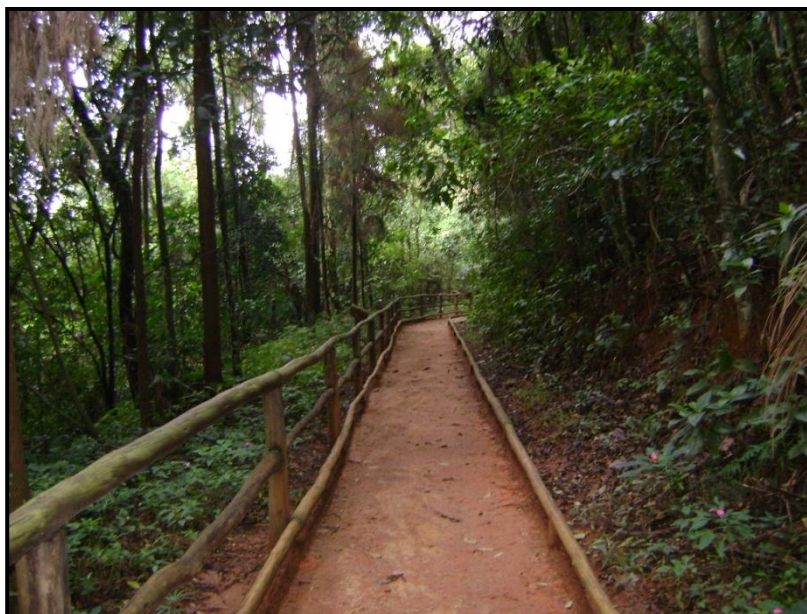


Foto 17: Trilha do Silêncio

Fonte: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2009.

A trilha da Bica tem 500 metros de extensão e seu grau de dificuldade é considerado fácil. Apresenta um formato circular, podendo ser percorrida num único sentido. É caracterizada pelas bicas em sua extensão. A trilha da bica faz parte do trabalho de educação ambiental oferecido pelo NEAPEJ.

A trilha do Lago abrange a área de ginástica e o parque infantil. É uma trilha para todos os públicos, sendo de fácil percurso. É caracterizada pelo contorno no lago do parque. Tem, aproximadamente, 500 metros de extensão.

A trilha do Pai Zé é a trilha com maior grau de dificuldade. Sua extensão é de 1,8 km chegando ao Pico do Jaraguá. Durante o seu percurso, acontece a transição da Mata Atlântica para a vegetação de campo existente no parque. Por ter uma inclinação elevada, é destinada

⁸⁶ Vegetação Secundária em Estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica apresenta as seguintes características: a) fisionomia herbácea/arbustiva de porte baixo, com altura média variando até 7 m e cobertura vegetal variando de fechada a aberta; b) espécies lenhosas com distribuição diamétrica de pequena amplitude, com DAP médio variando de até 13 cm e área basal variando entre 2 até 10 m²/ha; c) epífitas, se existentes, são representadas principalmente por líquens, briófitas e pteridófitas com baixa diversidade; d) trepadeiras, se presentes, são geralmente herbáceas; e) serrapilheira, quando existente, forma uma camada fina pouco decomposta, continua ou não; f) diversidade biológica variável com poucas espécies arbóreas ou arborescentes, podendo apresentar plântulas de espécies características de outros estágios; g) ausência de subboscagem; h) espécies pioneiras abundantes; i) as espécies vegetais que caracterizam esse estágio sucessional são, principalmente: embaúba (*Cecropia* sp.), jacaré (*Piptadenia communis*), goiabeira (*Psidium guajava*), assapeixa (*Vernonia polyanthes*), pindaíba-vermelha (*Xylopia sericea*), camara (*Moquina polymorpha*), ipe-felpudo (*Zeyhera tuberculosa*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), fedegoso (*Cassia* spp.), araca (*Psidium cattleianum*), oitizeiro (*Licania tomentosa*), corindiba (*Trema micrantha*), pindaíba (*Xylopia emarginata*), caviuns (*Dalbergia villosa*)” (CONAMA, nº29 de 1994).

para jovens e adultos. Em alguns trechos nos deparamos com algumas nascentes. Esta trilha é que apresenta uma maior fragilidade em suas condições.

Monitores só acompanham os grupos escolares pré-agendados. Segundo a diretora do parque, a fiscalização das trilhas é feita pelos seguranças que se revezam em horários de circulação.

Em um levantamento do Instituto Florestal dos impactos causados nas trilhas, o lixo abandonado pelos visitantes e a degradação causada por eles, como as inscrições em árvores (são as mais visíveis), a degradação causada pelo intenso uso do local, como a compactação do solo no leito das trilhas, principalmente na trilha do Pai Zé. Nesta, pode ser encontrados alguns caminhos que os visitantes acabam abrindo por curiosidade ou por irresponsabilidade, o que acaba causando um alto impacto na vegetação da área. Além disso, essa trilha está com trechos erodidos. Atualmente a trilha está passando por uma reestruturação, onde trechos da trilha terão passagem por outro caminho, para que haja a recuperação do caminho anterior.

Segundo o Instituto Florestal, a trilha da Bica e a trilha do Pai Zé apresentam trechos com largura excessiva em sua extensão. E caracterizou os impactos como leve, moderado e excessivo. As trilhas do Silêncio e do Lago apresentam impactos leves em toda sua extensão, a Trilha da Bica Moderado e a Trilha do Pai Zé com excessivos impactos.

Após a transferência de Secretarias, algumas trilhas foram fechadas para recuperação, pois se encontravam muito degradadas e já não poderiam receber mais visitantes para não prejudicar ainda mais os recursos naturais. Além disso, as trilhas de fácil percurso foram reformadas e restauradas, de acordo com as possibilidades. Segundo a diretora, a trilha da bica, por exemplo, recebeu melhorias após um estudo de impacto e foi reaberta há alguns meses.

Há também as Trilhas de Escalada em Rocha do Campo 01 e do Campo 02, no entanto, estas trilhas são abertas unicamente para os praticantes deste esporte.

Segundo a Fundação Florestal, a escalada em rocha no Parque Estadual do Jaraguá foi tradicionalmente praticada desde os anos 1950, configurando como um símbolo histórico do montanhismo paulista”. Mas, devido a ocorrência de um acidente na área e a periculosidade do esporte, entre 2005 até março de 2009 a atividade ficou proibida, sendo liberada no campo 01 pela portaria normativa da Fundação Florestal nº 075/2009, onde os praticantes devem realizar um cadastro na administração do parque e garantir os requisitos instituídos pela portaria.

As trilhas caracterizam-se como um instrumento para educação ambiental do Parque Estadual do Jaraguá, a fim de que os interessados tenham contato com a natureza e compreendam a importância dos recursos naturais para a vida.

O NEAPEJ existe desde 2008, e como já foi dito anteriormente, utilizam o auditório para receber os grupos agendados. Porém, o Núcleo possui uma sala na entrada principal do Parque, a sala é pequena e não há possibilidades de nenhuma atividade relativa ao núcleo nesse local. Sendo assim, atualmente, funciona como um centro de informações para os visitantes.

O parque oferece monitoria gratuita para grupos pré-agendados, como escolas públicas ou privadas de ensino fundamental, médio e superior, além de grupos da terceira idade e portadores de necessidades especiais.

Segundo a diretora do parque, Patrícia Felipe, são necessárias no mínimo 15 pessoas para a formação do grupo para monitoria e um número máximo de 45 pessoas, sendo este um número suficiente para a atuação do monitor. Patrícia ainda fala da importância de mostrar ao grupo a existência das demais trilhas além do Pai Zé, pois segundo ela, devido ao fato desta trilha levar os visitantes até o Pico do Jaraguá, tornou-se a mais visitada e a mais conhecida, por isso, há uma intensificação da degradação ambiental em seu percurso.

Recentemente, o parque implantou o Programa Criança Ecológica⁸⁷, direcionado para crianças de 08 a 10 anos de idade. É um programa vinculado a Secretaria do Meio Ambiente e que tem como objetivo o desenvolvimento crítico das crianças em relação a atividade humana com a natureza. Esse programa foi desenvolvido com atividades lúdicas para facilitar a compreensão das crianças com o assunto.

O Parque Estadual do Jaraguá disponibilizou uma sala e contratou dois monitores para tomar conta deste núcleo de Educação Ambiental da unidade, o qual funcionará como um complemento da atividade já desenvolvida pelo parque.

Segundo o Instituto Florestal, os grupos atendidos em porcentagem pelo Parque Estadual do Jaraguá correspondem a 83% Escolas Públicas; 3% Escolas privadas; 13% outras instituições e 1% corresponde a terceira idade.

O quadro de funcionários, que trabalham no Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jaraguá, é composto por uma coordenadora e cinco monitores contratados por uma empresa terceirizada.

⁸⁷ Mais informações sobre este projeto podem ser encontradas no site do Governo de São Paulo. <<http://www.criancaecologica.sp.gov.br/>>

Por conta da visitação intensa do Parque do Jaraguá, o quadro de monitores deveria abranger os finais de semana também, pois é de grande importância que a educação ambiental seja realizada em todos os níveis da sociedade e em todas as faixas etárias, não se caracterizando apenas ao nível escolar. Além disso, as trilhas recebem um contingente intensivo aos finais de semana e precisam de uma maior atenção quanto aos impactos causados pelos visitantes. Por isso, tornar-se-ia educativo se houvessem monitores suficientes para a realização de uma ‘trilha educativa’ aos finais de semana, pois possibilitaria uma conscientização dos visitantes em geral.

3.2.3 Entorno do Parque Estadual do Jaraguá

Não se pode perder de vista as relações que as áreas protegidas têm com as paisagens e ecossistemas onde estão inseridas e com o uso que se faz deles. Acreditar que as áreas protegidas manterão a diversidade biológica, se desconectadas de seu ambiente externo, é ignorar a escala dos processos biológicos. Acreditar que essas áreas poderão conservar os processos biológicos desconectadas das comunidades locais é ignorar a dimensão humana das políticas de conservação da biodiversidade (...). (BENSUSAN, 2006, p. 132)

Para a diretora do Parque Estadual do Jaraguá, Patrícia Felipe, os principais problemas que a unidade de conservação enfrenta atualmente são: em primeiro lugar, a ocupação desordenada do entorno e em segundo, as dificuldades de assimilação de regras da visitação pública por parte dos visitantes.

Existe um conflito em relação ao limite da unidade de conservação, uma vez que no Decreto Estadual nº 10.877/39, que promulga a aquisição da Fazenda do Jaraguá, e na Lei Estadual nº 38.391/61 a qual trata sobre a transformação da Fazenda do Jaraguá para Parque Estadual do Jaraguá, não é apresentado a limitação do terreno. Sendo assim, com o processo de elaboração do Plano de Manejo, a Fundação Florestal notou que a limitação instituída pela Subprefeitura Pirituba/Jaraguá estava equivocada, dando outra limitação ao terreno. De acordo com estudos efetuados na área, pode ser observado no mapa de Uso do solo do Parque Estadual do Jaraguá (**Anexo 09**).

Como demonstrado anteriormente, o Parque Estadual do Jaraguá encontra-se entre três importantes sistemas viários de São Paulo: A Rodovia Bandeirante, A Rodovia Anhanguera e o Rodoanel Mario Covas. “Tais especificidades demonstram que o Parque Estadual do Jaraguá pode ser considerado um exemplo exacerbado do processo de insulamento e de fragmentação sofrido por outras áreas remanescentes da Mata Atlântica”. (CREADO, 2003,

p.07). Esta situação fica ainda mais pungente ao pensar no crescimento populacional da região e na pressão urbana que o parque vem sofrendo, principalmente ao sul da unidade.

A realidade do Parque Estadual do Jaraguá se complica ao pensar que não há na sua proximidade nenhuma área protegida que poderia servir de ligação ecossistêmica. Por este fato, se faz necessário uma maior interação com a comunidade circundante, pois as unidades de conservação não devem ser isoladas do resto do ecossistema e das paisagens, onde estão inseridas, nem ilhas isoladas da realidade econômica e social que circundam. Assim, as áreas protegidas devem estar conectadas, tanto as outras áreas naturais, como às comunidades do seu entorno” (BENSUSAN, 2006, P. 160).

Atualmente, o parque é limitado pela construção de uma cerca⁸⁸, não havendo queixas da administração sobre invasão de propriedade, no entanto, o parque já registrou em tempos remotos algumas invasões. Dalmo (2003, p. 27-28) declara duas situações na década de 1960:

Em setembro deste mesmo ano [1968], o administrador do Parque do Jaraguá veio a denunciar a invasão da firma Tenco - Construtora de Usinas Hidrelétricas S.A., que havia derrubado árvores numa extensão de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura e mudado a divisa, apropriando-se de 5,80 metros pertencentes ao Parque. Em março de 1969, o problema foi resolvido, já que a Tenco aceitou cercar as divisas da área pertencente ao Estado respeitando a metragem constante na Escritura de aquisição.

Outra irregularidade ocorreu em janeiro de 1970, quando o proprietário de uma chácara vizinha desviou o curso de um córrego, fazendo-o correr para dentro do Parque, com o intuito de apropriar-se de terras, pois um córrego é uma divisa natural. O Instituto Florestal conseguiu resolver a situação.

Até o momento, o Parque Estadual do Jaraguá ainda não apresenta uma área demarcada legalmente como zona de amortecimento⁸⁹. Esta falta de fiscalização e de cuidado com o exterior da unidade de conservação pode trazer grandes problemas para o parque, pois a conservação da biodiversidade é um complexo de situações que se não forem bem administradas, acabam prejudicando todo ecossistema. No Parque Estadual do Jaraguá, por exemplo, existem duas nascentes próximas as áreas urbanizadas das Rodovias Bandeirantes e Anhanguera, ambas deságuam nos lagos da unidade de conservação. A poluição das águas causadas nas nascentes devido a urbanização e a não estrutura garantida pela prefeitura quanto ao tratamento dos esgotos, acabou contaminando os lagos da unidade.

⁸⁸ Para alguns ambientalistas, as unidades de conservação são de uso público e pertencem a comunidade não devendo ter em seu limite nenhum tipo de barreira entre o entorno e a área.

⁸⁹ Na oficina conclusiva do Plano de Manejo, que está sendo elaborado pela Fundação Florestal, no dia 20 de maio de 2010, foi apresentada uma proposta de zona de amortecimento para o Parque Estadual do Jaraguá, porém, até o encerramento deste trabalho, não houve uma conclusão do plano, podendo ter ocorrido qualquer mudança quanto ao conteúdo passado na oficina.

O Parque do Jaraguá tem em todo o seu limite o bioma da Mata Atlântica. Devido a proximidade a urbanização e as rodovias, é possível encontrar em alguns trechos o efeito de borda, o qual ocorre ~~quando~~ a floresta entra em contato com áreas abertas, culminando em um aumento na mortalidade de árvores e mudanças no microclima” (CREADO, 2003, p. 16).

Este fato torna-se um problema para a conservação da área, pois todo o impacto fora da unidade de conservação acaba interferindo na biodiversidade de seu ecossistema, uma vez que as ações da sociedade do entorno das unidades de conservação ~~podem~~ comprometer seriamente a efetividade das áreas protegidas, pois, como já mencionado exaustivamente, sua biodiversidade depende dos processos biológicos que ocorrem também fora da unidade” (BENSUSAN, 2006, P.110)

Apesar da administração do parque estar sempre próxima a comunidade, as relações estabelecidas entre estas foram equivocadas, se pensarmos na conservação da biodiversidade. O Parque foi sempre recebido como um ponto turístico, unicamente para lazer e recreação, caracterizando-se como um parque urbano, ou seja, não se estabeleceu uma relação de conhecimento e interação com a natureza. Além das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Ambiental do Parque para os grupos pré-agendados, nunca se teve uma ação efetiva de informação e orientação com a comunidade.

Este fato desencadeia alguns problemas persistentes à unidade, além da invasão de terras, ainda há o desrespeito com os limites impostos, como por exemplo, muitos grupos religiosos, que destroem as cercas e abrem caminhos pela mata do parque para a realização de cultos e vigílias noturnas. Esta atividade tem causado diversos impactos na biota da unidade. E caracteriza-se, segundo o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, como uma atividade ilegal, como demonstra o art. 37:

As atividades religiosas, reuniões de associações ou outros eventos só serão autorizados pela direção dos Parques Estaduais, quando:

- I – existir entre o evento e o Parque Estadual uma relação real de causa e efeito;
- II – Contribuírem efetivamente para que o público bem compreenda as finalidades dos Parques Estaduais;
- III – A celebração do evento não trouxe prejuízo ao patrimônio natural a preservar.

Diante desta descrição, pode-se garantir que esta não é a situação que se encontra a atividade religiosa inserida no Parque Estadual do Jaraguá. E apesar do empenho da administração em acabar com essa atividade no Parque, não há o respeito dos praticantes pelo Parque e os Recursos Naturais ali existentes.

Segunda a diretora do parque, pode-se considerar que 60% dos funcionários do parque são da região do Jaraguá. A incorporação da comunidade ao redor do parque pode servir como uma técnica para aproximar e conscientizar quanto a importância da unidade para a região (VIANNA, 1996).

O Parque do Jaraguá possui um diferencial da maioria das unidades de conservação no Estado de São Paulo, ao seu redor, existe uma aldeia de índios Guaranis M'bya, os quais, teoricamente, possuem um vasto conhecimento sobre a natureza e o manejo dos recursos naturais, disciplinando o uso sustentável destes. Para estudiosos, a comunidade indígena, num geral, possui técnicas e conhecimentos de conservação enraizada em sua cultura, passadas por oralidades, mitos e símbolos pelos mais experientes da aldeia.

No entanto, o modo cultura da aldeia indígena do distrito do Jaraguá, segundo Creado (2003), há muito não possui as suas atividades culturais tradicionais, o que tratou de modificar, de certa forma, a vivência destes. De acordo com a autora, seguindo a definição de Diegues (2004) sobre Comunidades Tradicionais⁹⁰, a Aldeia do Jaraguá não se enquadra nesta categoria, por este fato, fica difícil uma maior integração da comunidade com o Parque nos termos legais. Algumas características citada pela autora sobre a aldeia e que a descaracteriza quanto uma comunidade tradicional são as seguintes:

- I. A reserva [do Jaraguá] teria sido formada, inicialmente, por uma família migrante de outra reserva, que teria, então sofrido intensa miscigenação, e muitos de seus membros atuais seriam não-índios; (ii) o tamanho muito pequeno do território que ocupam, de um hectare e meio, impediria a reprodução da aldeia segundo princípios indígenas (CREADO, 2003, P. 19)

O sub capítulo 2.2 expõe a formação da aldeia do Jaraguá, e a aldeia guarani Mbya do Jaraguá, que se iniciou com o cacique Joaquim. Este, tendo sido criado por uma família

⁹⁰ Diegues (2004, p. 79) apresenta as seguintes definições para a caracterização de uma comunidade tradicional: “(…) a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um “modo de vida”; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanato, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (...)”

alemã, devido as conseqüências da vida, acabou por se envolver com atividades culturais que não pertenciam aos costumes dos guaranis, seus filhos estudaram juntos com os não-índios e constituíram famílias fora da aldeia. Sendo assim, alguns familiares do cacique seguiram caminhos diferentes da cultura aceita pelas comunidades tradicionais, no entanto, vale ressaltar que a aldeia do Jaraguá sempre se localizou num espaço em constante crescimento populacional. A urbanização alcançou a aldeia rapidamente, não oferecendo tempo, nem espaço para que estes continuassem levando a vida que mais lhe agradassem.

Durante muitos anos, os índios do Jaraguá tiveram que lidar com as diferenças ambientais e o processo de urbanização. Segundo Fabio da Silva, a comunidade teve que se adaptar aos costumes não-indígenas, como por exemplo, a não utilização dos recursos naturais oferecidos pela área pertencente ao Parque Estadual do Jaraguá.

Durante o passar dos anos, os índios assistiram ao desmatamento e ocupação de toda a região do Jaraguá. Sendo a área do Parque, a única área de remanescente florestal da região, os indígenas passaram por um processo longínquo para entender que a legislação brasileira e paulista⁹¹ não aceitavam o corte e o uso de qualquer espécie existente naquela área.

Durante muitos anos, o parque teve problemas em relação a caça de animais pelos índios, no entanto, segundo a atual diretora do parque, hoje a relação deles é estável e não há problemas quanto a extração da vegetação e a caça dos animais na área.

Alísio Gabriel, representante da Associação Amba Verá, nos informou que não retiram nenhum tipo de material do parque, porém, a diretora nos relatou que sempre que necessário, ela permite a retirada de espécies para uso medicinal pela comunidade.

Apesar desta ajuda oferecida pela administração do parque para as necessidades indígenas, percebemos durante as reuniões que a aproximação da comunidade com o parque é distante, uma vez que só com a implantação do Conselho Consultivo, a diretora Patrícia Felipe descobriu a existência de uma Associação Indígena na aldeia, sendo que esta já existe há, aproximadamente, 08 anos.

O Parque Estadual do Jaraguá é uma unidade de conservação de pequeno porte, com apenas 488,84ha e por esta razão possui maior risco de extinção de sua biodiversidade, no entanto, para a constituição de um sistema efetivo de áreas protegidas, há necessidade das grandes reservas, mas também de outras pequenas áreas, essenciais para a manutenção de espécies que não estão presentes na grande reserva, mas são parte integrante da biota

⁹¹ O decreto nº 25.341 que regulamenta os Parques Estaduais Paulistas, define no art. 10 que é “expressamente proibida a coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos dentro da área dos parques estaduais” e ainda acrescenta num parágrafo único que “a coleta de espécimes vegetais só será permitida para fins estritamente científicos, mediante solicitação à administração do Parque”.

regional” (QUIN e KARR, 1993, apud BENSUSAN, 2006, p. 92). Para a manutenção destas espécies, é ideal a atuação da comunidade em favor da unidade, e a administração do Parque de Jaraguá deveria aproveitar o conhecimento cultural que a população indígena detém, para por em prática uma atuação em conjunto que traria maiores benefícios para a área protegida.

3.2.4 Plano de Manejo

No decreto que regulamenta os Parques Estaduais Paulistas – nº 25.341 já tornava obrigatório a elaboração de um plano de manejo para as unidades de conservação desta categoria. Contudo, apenas em 2003 tiveram início as pesquisas para compor o plano de manejo do Parque Estadual do Jaraguá.

Por falta de recurso, as pesquisas científicas ficaram paralisadas por alguns anos, até que em 2007 a Fundação Florestal recebeu R\$ 14.000.000,00 (quartoze milhões de reais) para regularizar os planos de manejos das unidades de conservação administradas por tal órgão. Neste mesmo ano, foi criado o Núcleo de Planos de Manejo⁹² com o objetivo de gerenciar a elaboração destes nas unidades de conservação.

Neste contexto, a execução do plano de manejo do Parque do Jaraguá reinicia-se em 2009. As oficinas começaram no início de 2010, após a formação do Conselho Consultivo do parque, já que este passa a ser obrigatório nas unidades de conservação de proteção integral do estado de São Paulo pelo Decreto nº 49.672, de 06 de junho de 2005. Além disso, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação prevê que o conselho consultivo das unidades devam acompanhar a elaboração, implantação e revisão do plano de manejo das áreas protegidas.

⁹² Maiores informações no site <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/planodeManejo.php>>

CAPÍTULO 04

4. IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ

O Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá foi criado em setembro de 2009, pela Portaria Normativa nº 099/2009 (Anexo 11), pela Fundação Florestal. Sua criação foi uma atitude imediatista, devido a elaboração do Plano de Manejo da unidade.

A rápida implantação do Conselho da Unidade foi o principal fator das dificuldades enfrentadas pela administração do Parque para sua efetivação.

Primeiramente, o conselho foi formado com o número mínimo de participantes. O inciso §1º do art.6º do Decreto Estadual que dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos nas unidades de proteção integral de São Paulo, determina ~~“a~~ representação dos entes públicos e da sociedade civil no Conselho Consultivo” como sendo ~~“paritária~~, com, no máximo, 24 (vinte e quatro) e, no mínimo, 8 (oito) membros”.

Sem uma capacitação para receber o conselho na unidade de conservação, a diretora Patrícia Felipe, convidou as pessoas que tinham um vínculo com o cotidiano do parque e que demonstraram interesse neste curto período de tempo para a escolha dos nomes. A diretora não estava ciente de que os convidados deveriam fazer parte de uma instituição pública ou privada. Sendo assim, convidou pessoas que exercem trabalhos voluntários para a unidade, por identificação com o local, mas que não tinham nenhum vínculo institucional, não podendo participar efetivamente do conselho.

Neste contexto, oito instituições preencheram o quadro do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá, com algumas irregularidades em sua formação, como, por exemplo, a não representação das instituições de forma paritária, sendo cinco instituições privadas e três públicas, além disso, só uma instituição apresentou o representante e o seu suplente. Como veremos mais adiante, o suplente é uma peça importante para o andamento do conselho consultivo, principalmente quando este é formado por poucos membros, como é o caso do Parque Estadual do Jaraguá.

Na tabela a seguir encontra-se a composição do conselho consultivo da unidade de conservação do Jaraguá:

INSTITUIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	PÚBLICA/PRIVADA	SUPLENTE
Instituto Ambiente Vivo	Alfredo Cezario	Privada	Sim
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	José Roberto Crisóstomo	Pública	Não
Associação Brasileira de Síndrome de Willians	Juelina Nunes	Privada	Não
Clube Alpino Paulista	Sérgio Robles	Privada	Não
SABESP	Reginaldo Prado	Pública	Não
CEU Vila Atlântica	Monica de Cassia	Pública	Não
Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência	Ana Santos Sousa Ruiz	Privada	Não
Sahaja Yoga do Brasil	Hirma Casarin Plaut	Privada	Não

Tabela 3: Composição do Conselho Consultivo do Parque do Jaraguá

Fonte: FF/DE nº 099/2009

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

O Instituto Ambiente Vivo é um órgão não governamental criado por estudantes de turismo⁹³ durante desenvolvimento de estágio na área de monitoria no Parque Estadual do Jaraguá. Desta forma, apresenta uma relação próxima com o parque, conhecendo as características administrativas da unidade e auxiliando em questões relacionadas a monitoria e ações sócio-ambientais.

A Associação Brasileira da Síndrome de Willians e Associação dos Pais e Amigos de Portadores de Deficiência são duas instituições que se uniram ao Parque do Jaraguá devido ao trabalho de integração de pessoas portadoras de deficiência com o ambiente natural que a unidade tenta viabilizar, como, por exemplo, a trilha do silêncio. Vale frisar que ambas as organizações não se localizam na região do parque, a primeira possui sua sede no distrito de Belém, subprefeitura da Mooca, e a segunda no distrito de Ipiranga, subprefeitura Ipiranga.

A instituição Sahaja Yoga do Brasil caracteriza-se por levar a meditação às comunidades, sem cobrar pelo serviço. Desde 2007 o grupo veio desempenhando as aulas de yoga no Parque Estadual do Jaraguá. Segundo a representante do grupo, o Parque do Jaraguá apresenta o ambiente mais espiritual no qual já esteve. No entanto, por falta de participantes, em 2009, o grupo resolveu realizar suas apresentações no parque, em feriados e dias de comemorações realizados no local. A representante mora no distrito de Vila Mariana, zona sul de São Paulo.

⁹³ A administração do Parque do Jaraguá desenvolveu um convênio com a Universidade UNINOVE, onde esta disponibilizava estagiários do curso de turismo para atuarem como monitores no Parque Estadual do Jaraguá, mediante a emissão de certificados de estágio. Desta forma alguns estagiários acabaram sendo contratados pelo parque, chegando até a direção, como é o caso da atual diretora Patrícia Felipe, turismóloga formada pela então citada universidade.

O Clube Alpino Paulista, como as demais instituições, também não se localiza próximo a região do Parque Estadual do Jaraguá, sua sede encontra-se na zona sul do município de São Paulo, na Vila Mariana. As montanhas rochosas do parque atraíam muitos praticantes da escalada em rocha, em troca a instituição auxiliava na limpeza das encostas íngremes do Pico e era responsável pelo gerenciamento dos grupos de escaladas no parque. Com o fechamento dos campos de escaladas⁹⁴ do parque, o grupo, com a ajuda da Federação do Montanhismo do Estado de São Paulo, lutou muito frente a Secretaria do Meio ambiente para a reabertura das áreas. Em 2009, a portaria normativa da Fundação Florestal nº 075 liberou a escalada no campo rochoso nº01⁹⁵. Segundo o representante da instituição, a idéia é que todos os campos voltem a ter a atividade desenvolvida no parque.

As três instituições do órgão Público atendem, diretamente, a região em questão. Mesmo havendo uma coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano responsável pela conservação e preservação do meio ambiente regional, o representante da subprefeitura de São Paulo é o chefe de gabinete da subprefeitura Pirituba/Jaraguá. Segundo o plano estratégico regional de Pirituba/Jaraguá, cabe o papel de chefe de gabinete assumir a posição de subprefeito quando este vier a faltar, compara-se, então, como um vice-subprefeito.

O representante da SABESP é um técnico comunitário, que atende a região e nesta área, atende principalmente a comunidade indígena do Jaraguá, por isso, sua participação no conselho consultivo do Parque Estadual do Jaraguá configura-se para “contribuir para decisões balisadas em opiniões não somente dos funcionários públicos, mas considerando a comunidade indígena, também”.

O CEU Vila Atlântica é uma unidade escolar que recebe os estudantes da comunidade do Jaraguá e localiza-se rente ao limite sul do Parque Estadual do Jaraguá. É comum a participação dos alunos desta escola na palestra interdisciplinar desempenhada pelo Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jaraguá. Sua participação seria de extrema importância para o Conselho Consultivo, para aproximar as crianças da comunidade com a unidade.

Além de terem sido criados para auxiliar a gestão das unidades de conservação, os conselhos consultivos foram elaborados visando os objetivos: a) “transparência para a gestão da Unidade por meio de controle social”; b) “contribuir para a elaboração e implantação do Plano de Manejo” e c) “integrar a UC às comunidades, setor privado, instituições de pesquisa,

⁹⁴ Maiores informações no sub-capítulo 3.2.2

⁹⁵ No site do Clube Alpino Paulista, há uma página em comemoração a liberação da escalada no campo 01. Maiores informações podem ser vistas no <<http://www.montanhismo.org.br/>>

ONGs, poder público, bem como as outras áreas protegidas situadas no entorno” (PALMIERI e VERÍSSIMO, 2009, p. 15).

O curto tempo para a organização fez a gestão do Parque Estadual do Jaraguá integrar ao conselho as instituições que estavam desenvolvendo algumas atividades na unidade durante aquele período. Num primeiro momento, não foi considerada as razões para a formação de um conselho consultivo em uma unidade de conservação, ficando de fora agentes expressivos e importantes para apoiar a gestão do parque, e também, para conservar o remanescente florestal que ali reside. Este fato pode ser percebido pelas instituições convidadas pela administração do Parque Estadual do Jaraguá, a expressão da comunidade representa-se apenas pela unidade escolar CEU e pela atuação do técnico comunitário da SABESP com a Comunidade Indígena. Os demais membros do conselho, de certa forma, possuem um interesse próprio em relação a participação no conselho, mesmo que a intenção seja de melhoria para a comunidade.

A UICN (1997) ao falar sobre o Manejo Participativo das Unidades de Conservação, desenvolve uma lista⁹⁶ dos atores sociais potencialmente interessados no manejo de uma UC. A partir desta, fica claro, que no contexto estrutural que o Parque do Jaraguá se encontra, muitas instituições foram excluídas (ou esquecidas) para a implantação do primeiro grupo de atuação do manejo consultivo da unidade.

Durante todo o desenvolvimento deste trabalho, viemos discutindo sobre a situação do Parque Estadual do Jaraguá, suas características e os principais desafios enfrentados pela gestão da unidade para a efetivação da conservação da biodiversidade. Como já foi discutido⁹⁷, o conselho consultivo é uma técnica utilizada para a realização da gestão participativa, sendo que esta última deve servir como um instrumento de inserção comunitária

⁹⁶ Os autores sociais interessados no manejo de uma unidade de conservação, segundo a UICN (1997), são: grupos tradicionais; grupos organizados na comunidade; autoridades políticas locais; órgãos não governamentais; organismos com jurisdição legal sobre a UC de interesse; instituições governamentais locais e serviços (por ex., de educação, saúde, florestal e de extensão agrícola; organismos religiosos; associações comunitárias; empresas comerciais; universidade e instituições de pesquisa; consultores de projetos e programas pertinentes; entre outros.

Complementa esta concepção, o artigo 6º da regulamentação dos Conselhos Consultivos das áreas de proteção integral, que cada Conselho deve ser integrado por representantes que apresentem atuação relevante na área de influência da Unidade de Conservação considerando, por exemplo: I. Os municípios abrangidos pela Unidade de Conservação; II. Os órgãos e entidades das administrações federal, estadual e municipal com interesses ou parcela de responsabilidade pelo ordenamento da região; III. As instâncias representativas da sociedade civil, devendo contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, comunidade residente e do entorno, população tradicional, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica; IV. Proprietários de imóveis no interior da unidade de conservação, no caso de Unidade de Conservação Monumento Naturais ou Refúgio da Vida Silvestre”.

⁹⁷ Ver capítulo 01.

na unidade, aproximando, e indiretamente educando o principal integrante da unidade: os visitantes.

Na contextualização do Parque Estadual do Jaraguá, torna-se de extrema importância a aproximação dos visitantes para os valores da unidade de conservação. Sendo assim, a atuação no Conselho Consultivo de Organizações não Governamentais e instituições em geral da região do Jaraguá caracterizar-se-ia como fundamental para o início da conscientização ambiental na região, que poderia configurar como consequência, numa diminuição da pressão urbana, diminuição do acúmulo de lixo nos córregos e vias públicas, consciência de preservação e conservação dos recursos naturais. Isso porque o conselho consultivo de uma unidade de conservação deve pautar suas ações nos seguintes princípios:

- I. Valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos;
- II. Otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área;
- III. Busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da unidade de conservação;
- IV. Otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros;
- V. Divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação;
- VI. Aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública. (SÃO PAULO, 2005, art. 4º)

O Parque Estadual do Jaraguá, no entanto, acabou privilegiando as instituições que não possuem um vínculo com a comunidade de seu entorno. Segundo o chefe de gabinete, José Roberto Crisóstomo⁹⁸, algumas associações de bairros demonstraram interesse em participar do conselho e que seria necessário entrar em contato com estes.

Não há na Subprefeitura Pirituba/Jaraguá, uma organização de associações existentes na região. Segundo Umberto Silva, assessor de Imprensa da subprefeitura, não existe um arquivo das associações existentes na região, os únicos nomes que eles possuem na subprefeitura, são os de associações encontradas em algumas solenidades e neste momento são trocadas algumas informações sobre tais. Dos dados que foi possível encontrar, estão as unidades descritas na **Tabela 04**.

⁹⁸ Durante a terceira reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá, no dia 21 de janeiro de 2010.

ASSOCIAÇÃO	DISTRITO
Estrela Azul F.C	Jaraguá
Associação dos Moradores do City América	São Domingos
Associação Amigos Unidos Jd. Jaraguá e Pq. Anhanguera	Jaraguá
Associação Comercial de São Paulo	Pirituba
Associação Conjunto Residencial Alpes do Jaraguá	Jaraguá
Associação Cultural Clube de Xadrez Pirituba	Pirituba
Associação Cultural Esportiva Pinheiro da Rocha – Concha Acústica	Pirituba
Associação dos Moradores da Vila Nova Esperança	Jaraguá
Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Turística	Jaraguá
Associação de Comerciantes do Jaraguá	Jaraguá

Tabela 04: Associações de bairro na região da Subprefeitura Pirituba/Jaraguá

Fonte: Subprefeitura Pirituba/Jaraguá

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Nota-se que, das dez associações, cinco correspondem ao distrito do Jaraguá, o que as torna mais próximas do parque do que as demais. Destas, quatro são referentes a associações de moradores, uma delas, inclusive, localizada na Estrada Turística do Jaraguá – Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Turística. Seria pertinente à unidade do Parque do Jaraguá fazer um levantamento de associações de bairro na parte que a pressão urbana é maior, a parte sul do Parque, a qual abrange o distrito São Domingos.

Observa-se que, a Subprefeitura não possui o cadastro de associação da comunidade indígena do Jaraguá.

Segundo a diretora do Parque, Patrícia Aleixo, a existência da associação Amba Verá foi uma surpresa para a unidade de conservação. Durante o processo de construção do conselho consultivo, a gestora ficou sabendo por terceiros da existência de uma instituição no local. O que, como já foi mencionado anteriormente, nos demonstra a falta de entrosamento entre esta e a aldeia, e também nos mostra uma falta de articulação da aldeia perante as instituições ao seu entorno.

Segundo Alísio Gabriel, Presidente da Associação, eles só ficaram sabendo do conselho consultivo pelo Centro de Trabalho Indigenista. Alísio se mostrou interessado quanto as reuniões e a criação do Plano de Manejo, segundo ele, seria muito bom se eles pudessem participar e ter voz ativa em algumas decisões do Plano de Manejo. Alísio ainda falou que seria interessante a participação da comunidade indígena no conselho, pois os homens precisam aprender a cultura indígena guarani para saber como preservar o meio natural, pois a preservação para eles difere da nossa. Para ele, o homem não-índio acha que a

biodiversidade se auto sustenta ficando fechada em uma área protegida, mas na verdade, a natureza não precisa ficar isolada do homem, ~~–~~preservação é sustentabilidade”. Alísio Gabriel se mostrou interessado em também aprender com a nossa cultura. Nas palavras dele: ~~–~~nós temos que aprender com vocês, também, afinal estamos inseridos nessa sociedade e é preciso respeitar as leis que são dela”.

No entanto, em conversa com Fabio Nogueira, antropólogo integrante do Centro de Trabalho Indigenista da USP, não adianta chamar os representantes da aldeia do Jaraguá para simplesmente participar do conselho consultivo, pois, seria necessário, anteriormente, um processo de integração da aldeia com o parque, afinal eles passaram muitos anos sendo atacados por seus costumes, não podiam caçar, plantar, colher, etc., Foram décadas de afastamento dos seus costumes diante do Parque do Jaraguá, o que lhes torna confusa a idéia de participar da gestão do parque. Fábio ainda completa, ao nos contar sobre a dificuldade de assimilação da idéia de participar de um conselho consultivo de uma unidade de conservação para os indígenas, pois como auxiliar na conservação de uma área protegida se a formação cultural indígena em relação a conservação/preservação dos recursos naturais é completamente diferente?

É indiscutível a importância da aldeia do Jaraguá na conservação da biodiversidade do remanescente da Mata Atlântica existente no Parque Estadual do Jaraguá, no entanto, deve haver um processo de adaptação da comunidade perante ao parque, além de uma vontade administrativa de rever os meios conservacionistas do homem urbanizado.

Os representantes das concessões existentes dentro do parque também não entraram na lista de convidados da administração do mesmo.

Todas as vezes que foi indagada sobre o assunto, Patrícia Felipe, alegou a falta de tempo de assimilação para convidar as pessoas pertinentes aos objetivos do conselho consultivo. Como o tempo de readaptação do conselho é de 2 anos, Patrícia diz que atualmente está formando uma lista mais de acordo com a realidade da unidade e recobrou consciência da atuação do gestor quanto a efetivação do conselho.

4.1. Reuniões

Sobre as reuniões do Conselho Consultivo das unidades de conservação paulistas, o Decreto Estadual nº 49.672/2005 estabelece no artigo 9º que estas devem ser públicas, com ~~–~~pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverão ser amplamente divulgadas, e realizadas em local de fácil acesso”. No §1º, institui que as reuniões devem acontecer de acordo com as necessidades de cada unidade, sendo preestabelecidas no regimento interno do

conselho. E de acordo com o §2º as reuniões deverão seguir cronograma anual, o qual deve ser previamente agendado.

Desde sua implantação, apenas cinco reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá foram realizadas. Como já mencionado anteriormente, o conselho consultivo da unidade em questão teve sua instalação visando a elaboração do Plano de Manejo da unidade, sendo assim, durante o primeiro semestre de 2010 as reuniões visaram as oficinas do plano de manejo e a necessidade de estabelecimento do Regime Interno do Conselho, o qual, segundo a legislação pertinente, deve ser regulamentado em 90 dias após a portaria normativa de criação do conselho (SÃO PAULO, 2005, art. 5º).

Todavia, não houve tempo de preparação dos conselheiros para as oficinas de plano de manejo, uma vez que o conselho surgiu quando as datas das oficinas já estavam preestabelecidas, o que prejudicou o bom desempenho dos conselheiros perante o plano e ao conselho, como veremos adiante com as reuniões realizadas.

Um outro fator apontado por todos os membros, que prejudicou a efetivação do conselho consultivo no Parque Estadual do Jaraguá, foi a incompatibilidade de horários e a desorganização da própria unidade quanto as datas marcadas.

A primeira reunião do conselho consultivo do Parque do Jaraguá foi informada via email para todos os convidados da diretora do parque, Patrícia Felipe, sendo estes de instituições ou não. A reunião foi marcada uma semana antes, dia 26 de novembro de 2009, sendo remarcada no dia 25 de novembro para o dia 27 de novembro de 2009.

Vale observar que as reuniões são marcadas no horário de expediente do Parque, das 08:00hs às 17:00hs,. Durante este mesmo horário, cada membro do conselho possui suas próprias atividades referentes a instituição que representam e muitas vezes torna-se inviável a participação dos conselheiros quando a reunião é mudada em cima da hora.

Mesmo assim, na primeira reunião do conselho, os membros conseguiram, em sua maioria, participar e compreender o que estava sendo proposto pela unidade.

Neste primeiro contato, foi contratada, pela Fundação Florestal, uma mediadora para a efetivação da primeira reunião. Sendo este, um meio técnico legal para que haja uma desenvoltura entre os integrantes da reunião.

Estavam presentes 13 pessoas ao todo na reunião, como pode ser visto na **Tabela 05**:

PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO
Rosana Kisil	Mediadora
Patrícia Ferreira Felipe	Diretora do Parque Estadual do Jaraguá
Luís Fernando Feijó	Gerente de conservação ambiental da região metropolitana de São Paulo – Fundação Florestal.
Alessandra Freire	Responsável pelo Plano de Manejo da Unidade – Coordenadora do Núcleo de Plano de Manejo da Fundação Florestal.
José Roberto Crisóstomo	Chefe de Gabinete da Subprefeitura de São Paulo
Barbara Gambaré dos Santos	Suplente do Instituto Ambiente Vivo
Marcello Sellan	Artista Plástico da região
Reginaldo Prado	Técnico Comunitário da SABESP
Sérgio Robles	Presidente da Clube Alpino Paulista
Fábio de Oliveira Nogueira	Integrante do Centro de Trabalho Indigenista
Adriana Testa	Integrante do Centro de Trabalho Indigenista
Luciano	Representante da Associação Amba Verá
André Leonardo Preto	Jornalista da ESPN

Tabela 05: Participantes da primeira reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá.
Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart

A mediadora fez a apresentação do que é um conselho consultivo, e qual o papel que os conselheiros deverão exercer a partir daquele momento. Foi na reunião que se explicou a razão de não estarem todos os nomes dos convidados na portaria normativa nº099/2009.

A diretora da unidade fez uma apresentação do parque e suas atuais necessidades, conforme foram sendo explicitadas ao longo deste trabalho. Alessandra Freire também fez uma apresentação sobre o Plano de Manejo e fixou o calendário com as datas já estabelecidas das oficinas, pediu a presença de todos e se colocou a disposição sobre quaisquer dúvida.

Como pode ser visto na tabela, apenas 04 instituições que formam o conselho consultivo do Parque do Jaraguá estavam presentes: SABESP; Subprefeitura Pirituba/Jaraguá; Instituto Ambiente Vivo e Clube Alpino Paulista.

André Leonardo Preto e Marcelo Sellan foram dois convidados de Patrícia, mas que devido a não ligação com uma instituição não puderam participar legalmente do conselho, no entanto ficou claro durante a reunião, a importância de continuarem fazendo parte das reuniões, pois estas devem ser aberta aos interessados. Apesar de não poderem fazer parte definitivamente da gestão do parque, podem influenciar as reuniões com suas opiniões e pontos de vista. Segundo Patrícia, é enriquecedor a participação dos interessados, independentemente do respaldo legal.

André Leonardo Preto se mostrou muito interessado pelo Plano de Manejo, pois como um jornalista de esporte e praticante do skatismo, gostaria de abrir espaço na regulamentação do parque para a possibilidade de se fazer competições de skates da Estrada Turística do Jaraguá. Já Marcello se mostrou demasiadamente perdido e preocupado com o compromisso que iria assumir. Não estava confiante quanto ao que se baseava o conselho consultivo e o plano de manejo, e pediu para que este fosse esclarecido em outra reunião, pois para ele era tudo muito novo.

Luciano, representante da Associação Amba Verá, somente compareceu a reunião, pois o centro de trabalho indigenista ficou sabendo do conselho consultivo e decidiram chamar a aldeia para ingressar nas reuniões. Segundo Luciano, até o presente momento eles não estavam cientes do que estava ocorrendo. Luciano se mostrou interessado, mas disse precisar de uma interação maior entre o parque e a aldeia sobre o assunto.

Além de André Preto, Sérgio Robles foi o único a deixar claro suas intenções em relação ao parque estadual do Jaraguá. Apesar de sua instituição auxiliar na estruturação do parque há muitos anos, Sérgio coloca que a elaboração do Plano de Manejo para ele é muito importante, pois ele não vê como continuar sua participação na unidade caso o alpinismo no campo 01, 02 e 03 tornarem-se proibidos de receber a escalada.

Os demais participantes mostraram-se interessados e todos concordaram da necessidade de uma reunião antes da Oficina de Uso Pública que iria ocorrer dia 07 de dezembro de 2009.

Foto 18: Primeira reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá



Fonte: Parque Estadual do Jaraguá, 2009.

Fixou-se, então, uma data para a próxima reunião, dia 03 de dezembro, 05 dias antes da primeira oficina do Plano de manejo⁹⁹, onde Alessandra disponibilizaria um material sobre os pontos principais que seriam debatidos nesta, para que os conselheiros e a administração do parque conseguissem discutir antes da oficina.

Nesta reunião, não houve problemas quanto a modificação de dia e horário, mas houve um contratempo climático na cidade de São Paulo, devido a uma intensa chuva, muitos participantes usaram esta como justificativa e não compareceram na reunião, sendo assim, a segunda reunião foi marcada pela presença do jornalista André Preto; do técnico comunitário da SABESP Reginaldo Prado e o Presidente do Clube Alpino Paulista Sérgio Robles. Segundo a diretora Patrícia, esta reunião girou entorno da situação de André e Sérgio, onde ambos defenderam o uso do Parque Estadual do Jaraguá tanto para a prática do skate quanto do alpinismo.

Devido as condições climáticas de São Paulo, no final do ano de 2009. As oficinas do Plano de Manejo foram adiadas para o primeiro semestre de 2010.

A terceira reunião do Conselho Consultivo foi marcada para o dia 21 de janeiro de 2010 e remarcada para o dia 22 de janeiro de 2010, teve presença do Clube Alpino Paulista e da subprefeitura Pirituba/Jaraguá. A reunião foi destinada para a discussão de um plano de ação para a primeira oficina de uso público. Patrícia, através do material fornecido por Alessandra, mostrou os principais problemas que o parque apresenta em relação a infra-estrutura e ao número excessivo de visitantes.

Sem a participação dos demais membros do conselho, a reunião não foi muito vantajosa e acabou abordando mais o tema de escalada, uma vez que o representante estava presente.

A quarta reunião ocorreu no dia 28 de abril de 2010 e, a única pessoa presente do Conselho Consultivo foi a representante do Sahaja Yoga do Brasil, Hirma Plaut. Hirma se mostrou muito interessada em relação ao conselho consultivo, explicou os motivos pelos quais não compareceu nas reuniões anteriores e também, teve como principal reclamação, a mudança de horários em cima da hora, segundo Hirma, o calendário as vezes não permite essas mudanças bruscas de afazeres.

Patrícia fez uma apresentação do que seria o conselho consultivo e o plano de manejo para Hirma, segundo a mesma, ela não tinha idéia do que seria um plano de manejo.

⁹⁹ É pertinente salientar neste trabalho, que os participantes do conselho foram convidados para as oficinas de acordo com a atuação de cada um, sendo desnecessária, apesar de pertinente, a atuação dos integrantes do conselho na Oficina de segurança do trabalho, por exemplo. Desta forma, a atuação do conselho foi importante na oficina de Uso Público e na oficina de finalização, onde ocorre o zoneamento da unidade de conservação.

A última reunião ocorrida teve as mesmas condições da penúltima. A única conselheira presente era da instituição Sahaja Yoga do Brasil.

Nestas duas últimas reuniões, a pauta era a elaboração do Regulamento interno. Para a efetivação da pauta, seria necessário a participação de pelo menos metade dos membros do conselho, no entanto, percebe-se pelo histórico das reuniões, que na primeira reunião compareceram quatro membros participantes efetivos do conselho consultivo, nas demais reuniões não houve o comprometimento dos conselheiros para com a unidade.

Além disso, pode-se observar que houve conselheiros que não compareceram em nenhuma reunião. É o caso da Associação de pais e amigos de portadores de deficiência; da associação Brasileira de Síndrome de Williams e do CEU Vila Atlântica.

Neste processo de implantação do conselho consultivo do Parque Estadual do Jaraguá, verificou-se as dificuldades enfrentadas para se efetivar a gestão participativa numa **unidade** de conservação. A diretora do Parque do Jaraguá acredita na necessidade da Fundação Florestal capacitar os gestores que implantarão o conselho consultivo, pois desta forma há a possibilidade de aproveitamento das técnicas e dos instrumentos disponíveis para haver um desempenho efetivo da gestão participativa. Em entrevista livre com os conselheiros presentes ao longo das reuniões, nenhum membro considerou a necessidade de capacitação da gestora do Parque do Jaraguá, no entanto indagaram a necessidade de um comprometimento dos próprios conselheiros com a unidade de conservação de proteção integral e, também, sobre a organização administrativa quanto aos horários e pautas das reuniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste trabalho de pesquisa, foi analisado o processo histórico da concepção e formação das unidades de conservação no Brasil e no Mundo. Com a criação da área protegida, surge a idéia de natureza intocada, onde o homem deveria ser apenas telespectador da natureza, desconsiderando a existência de comunidades que vivem em harmonia com esta, sem degradá-la. Durante décadas, esta visão prevaleceu em relação a conservação da biodiversidade e muitas famílias tradicionais foram obrigadas a viver privada dos recursos naturais necessários para sobreviver. Com o passar dos anos, mesmo com as áreas protegidas, as florestas continuaram a se extinguir, ameaçando a continuidade da vida humana. Sendo assim, após muitos estudos e diversas experiências de integração das unidades de conservação com as comunidades, a gestão participativa tornou-se o principal instrumento para a efetivação da gestão das unidades de conservação, sendo esta efetivação caracterizada como “conjunto de ações que permitem cumprir, satisfatoriamente a função para a qual foi criada a área protegida” (Cifuentes et al., 2000 apud FARIA, 2004, P58)

O Conselho Consultivo configura-se como uma técnica para a prática da gestão participativa. Neste trabalho, analisamos a implantação do conselho consultivo no Parque Estadual do Jaraguá, o qual caracteriza-se, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como unidade de conservação de proteção integral, onde é permitido a utilização dos recursos naturais de forma indireta. Percebemos que a atuação administrativa desta unidade, durante muitos anos, funcionava para estabelecer o turismo na área, devido ao ponto mais alto da cidade de São Paulo – o Pico do Jaraguá. Devido suas características físicas e administrativas, o parque abriu concessões para diversos tipos de empreendimento, como para as torres de transmissão da TV Bandeirantes, TV cultura e da polícia militar, as quais, atualmente, pagam uma taxa de permanência para a Fundação Florestal, o que distingue o parque como uma unidade de conservação auto-suficiente.

Observamos, então, que para haver uma eficácia na gestão do Parque Estadual do Jaraguá, há a necessidade de adequação das atividades que proporciona algo para os habitantes, como por exemplo: as concessões sem nenhum termo legal e o estacionamento disposto a atender 20 carros que recebe cerca de 500 aos finais de semana. Além disso, o parque deve aproveitar as suas infra-estruturas para o benefício da unidade, como é o caso do casarão Afonso Sardinha, o qual, durante alguns anos, ficou sob regime de comodato a uma empresa privada. Esta deveria, no entanto, servir como um centro de visitantes, com museus e

áreas para o desenvolvimento do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jaraguá, incentivando o contato dos visitantes com a natureza e com a história do local.

Evidenciamos durante este trabalho a complexidade urbana que a unidade está inserida. Cerceada por três rodovias importantes de São Paulo e pela intensificação do crescimento urbano, percebemos a multiplicidade da comunidade em seu entorno e a dificuldades encontradas pela gestão do parque no processo de conservação de seus remanescentes florestais.

Neste contexto que o Parque Estadual do Jaraguá está envolvido, a gestão participativa torna-se a técnica principal para a integração da comunidade com a unidade, possibilitando um processo educativo, pois toda a ação fora da unidade de conservação influencia no ecossistema existente em seu interior, ainda mais em uma unidade insulada, como é o caso do Parque do Jaraguá. Portanto, quanto maior a participação, organização e informação da comunidade em seu entorno, menos conflituosa e mais efetiva torna-se a gestão da unidade.

Todavia, ao acompanhar a implantação do conselho consultivo na unidade em questão, visualizamos um desencontro entre o objetivo traçado, o qual torna necessária a formação do conselho consultivo, com o conselho instalado no Parque do Jaraguá. Podemos destacar a responsabilidade da Fundação Florestal, neste caso, por pressionar a estruturação dos membros em um período curto de tempo, sem uma formação adequada dos gestores.

A rapidez deste processo aconteceu devido a concretização do plano de manejo, e foi justamente esta rapidez que não possibilitou uma maior participação dos conselheiros na sua elaboração, pois muitos precisavam de informações quanto ao que se referia o tal plano, além de não disponibilizarem horários para a participação (as oficinas de elaboração do plano de manejo abrangem o dia inteiro). Concluímos, quanto a este ponto, que há necessidade de um maior comprometimento dos órgãos públicos responsáveis pela criação, estruturação e efetivação das unidades de conservação, frente as áreas protegidas existentes, uma vez que, o Parque Estadual do Jaraguá já deveria ter seu plano de manejo elaborado desde 1986, quando foi promulgada a regulamentação dos parques estaduais paulistas, e o conselho consultivo já deveria estar em funcionamento desde 2005 com o decreto que torna a criação destes obrigatória nas unidades de proteção integral do estado de São Paulo.

Existe ainda outro problema enfrentado com a implantação do conselho, objeto de estudo deste trabalho, a falta de empenho de seus membros e a má administração da gestora do parque quanto a data e horário da reunião. Cada membro possui suas atividades inerentes ao seu trabalho, logo, a elaboração de um cronograma compatível entre todos os membros é complicada. Neste momento, torna-se indispensável a nomeação do suplente, pois existe

duas possibilidades de garantir presença na reunião. Vale salientar que a gestão do parque não conseguirá obter a presença de todos em todas as reuniões, sendo assim, deve-se firmar um cronograma relativo a todo o ano letivo e os membros, ao assumirem a responsabilidade de serem conselheiros, devem disponibilizar as datas para este compromisso.

Por fim, a unidade deve privilegiar as instituições próximas à unidade, uma vez que são elas que assumirão um comprometimento de aproximar a comunidade ao parque do Jaraguá visando a importância da manutenção dos recursos naturais. É a partir delas que a unidade poderá sanar alguns problemas vigentes, como a conscientização dos grupos religiosos que degradam parte da área protegida para fazer suas vigílias durante a madrugada. Além disso, o entorno do parque do Jaraguá é riquíssimo, historicamente falando, e a unidade deve absorver o que o entorno oferece para a conservação dos recursos, como é o caso da Aldeia indígena Guarani M'bya.

A contextualização da aldeia do Jaraguá merece o desenvolvimento de um trabalho científico. Há muitos fatores para discussão sobre esta aldeia, como sua história, o processo de urbanização em seu entorno, economia, entre outros. É complexa a relação do Parque do Jaraguá com as aldeias Tekoa Pyau e Tekoa Ytu, como foi descrito anteriormente, mas é incontestável o valor cultural de preservação que os índios possuem e que servem para a gestão da unidade aprender como sustentar os remanescentes de mata atlântica ali existentes. No entanto, acredito na necessidade de uma aproximação com esta comunidade para que eles compreendam a importância de sua participação no que diz respeito aos assuntos do parque, e também para aproximá-los da unidade da qual foram muitas vezes rechaçados.

Fica clara durante a elaboração deste trabalho, a importância ambiental do parque do Jaraguá para a região, e a necessidade de preservá-lo. Para a efetivação da gestão participativa nesta unidade, é necessário o comprometimento de todos os envolvidos neste processo: os conselheiros, a gestora e os órgãos públicos, onde todos devem trabalhar em conjunto para atingir os objetivos traçados. Apesar de ser uma unidade de conservação de pequeno porte, margeado unicamente pela pressão urbana, seus recursos encontram-se em bom estado, possuindo, ainda, um alto grau de diversidade, esperamos que com a ajuda da comunidade do entorno e a conscientização destes perante os recursos naturais, a unidade recupere as áreas degradadas e ofereça, permanentemente, educação ambiental para todos seus visitantes.

5. REFERÊNCIA

- AB'SABER, A. N. **Os Domínios De Natureza No Brasil**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2003.
- _____. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2007.
- _____. **São Paulo: Ensaio Entreveros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- ALMINO, J. **Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993. Disponível em: <www.dominipublico.gov.br/download/texto/al000213.pdf>
- ANDRADE, J. T. **Gestão Participativa das Unidades de Conservação no Brasil. Interpretando a APA de Petrópolis**. Dissertação de mestrado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.
- BARRETO FILHO, H. T. **Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**. In: RICARDO, F (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental. 2004, pp. 53-63.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV (1a ed.), 176p. 2006.
- CARNEIRO, C. D. R. **Cavas de Ouro Históricas do Jaraguá, SP. Os primórdios da mineração no Brasil**. In: Schobbenhaus C., Diogenes A. Campos, Emanuel T. Queiroz, Manfredo Winge, Mylène L.C. Berbert-Born. (Eds.). 2002. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Brasília: DNPM/CPRM. Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP). p. 511-516.
- CONAMA, Resolução nº001/94. **Regulamenta o art. 6º do Decreto n.º 750, de 10 de fevereiro de 1993 para o Estado de São Paulo**. 31 de janeiro de 1994.
- CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA. **Reserva da biosfera da Floresta Atlântica**. Plano de Ação. Referências básicas. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1992. v. 1, 147 p.
- CREADO, E. S. J. **As relações sociais em torno do uso de recursos de uma área natural protegida: O caso do Parque Estadual do Jaraguá (SP)**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, 2003.
- CUNHA, C. C. e LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática**. In: Ambiente & Sociedade. Campinas. v.XI, n.2. P. 237-253. 2008.
- DALMO. **Parque Estadual do Jaraguá: Levantamento Histórico**. São Paulo, 2003.
- DEAN, W. **A Ferro e Fogo. A história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/Usf, 1994.
- FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.
- FARIA, C. S. **A integração precária e a resistência indígena na periferia da metrópole**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- FELDMAN, F. **Parecer preliminar do projeto de lei nº 2.892 de 1992**.1994 In: MMA. **Proposta para discussão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação**. Série PROBIO/SP. 1995
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica período 2005-2008, relatório parcial**. São Paulo, 2009.
- HOLMES, R. M. **Indicadores de risco ecológico na gestão dos Parques Urbanos do Distrito Federal**. Dissertação de mestrado da Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.bdt.d.uec.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=781>
- IBASE. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em <WWW.ibase.br>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa Brasil Climats – Escala 1:5.000.000**. 1978, com adaptações.
- IGNEM, Instituto de Gestão de Negócios e do Meio Ambiente. **Uso e Ocupação do solo da área do Parque Estadual do Jaraguá e entorno**. São Paulo. 2003.
- IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo: IPT, 1981b.
- KRONKA, F.J.N et al. **Inventário florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1993.
- LUCHIARI, M. T. D. P. A (Re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- LETTA, L. A. ; VELÁZQUEZ, V.F. . **Riqueza patrimonial da diversidade geológica do Parque Estadual Jaraguá, São Paulo**. In: 44 Congresso Brasileiro de Geologia, 2008.
- MACÊDO, J. A. C. **Avaliação da gestão participativa dos Parques Estaduais da Bahia**. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília. 2008.
- MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. In: Ambiente e Sociedade, janeiro-junho. Vol. 09. pp. 41-64.2006.
- MELO, V. M. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Biodiversidade e Florestas: VICTOR, Mauro Antônio Moraes. [et al.]. **Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MURPHY, D. D. **Desafios à diversidade biológica em áreas urbanas**. In: WILSON, E.O. (org). Biodiversidade. p.89-100. Ed. Nova Fronteira. 1997.

NOGUEIRA, S. M. B.; RAIMUNDO, S. **Fragilidade ambiental do meio físico e potencialidade de uso do solo no parque estadual do Jaraguá**. Anais do VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM, 2009. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-188.pdf>>.

PEREIRA, S. de C. **Os loteamentos clandestinos no Distrito do Jaraguá (SP): Moradia e especulação**. Dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

RAIMUNDO, S. A paisagem natural remanescente na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 2, p. 19-31, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

RISSO, L. C. **Cultura caiçara – chave para a conservação ambiental – um estudo em Picinguaba – Ubatuba/SP**. Monografia da Universidade Estadual Paulista. Campus Rio Claro. 1998.

_____. **Histórico da formação do parque ecológico de Ourinhos – SP: uma análise geográfica da gestão e sua importância para a conservação ambiental**. Ourinhos: UNESP, 2009 . (relatório FAPESP).

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.885. Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Pirituba**. 25 de agosto de 2004.

SÃO PAULO. **Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Pirituba**. Lei nº 13.885 de 25 de agosto de 2004.

SÃO PAULO. **Decreto estadual nº49.672**. 6 de junho de 2005.

SÃO PAULO. **Lei nº11.220. Divisão Geográfica da área do município em distritos**. 20 de maio de 1992.

SÃO PAULO, Decreto nº 38.391/61. **Altera a nomenclatura de dependências do Serviço Florestal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências**. 03 de maio de 1961. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>

SÃO PAULO, Lei nº 6.060, de 12/05/1961. **Libera recurso para instalação de um monumento do Apóstolo São Paulo no Pico do Jaraguá**.

SÃO PAULO, **Lei nº 7.459/62. Dispõe sobre cessão em comodato de imóvel situado no município da Capital.** 16 de novembro de 1962.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente/Secretaria de Planejamento. **Atlas ambiental do Município de São Paulo – o verde, o território, o ser humano: diagnósticos e bases para a definição de políticas públicas para as áreas verdes do Município de São Paulo.** São Paulo: 2004.

SEGAWA, H. M. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo, Fapesp e Studio Nobel, 1996

SCHIER, R.A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia.** In: R.RA'E GA, Curitiba, n.7, p. 79-85, 2003. Ed. UFPR.

SILVA, F. de O. N. da. **Elementos de etnografia Mbyá: lideranças e grupos familiares na aldeia Tekoá Pyaú (Jaraguá – São Paulo/SP).** Dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, D. A; PAVÃO, M.; GASPARETO, T. **A pressão urbana sobre os Parques Estaduais Alberto Lofgreen, Cantareira. Do Juquery e do Jaraguá situados na Região Metropolitana de São Paulo, SP, Brasil.** Instituto Florestal, 2008. Disponível em <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7024_Antonio_da_Silva_Dimas.pdf>

SOUZA, F.M., SOUSA, R.C., ESTEVES, R., FRANCO, GADC. **Flora arbustivo-arbórea do Parque Estadual do Jaraguá, São Paulo - SP.** Biota Neotrop., 9(2). Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v9n2/pt/abstract?inventory+bn00909022009>>.

SOUSA, J. B. L. de. **Terra Indígena em espaço urbano: tradição, território e políticas públicas.** Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro. Rio Claro/SP, 2005.

SVMA/SEMPLA. **Atlas Ambiental do Município de São Paulo. Fase I: Diagnósticos e Bases para a Definição de Políticas Públicas para as Áreas Verdes do Município de São Paulo.** Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento da Prefeitura do Município de São Paulo. 2002.

SVMA/SEMPLA. **Atlas Ambiental do Município de São Paulo. Mapa Base Geopolítica e administrativa.** Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento da Prefeitura do Município de São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/>>.

TEIXEIRA, K. de A. **Gestão Participativa em Unidade de Conservação: O conselho Consultivo da APA do João Leite, Goiás.** Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Goiás. 2009.

TERBORGH, J. e SCHAIK, C. V. **Por que o mundo necessita dos Parques.** In: Terborgh, John et al (orgs). Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba, Ed. UFPR; 2002.

TRIPOLI, R. **Conhecer para conservar – As unidades de Conservação do Estado de São Paulo.** Secretaria do Estado do Meio Ambiente. São Paulo: Terra Virgem, 1999.

UICN. **Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando o método ao contexto.** Temas de Política Social, SUR Quito (Equador), 1997.

_____. **Managing Protected Areas in the Tropics.** Cambridge. 1986

_____. **Parks and Progress.** Washington. 1993

_____. **Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas.** CPNAP com La ayuda de WCMC. UICN, Gland, Suiza y Cambridge, Reino Unido. X+x261pp. 1994. In: MMA. **Proposta para discussão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.** Série PROBIO/SP. 1995

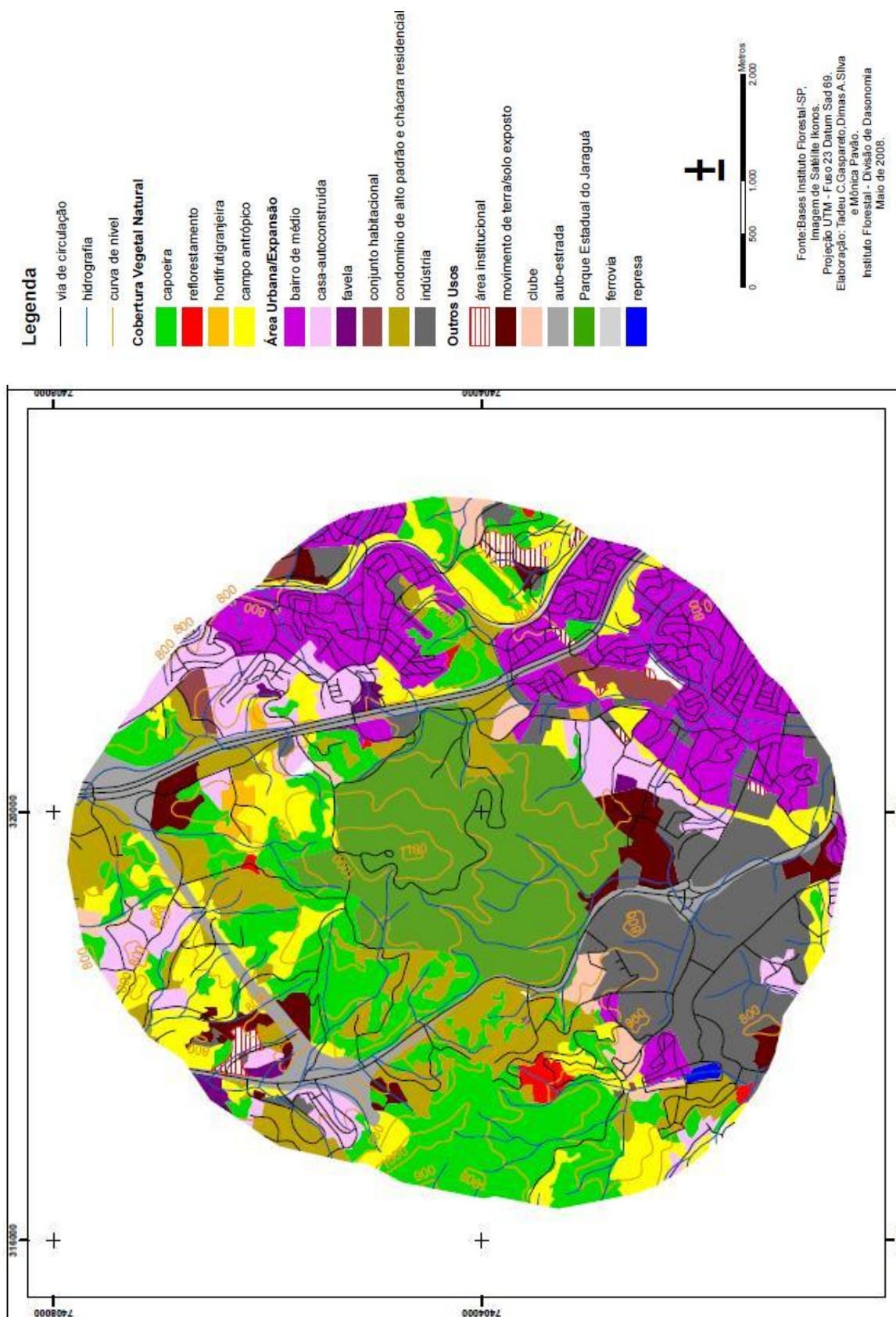
VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicionais no contexto das unidades de conservação.** São Paulo: USP, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1996.

VOLPE, L. L. **Análise da paisagem no entorno dos eixos viários: o exemplo do Rodoanel Mario Covas na RMSP.** Dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo, 2009.

WWF. **Subsídios para discussão para o ‘workshop’ de Diretrizes Políticas para Unidades de Conservação.** Brasília. 1994. In: MMA. **Proposta para discussão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.** Série PROBIO/SP. 1995

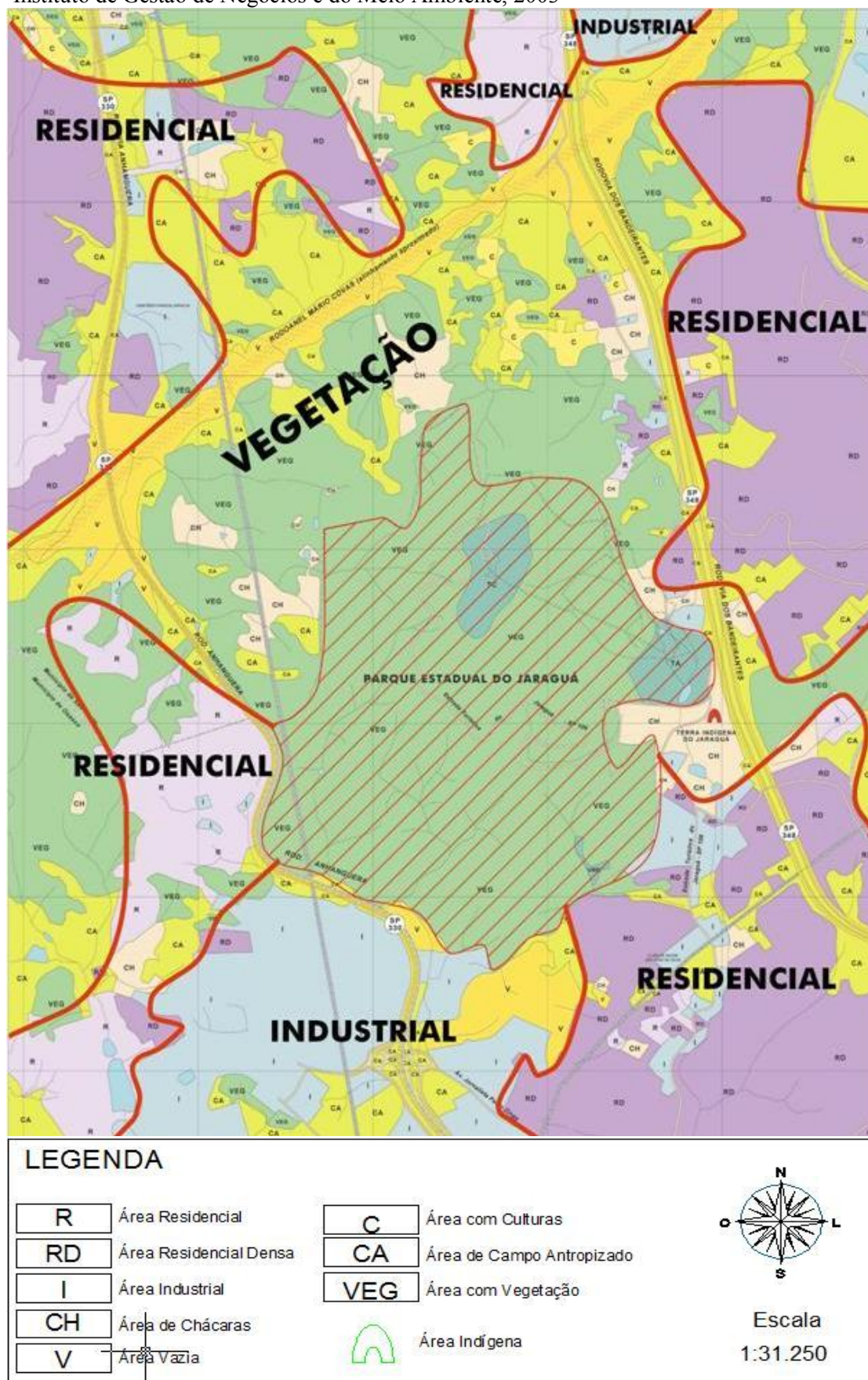
ANEXOS

Anexo 01: Uso e Ocupação do Solo no entorno do Parque Estadual do Jaraguá, visão de Silva et al. (2008).



Fonte: SILVA et al. (2008).

Anexo 02: Uso e Ocupação do Solo no entorno do Parque Estadual do Jaraguá, visão do Instituto de Gestão de Negócios e do Meio Ambiente, 2003



Fonte: Instituto de Gestão de Negócios e do Meio Ambiente

Anexo 04: Decreto-Lei nº10.877 de 30 de dezembro de 1939

DECRETO N. 10.877, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1939

Abre crédito especial para aquisição da Fazenda Jaraguá, na comarca da Capital.

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 1.327, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Governo do Estado autorizado a adquirir a Fazenda Jaraguá, situada na comarca da Capital, constituída de duzentos e dois alqueires de terra e das benfeitorias existentes na área compreendida.

Artigo 2.º — Para o fim do artigo supra, fica aberto no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de oitocentos contos de réis (800:000:000), cuja vigência se estenderá até 31 de dezembro de 1940, autorizadas as operações de crédito que se tornarem necessárias.

Artigo 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de dezembro de 1939.

ADHEMAR DE BARROS

Humberto Pascale

José de Moura Resende

Christiano de Góes Filho

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, aos 30 de dezembro de 1939.

Aluizio Lopes de Oliveira, Diretor Geral.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1939 Disponível em <<http://www.imprensaoficial.com.br>>

Anexo 05: Carta de reivindicação da Associação Indígena República Guarani Amba Verá à Fundação Nacional do Índio e ao Ministério Público Federal.

Associação Indígena República Guarani Ambá Verá

São Paulo, 26 de outubro de 2005.

À Fundação Nacional do Índio e Ministério Público Federal.

Nós, da Aldeia Guarani do Jaraguá – *Tekoa Pyau* (São Paulo/SP), escrevemos esse documento para contar o grave problema que estamos sofrendo sobre a demarcação e ampliação das terras Guarani da cidade de São Paulo.

Nós vivemos em uma aldeia muito pequena, onde faltam recursos naturais para a construção de casas, para o artesanato, para a gente viver e ensinar para nossos filhos os saberes que foram passados de geração a geração e que hoje são impedidos nas leis e decisões das autoridades. Faz muitos anos que o estudo antropológico para a demarcação e ampliação da nossa terra foi feito, mas até agora não tivemos uma posição clara sobre quando será efetivada.

Com a demarcação podemos viver um pouco mais tranquilos, tendo um lugar seguro para ver as crianças crescerem, sem medo de sermos tirados daqui. Apesar de ser uma terra pequena, ela é importante para nós, porque ela continua com a nossa cultura, tradição, língua e vai garantir o nosso modo de vida, o *nhanderekó*.

O Rodoanel trecho oeste foi construído sem o levantamento dos impactos na nossa aldeia. Além disso, o problema do Rodoanel dificultou ainda mais o processo de demarcação e ampliação dessa área que há anos nos foram prometidas. Queremos que a FUNAI se pronuncie sobre o andamento desse processo, e que a demarcação e ampliação da Aldeia Guarani do Jaraguá – *Tekoa Pyau* seja feita o mais rápido possível.

Desde nossos ancestrais até hoje nosso povo percorre o caminho da Serra do Mar até as aldeias do litoral. Por este caminho visitamos nossos parentes em outras aldeias, e nessa mata buscamos matérias primas que nós necessitamos, sem destruir a natureza. É caminhando pela mata que nós aprendemos as sabedorias das plantas e dos animais, sabedorias que são importantes para manter viva a nossa cultura. Com construção do Rodoanel (trecho sul) isso vai ser retirado de nós, vão destruir esse espaço que nós sempre usamos.

A importância desse espaço para a nossa cultura já é conhecida por muitos antropólogos e não faltam estudos que comprovem isso. No entanto, antropólogos contratados pela Dersa para avaliar os impactos do Rodoanel desconhecem essa importância.

Mesmo oferecendo dinheiro para nossas comunidades, não há dinheiro que compre a nossa vontade de preservá-lo. Por isso há muitos anos estamos lutando pela demarcação desse espaço, no entanto, as autoridades não demonstram vontade política para demarcá-lo.

Cada árvore, cada planta, que serão retiradas para a construção do Rodoanel, é como se arrancassem metade do nosso corpo, metade de nossas vidas. Enquanto tivermos força, continuaremos sempre lutando.

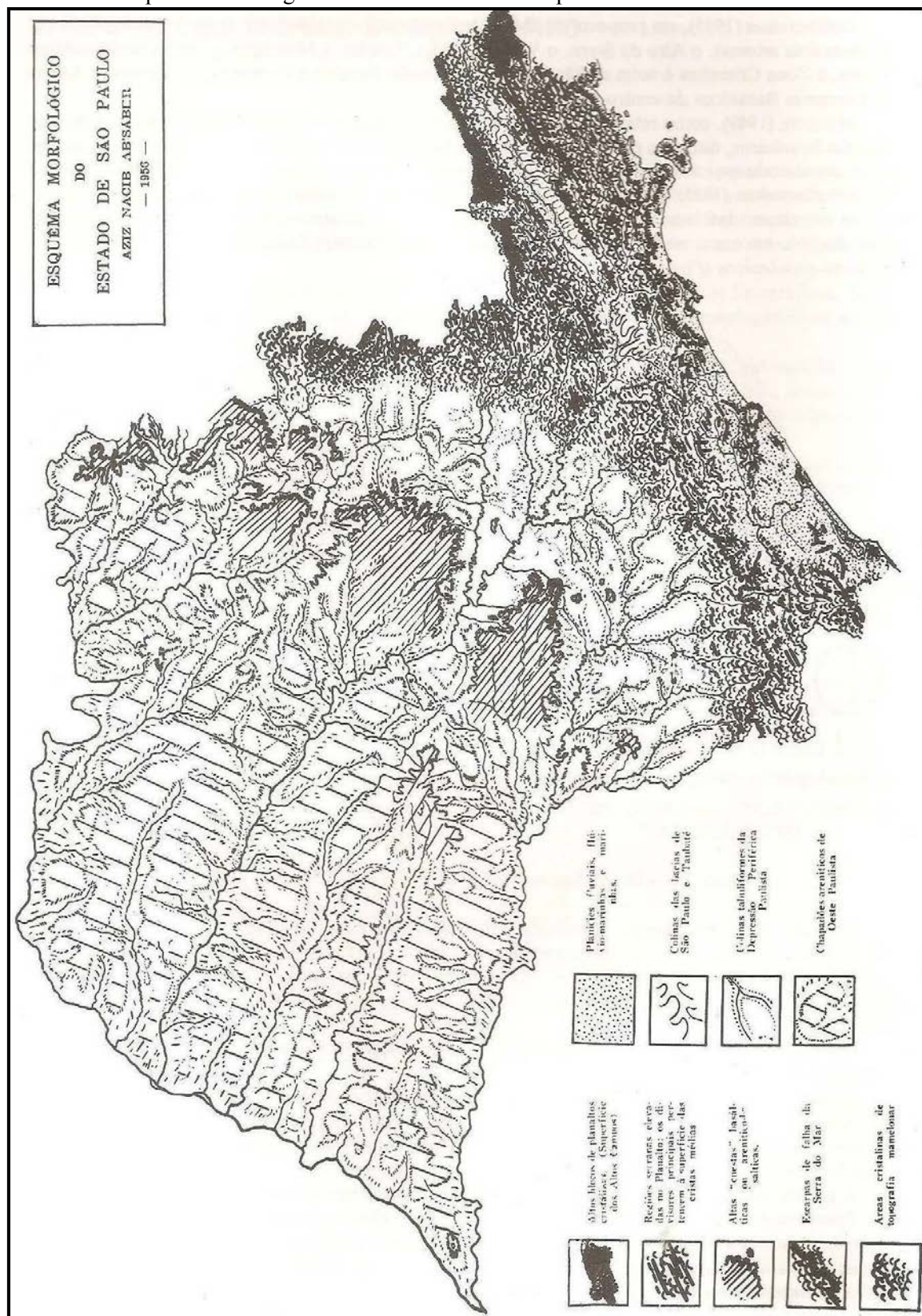
Exigimos que as lideranças indígenas participem de cada decisão que for tomada a esse respeito, pois sabemos que acordos foram feitos entre a FUNAI e a Dersa sem nossa participação. A FUNAI, órgão federal responsável pelos direitos indígenas não está cumprindo a sua função de defender nosso povo. Esperamos, através desse documento, demonstrar a nossa indignação. Queremos que as informações sejam repassadas para as lideranças e que tenhamos participação em cada passo da negociação.

Assim reivindicamos:

- *demarcação e ampliação da terra indígena da Aldeia Guarani do Jaraguá – *Tekoa Pyau*;
- *avaliação efetiva dos impactos do Rodoanel (trecho oeste) na aldeia *Tekoa Pyau*;
- *preservação e demarcação da área importante para o nosso percurso pela Serra do Mar que corre o risco de ser desmatada com a construção do Rodoanel (trecho sul).

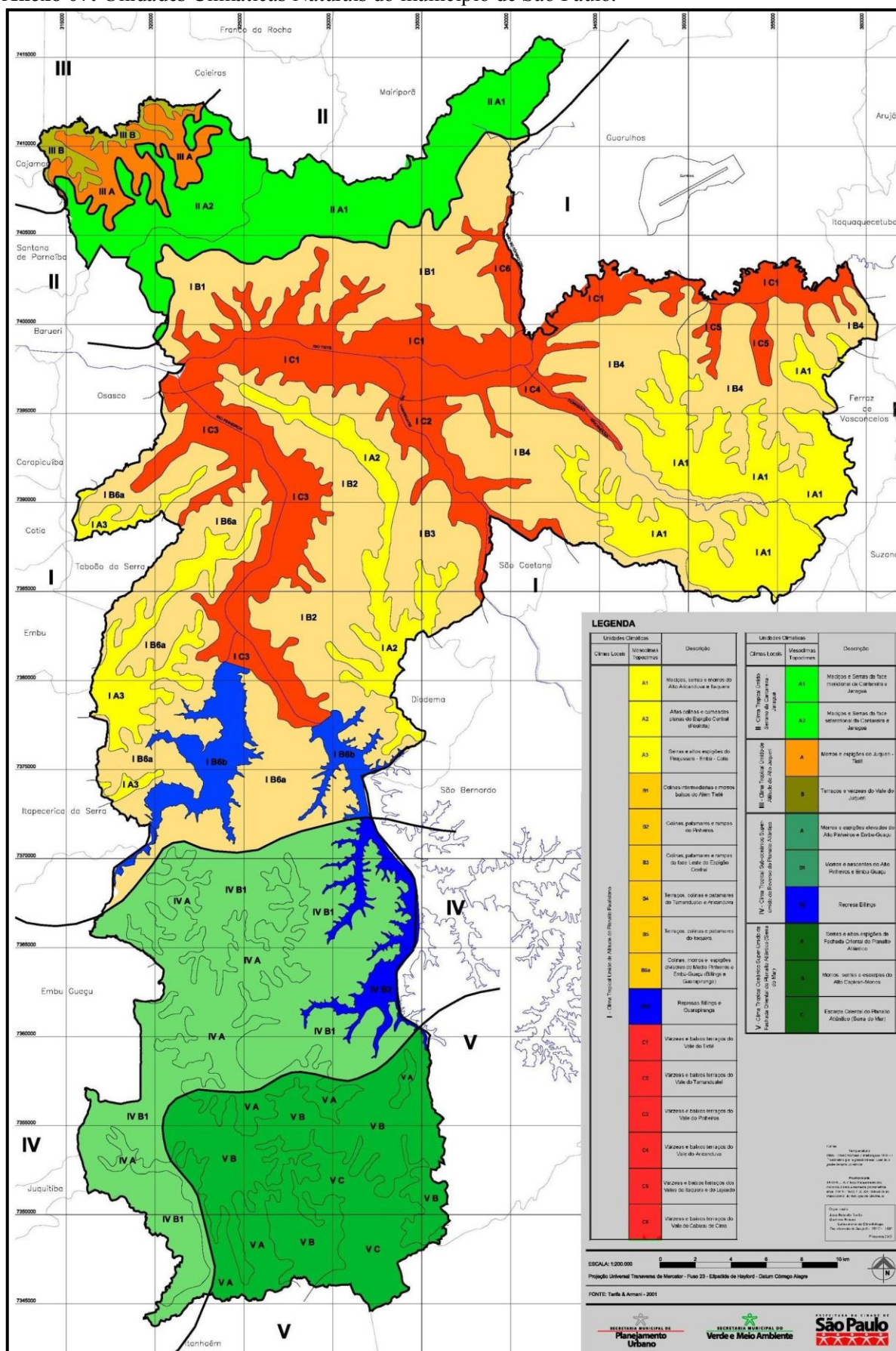
Ivandro Tupã Mirim

Anexo 06: Esquema morfológico do Estado de São Paulo por Aziz Ab'Saber.



Fonte: Aziz Ab'Saber (1956) apud IPT (1981, p. 08)

Anexo 07: Unidades Climáticas Naturais do município de São Paulo.



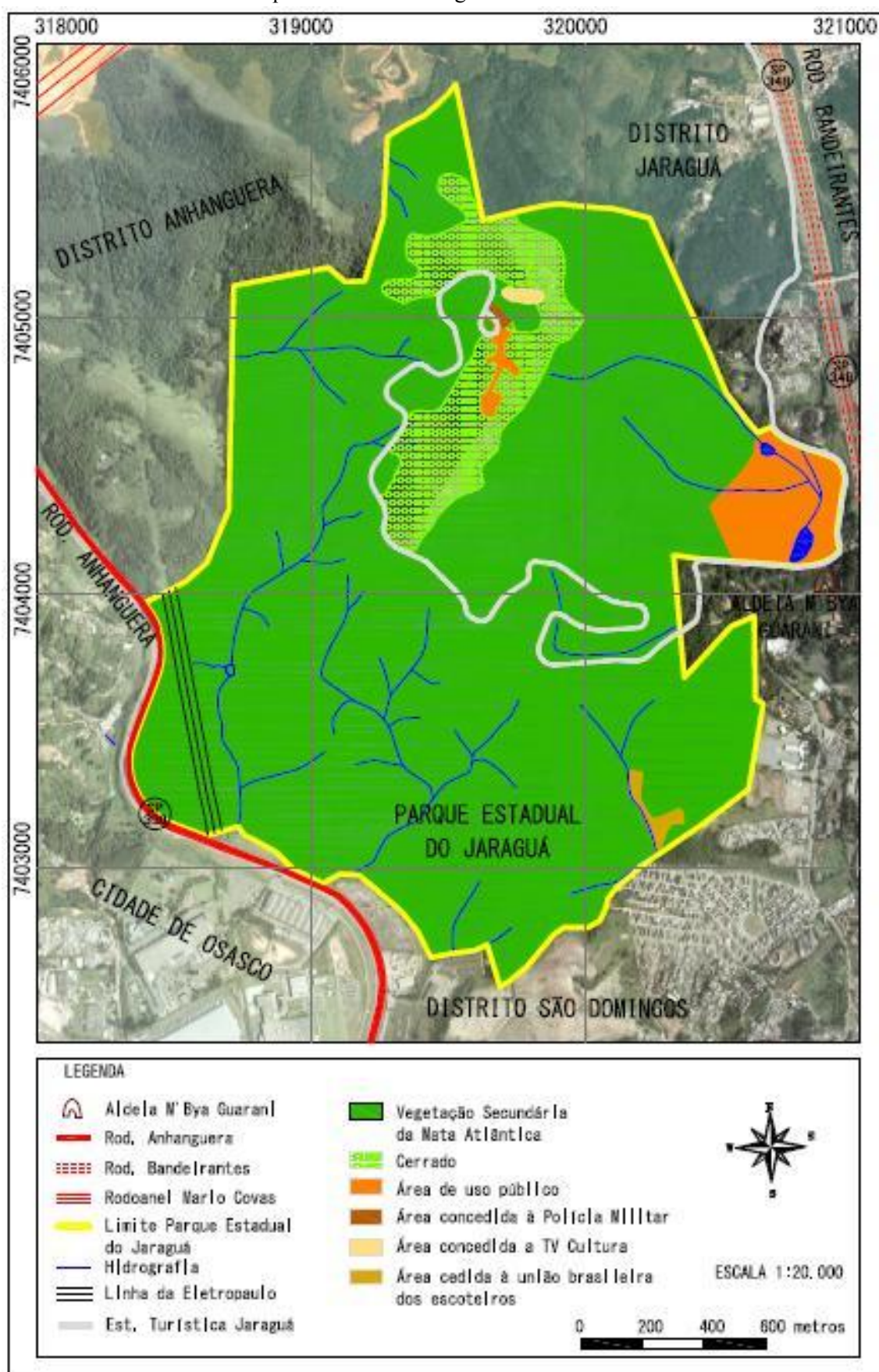
Fonte: SVMA/SEMPLA, 2002.

Anexo 08: Cinturão Verde do Estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente. ATLAS das Unidades de Conservação ambiental do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

Anexo 09: Uso do solo no Parque Estadual do Jaraguá



Fonte: Base Fotogrametria, 2001, escala 1:20.000.

Organização: Carolina Stefani Baldo Kerhart, 2010.

Anexo 10: Inauguração da Trilha do Silêncio no Parque Estadual do Jaraguá (SP)

IV — São Paulo, 118 (2)

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

sexta-feira, 4 de janeiro de 2008

Parque Estadual Jaraguá oferece trilha especial para pessoas com deficiência

Além do percurso adaptado, visitante encontra galpão de convivência e banheiros especiais

Grupo de 60 pessoas com deficiência visitou o Parque Estadual do Jaraguá para conhecer uma trilha especialmente adaptada para eles. O percurso de 400 metros já existia, mas passou por reformas para ser utilizado por quem anda em cadeira de rodas, deficientes visuais, pessoas com pouca mobilidade e idosos. Chamada de Trilha do Silêncio, foi inaugurada no Dia Mundial da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro).

O diretor do parque, Vladimir Arraes, recorda que a ideia surgiu há quatro anos, quando 20 peruas apareceram de surpresa no parque. Eram dezenas de deficientes dispostos a aproveitar a natureza nesse pedaço de Mata Atlântica na zona oeste, onde também está o ponto mais alto da capital, o Pico



Trilha do Silêncio no Parque Estadual do Jaraguá: uma opção especial de lazer para pessoas portadoras de deficiência



Jô e o diretor do parque, Vladimir Arraes: todos podem dispor do convívio com a natureza

Jô, a perseverante

As 20 peruas que apareceram no parque, há quatro anos, foram levadas por Juvelina Nunes, a Jô, presidente da Associação Brasileira da Síndrome de Williams. Na época, Jô pertencia ao Conselho Municipal da Pessoa Deficiente. No domingo, ela levou sua turma para percorrer a trilha.

No passado, ela visitou vários parques e verificou que nenhum tinha instalação adequada a deficientes. No Jaraguá, encontrou gente disposta a procurar soluções. "Pedi à diretoria a criação de infraestrutura", recorda.

Jô fundou a associação em 2002. Sua filha Jéssica, de 17 anos, nasceu com a síndrome de Williams-Beuren. "Demorei sete anos para saber e desde então minha vida mudou", recorda-se Jô, que se dedica totalmente à sua e a outras entidades. Ela recebe ajuda de empresários e organiza bazares beneficentes e almoços.

O portador da síndrome apresenta características faciais típicas, cardiopatia congênita, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência mental leve, déficit no crescimento, anomalias oculares e urinárias e personalidade marcante, alegre e amigável. Existe tratamento de fisioterapia, fonoaudiologia e estimulação psicomotora. Não há cura.

do Jaraguá. "Notel, então, que não havia estrutura adequada para atender aquelas pessoas", lembra.

Começou então a idealizar adaptações com apoio de entidades especializadas e do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente. Vladimir percebeu que a empreitada exigiria mais que trilha. Era preciso criar espaço de convivência, banheiros especiais e cursos de capacitação para os funcionários.

As madeiras vieram gratuitamente de uma estação experimental da Secretaria de Meio Ambiente e a mão-de-obra do próprio parque.



Aldone (esquerda), conhecendo a trilha

Pé na trilha

Antônia Moreira da Silva percorreu parte da trilha empurrando a cadeira de rodas de seu filho Anderson, de 18 anos, que nasceu com paralisia cerebral. Antônia, que veio com a turma de Jô, elogiou o trajeto: "Nunca vi nada igual".

A deficiente visual Alcione Maria Lourenço estava ansiosa para percorrer a trilha, após ouvir as boas-vindas do diretor Vladimir. Ela perdeu a visão num acidente de trânsito. "Disseram-me que não encontrarei obstáculos."

O jovem Leandro Araújo, de 21 anos, já conhecia a Trilha do Silêncio, antes da adaptação. "Gosto do contato com a natureza e de conversar com amigos." Ele tem a Síndrome de Williams-Beuren.

Embora não fosse deficiente nem fizesse parte da turma alegre da Jô, o vendedor Ronei Gomes Cecam levou a família e aprovou a reforma na trilha. "Frequento o parque desde criança", diz Ronei, hoje com 46 anos.

Além da trilha, foi erguido um galpão de madeira (Espaço Conviver) e construídos novos banheiros. "É um parque onde o deficiente tem sexo", brinca Vladimir, porque os banheiros especiais são divididos em masculino e feminino.

Na Trilha do Silêncio, acidentada por causa da topografia natural, foram montadas pontes de madeira nos pontos íngremes, para torná-los mais planos. O solo é de terra batida e há corrimão de madeira num lado para guiar deficientes visuais. Do outro, madeiras rentes ao chão auxiliam quem anda em cadeira de rodas. Em tocos de madeira há placas de metal com textos em braille. São informações sobre árvores, animais e outras a respeito do parque.

Figurinhas carimbadas – O vigilante Paulo Sérgio da Silva explica que, à medida que se avança no percurso, a temperatura cai e o barulho da Rodovia dos Bandeirantes some aos poucos. Escuta-se apenas o vento nas árvores e o canto dos pássaros. "Por isso, chama-se Trilha do Silêncio", desvenda Paulo. No final do percurso, há uma praça com bancos, onde o visitante descansa antes voltar. Com sorte, observam-se quatis,

serelepes, pequenos veados, porco-espinho, macacos, cutias, tucanos e lagartos.

Paulo Sérgio conta que durante a semana a trilha atrai idosos, de bairros próximos, como Jaraguá, Pirituba, Sol Nascente, Perus. Alguns tão assíduos que se tornaram figurinhas carimbadas do parque. Além de entrada e estacionamento gratuitos, há ponto de ônibus perto do portão principal.

A trilha fica na parte baixa do parque. Para chegar ao pico de carro, o caminho é outro, pela Estrada Turística do Jaraguá, num trajeto que se assemelha à subida da Serra do Mar.

Otávio Nunes
Da Imprensa Oficial

Everest paulistano

Quem subir ao Pico do Jaraguá, a 1.135 metros de altura, terá a capital a seus pés e área verde de 4,5 mil hectares. Há outras duas trilhas, além da do Silêncio. A Trilha da Bica tem um quilômetro com dificuldade média. Na do Palme, mais difícil, a pessoa percorre 1,8 mil metros de subida até o Pico.

Vladimir Arraes informa que até setembro de 2008 estará concluído o Plano de Manejo do parque, com dados sobre fauna e flora, proteção, fiscalização e normas para uso público.

A escalada do pico foi proibida há dois anos. Ele conta que muitas pessoas se aventuravam sem habilidade ou equipamento de segurança. "Com o Plano de Manejo, poderemos autorizar a escalada, desde que supervisionada por entidades do ramo", adianta Vladimir.

O parque recebe escolas e entidades o ano inteiro. Mas quem tiver interesse em marcar passeio monitorado tem de se apressar, pois o agendamento é disputado. O telefone é (11) 3945-4532.

O parque fica na Estrada Turística do Jaraguá, entre esse bairro e Pirituba. De carro, deve-se acessar a Avenida Jornalista Paulo Zing, no quilômetro 18 da Via Anhangüera (Trevô do Jaraguá) e pegar a Turística. De ônibus, as linhas são 8040 (Lapa-Sol Nascente), 8048 (Lapa-Jaraguá) e 8696 (Praça Ramos-Jaraguá).

Fonte: Diário Oficial, 04 de janeiro de 2008.

Anexo 11: Portaria Normativa criação do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá

PORTARIA NORMATIVA FF/DE nº 099/2009	
ASSUNTO: Dispõe sobre a instituição e organização do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá e dá providências correlatas	DATA DE EMISSÃO: 18/09/09

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **RESOLVE:**

CONSIDERANDO, o que estabelece a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, seu Regulamento;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 49.672, de 06 de junho de 2005, dispõe sobre a criação, composição e estabelece diretrizes para o funcionamento do Conselho Consultivo em Unidades de Conservação de Proteção Integral, do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar um trabalho que já vem sendo realizado pela população local e regional, com a participação de várias instituições e autoridades afetas às questões sócio-ambientais da Unidade;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar instituído o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá;

Art. 2º - O respectivo Conselho Consultivo, ora constituído, terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Portaria Normativa, para concluir seus Estatutos e Regimentos já preliminarmente elaborados, submetendo-os à apreciação da Diretoria Executiva da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

Art. 3º - O mandato dos membros do respectivo conselho será de dois anos, podendo ser renovado por igual período e não será remunerado, sendo considerado de atividade de relevante interesse público.

Art. 4º - A estrutura organizacional para o funcionamento do Conselho Consultivo será disciplinada pelo que dispõem os Estatutos e Regimentos Internos respectivos, observadas as normas constantes do Decreto nº. 49.672, de 06 de junho de 2005.

§ 1º - O Conselho Consultivo poderão instituir Câmaras Técnicas que tratem de assuntos específicos de suas atividades, com a participação de representantes convidados.

§ 2º - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo providenciará os meios administrativos necessários à realização das reuniões e outras atividades do Conselho Consultivo, se necessários instituindo Grupos de Apoio Técnico ao referido Conselho, para dar suporte a seu funcionamento.

Art. 5º - O Conselho Consultivo será presidido por representante da Fundação Florestal, preferencialmente, pelo respectivo Gestor da Unidade;

Art. 6º - O Presidente do Conselho Consultivo deverá encaminhar, anualmente, a partir da publicação desta Portaria Normativa, avaliação sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho à Diretoria Executiva da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

Art. 7º - Ficam indicados às entidades, membros e respectivos representantes, para comporem o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá, constantes do Anexo, que passam a integrar a presente Portaria Normativa;

Art. 8º - Esta Portaria Normativa entrará em vigor na data de sua assinatura.

Diretoria Executiva, 18 de setembro de 2009.

JOSÉ AMARAL WAGNER NETO

Diretor Executivo

**ANEXO – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE APOIO À GESTÃO DO
PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ**

Nome	Instituição	RG	Função
PATRICIA FERREIRA FELIPE	Parque Estadual do Jaraguá	25.725.875-9	Titular
	Parque Estadual do Jaraguá		Suplente
ALFREDO CEZARIO	PRESIDENTE DO INSTITUTO AMBIENTE VIVO - IAV	11.385.490	Titular
BARBARA GAMBARÉ DOS SANTOS	INSTITUTO AMBIENTE VIVO - IAV		Suplente
JOSÉ ROBERTO CRISOSTOMO	CHEFE DE GABINETE DA SUBPREFEITURA PIRITUBA/JARAGUÁ	4.403.253	Titular
			Suplente
JUELINA NUNES	PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SÍNDROME DE WILLIAMS	19.345.815-9	Titular
			Suplente
Sergio Robles	Presidente do Clube Alpino Paulista - CAP	W234946-2	Titular
			Suplente
REGINALDO PRADO	TECNICO COMUNITARIO SABESP	9.009.315-5	Titular
			Suplente
MONICA DE CASSIA M. DA CUNHA	GESTORA CEU VILA ATLANTICA	15.618.531-2	Titular
			Suplente
ANA SANTOS SOUZA RUIZ	REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PORTADORES DE DEFICIENCIA - APADE	9.458.048-0	Titular
			Suplente
HIRMA CASARIN GODOI PLAUT	REPRESENTANTE DA SAHAJA YOGA DO BRASIL	5.563.017	Titular
			Suplente